

Edmée Nunes Salgado  
Paulo Corrêa Barbosa

## Educação de Jovens e Adultos







Fundação

**CECIERJ**

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

## Educação de Jovens e Adultos

Volume 1 – Módulos 1 a 3

Edmée Nunes Salgado

Paulo Corrêa Barbosa



**GOVERNO DO  
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Ministério  
da Educação



Apoio:



**FAPERJ**

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

# Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2299-4565 Fax: (21) 2568-0725

## Presidente

Masako Oya Masuda

## Vice-presidente

Mirian Crapez

## Coordenação do Curso de Pedagogia para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental

UNIRIO - Adilson Florentino

UERJ - Eloiza Gomes

## Material Didático

### ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Edmée Nunes Salgado

Paulo Corrêa Barbosa

### COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

### DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Janaina de Souza Silva

José Meyohas

## Departamento de Produção

### EDITORA

Tereza Queiroz

### COORDENAÇÃO EDITORIAL

Jane Castellani

### COPIDESQUE

Cristina Freixinho

### REVISÃO TIPOGRÁFICA

Kátia Ferreira dos Santos

Patrícia Paula

### COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

### PROGRAMAÇÃO VISUAL

Carlos Jorge S. de Oliveira

### ILUSTRAÇÃO

Jefferson Caçador

### CAPA

Jefferson Caçador

### PRODUÇÃO GRÁFICA

Andréa Dias Fiães

Fábio Rapello Alencar

Copyright © 2005, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

S164e

Salgado, Edmée Nunes.

Educação de Jovens e Adultos. v. 1 / Edmée Nunes Salgado; Paulo Corrêa Barbosa. – Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2008.

166p.; 19 x 26,5 cm

ISBN: 85-7648-084-0

1. Educação jovens e adultos. 2. Ditadura. 3. República Nova (1960-1980). 4. Redemocratização. 5. Leis. 6. Pedagogia dialógica. I. Barbosa, Paulo Corrêa. II. Título.

CDD: 370.1

2008/1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.

# Governo do Estado do Rio de Janeiro

**Governador**  
Sérgio Cabral Filho

**Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia**  
Alexandre Cardoso

## Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**  
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO**  
Reitor: Aloísio Teixeira

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO**  
Reitor: Nival Nunes de Almeida

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO**  
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO**  
Reitora: Malvina Tania Tuttman



### SUMÁRIO

<b>Aula 1</b> – Múltiplas visões, múltiplas leituras _____	<b>7</b>
<b>Aula 2</b> – Como tudo começou _____	<b>19</b>
<b>Aula 3</b> – A primeira metade do século XX _____	<b>31</b>
<b>Aula 4</b> – Da ditadura à Nova República– o período 1960 / 1980 _____	<b>41</b>
<b>Aula 5</b> – A redemocratização e os anos 90 _____	<b>57</b>
<b>Aula 6</b> – As leis garantem? _____	<b>73</b>
<b>Aula 7</b> – Confirmando direitos _____	<b>91</b>
<b>Aula 8</b> – Educação de Jovens e Adultos na perspectiva internacional _____	<b>109</b>
<b>Aula 9</b> – Conhecimento e aprendizagem de jovens e adultos e a abordagem interacionista _____	<b>129</b>
<b>Aula 10</b> – A pedagogia dialógica de Paulo Freire _____	<b>143</b>
<b>Referências</b> _____	<b>161</b>





# Múltiplas visões, múltiplas leituras

AULA

1

## Meta da aula

Apresentar a estrutura geral do curso, destacando a importância de cada módulo, bem como a relação de interdependência entre os mesmos.

## objetivos

Espera-se que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- Analisar a importância da disciplina na formação do educador.
- Distinguir os componentes históricos, sociais, econômicos e políticos presentes na Educação de Jovens e Adultos, estabelecendo relações entre causa e consequência.

## INTRODUÇÃO

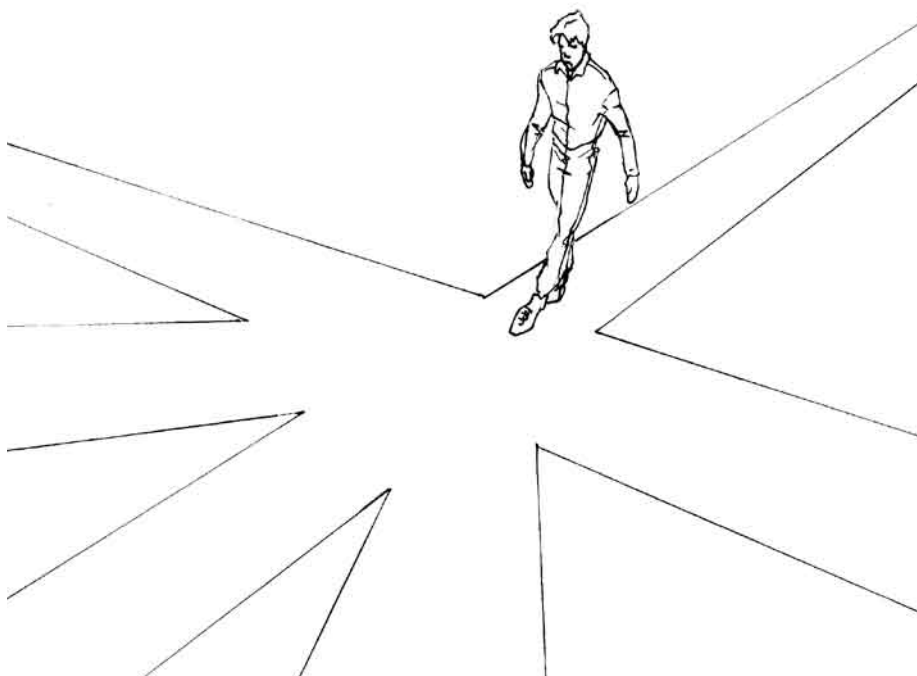
Múltiplas são as formas e os modos pelos quais a Educação se manifesta em uma sociedade. Assim tem sido ao longo da trajetória humana, em relação à educação destinada às crianças e aos jovens e adultos em suas diferentes modalidades, seja a que se caracteriza de forma sistemática ou assistemática, formal ou não-formal, dentro da escola ou nos diferentes espaços sociais.

Certamente, você já presenciou, ao longo da vida e na prática profissional, algumas dessas várias formas de Educação, embora talvez ainda não tenha parado para refletir a respeito da importância de cada uma delas, seja para o indivíduo, seja para a sociedade, na qual homens e mulheres, jovens e adultos encontram-se inseridos. São grandes a responsabilidade e a complexidade do problema de educar pessoas que durante muito tempo estiveram fora do processo educacional escolar ou nele nunca ingressaram, principalmente em função das rápidas transformações sociais e tecnológicas que tornam seres humanos e máquinas “obsoletos” em uma velocidade surpreendente.

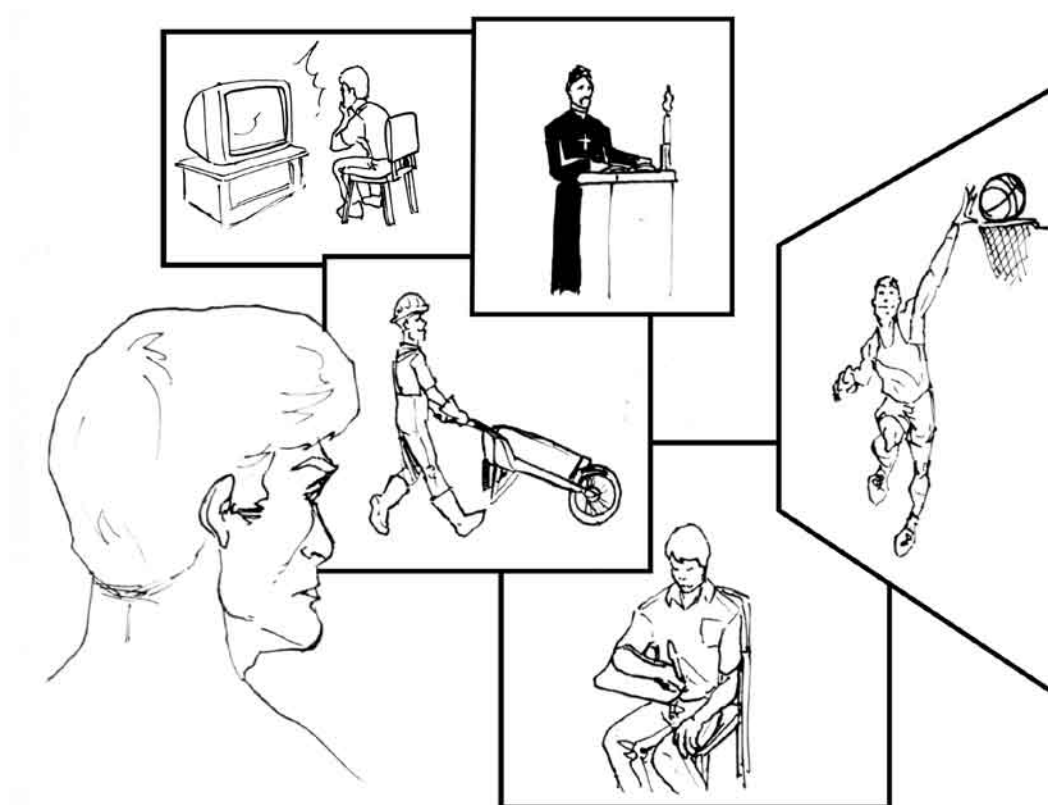
O ponto inicial para uma reflexão é a identificação das características mais visíveis dessa clientela. Na verdade, quem são os alunos dos cursos para jovens e adultos? São pessoas que, após muito tempo de afastamento, retornam ao sistema escolar casadas, algumas com filhos, trabalhadores – assalariados ou não – em busca de melhorias profissionais ou pessoais. Outros retornam por exigência do trabalho, há ainda os que buscam entender o mundo em que vivem, conhecer seus direitos e exercer a cidadania plena. Em comum entre esses homens e mulheres existe a certeza de que o estudo, mais do que um instrumento de redimensionamento social, constitui-se ferramenta indispensável para a sobrevivência, inclusive no mundo do trabalho.

### EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Destinada às pessoas que não seguiram o ensino regular na idade apropriada. É oferecida nos espaços escolares, nos ambientes de trabalho e nos movimentos sociais.



Dessa forma, na tentativa de compreensão do jovem e do adulto em processo escolar, junto com você, iremos caminhar por “estradas variadas”, algumas até, num primeiro momento, aparentemente fora de seu interesse imediato. Contudo, podemos assegurar que a reflexão aqui proposta lhe permitirá, no nível e no sistema em que você atua ou irá atuar, uma visão mais abrangente e fundamental para o entendimento do processo educacional, ao mesmo tempo parte e intrinsecamente dependente da sociedade onde se encontra.



### Clareando os conceitos de Educação com que estamos trabalhando:

#### Formal

Previamente estruturada.  
Regida por leis e normas.  
Organizada em graus de ensino.

#### Não-formal

Aprendizagem de conteúdos não-escolares. Acontece em espaços associativos, de trabalho e movimentos sociais.

#### Sistemática

Dentro de um sistema.  
Ordenada e metódica.  
Confunde-se com a formal.

#### Assistemática

Processo permanente e informal.  
Apresenta-se de forma variada em situações diversas, na prática diária de viver.

Mas, para onde mesmo vamos caminhar?

## OLHANDO O PASSADO, PARA ENXERGAR O PRESENTE E VISLUMBRAR O FUTURO



Você irá reparar que essa caminhada, na qual seremos parceiros, tem início no Módulo 1, por nós batizado de Um Olhar na História da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

É um olhar importante. Afinal, por tudo que já conversamos, sabemos o quanto é fundamental ficarmos atentos à questão histórica. Foi pela construção dessa história que chegamos ao cenário atual, não é mesmo?

Vejamos...

Da catequese – instaurada pelos jesuítas à época da ocupação – ao Brasil liberto, as autoridades jamais concretizaram, de fato, uma escola para o povo que fosse além do ler e escrever. Por isso, a análise da escola, tanto como instrumento de **INCLUSÃO** como de **EXCLUSÃO**, deve ser realizada ao longo do tempo.

Essa reflexão nos permitirá verificar que, entre nós, o ato de educar sempre esteve impregnado de uma visão dual, ou seja, ao lado da Educação de massa, para o povo, direcionada para a inserção imediata no mercado de trabalho, convivemos, desde à chegada do colonizador ao país, com a Educação destinada à elite.

### **INCLUSÃO**

Política que favorece a entrada e a permanência dos alunos no sistema educacional.

Para melhor compreender a forma como esse sistema educacional se organizou, teremos a oportunidade de analisar a efervescência política e os vários movimentos pela escolarização surgidos em diferentes governos, ao longo do tempo. Conheceremos as propostas e alternativas de Educação Popular, além dos retrocessos ideológicos ocorridos na história da Educação brasileira. Teremos um olhar especial sobre os anos 90, momento de retomada da luta pela escola pública de qualidade.

Bem, que tal darmos uma paradinha para que você possa refletir sobre tudo isso?

### ATIVIDADE 1



Por tudo que vimos, qual seria realmente a importância da História para o entendimento do presente?

---



---



---



---

### COMENTÁRIO

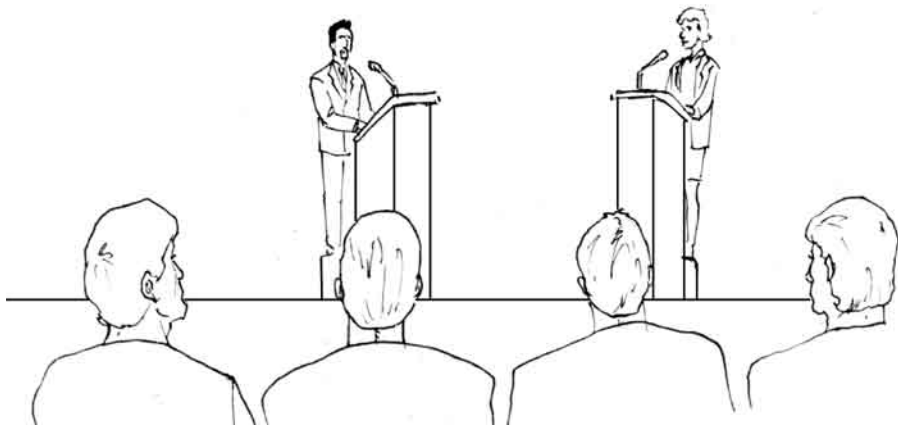
*Você deve ter pensado: o Homem faz a História e o legado de hoje é o resultado de suas ações, sejam elas positivas ou negativas, que se acumularam ao longo dos anos. Realmente, é isso! Sempre há saldo positivo e, sobretudo, lições que podemos tirar das situações. Afinal, a aprendizagem não é característica marcante da nossa espécie? Para nos ajudar nessa reflexão, vale a leitura do trecho a seguir: “Os fatos acusam e a história registra um progresso humano constante: mesmo quando se dá recuo é para avançar” (LIMA, 1962, p. 29).*

## AS LEIS TAMBÉM FAZEM HISTÓRIA

Você vai perceber, no Módulo 2, que é importante conhecer os marcos e referências legais que envolvem a atual Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação. Juntos, vamos analisar os aspectos legais que envolvem o jovem e o adulto no processo escolar.

O Módulo 2 é encerrado com a apresentação de algumas propostas internacionais para a EJA. É importante perceber que a problemática da Educação de Jovens e Adultos vai além de nossas fronteiras; é, na verdade, um problema mundial. Inúmeras medidas, tomadas no Brasil, respondem

a decisões e recomendações provenientes de encontros e conferências nacionais e internacionais. Essas recomendações apesar de amplas e abertas, tratam de temas bastante atuais e servem como referenciais das políticas públicas desenvolvidas por diferentes países.



### COMO O ADULTO APRENDE

Também vamos avançar pelas concepções de aprendizagem, destacando inicialmente as contribuições de Piaget e Vygotsky. Essa abordagem configura o Módulo 3.

A intenção é tratar da interação homem-meio e do seu significado no ato de aprender. O jovem e o adulto em processo escolar carregam diferentes vivências sociais, sofrem estímulos de várias naturezas, têm maneiras próprias de assimilar o conhecimento – questões essenciais para nós, educadores, envolvidos nas práticas pedagógicas nos diferentes segmentos de EJA.



Ainda no Módulo 3, daremos ênfase especial à pedagogia freiriana. Vamos ampliar o que já conhecemos sobre a contribuição de Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos e a questão que envolve o saber popular; sobretudo, trataremos da **educação dialógica** como base para educar jovens e adultos das classes populares. “O homem dialógico tem fé nos homens antes de encontrar-se frente a frente com eles” (FREIRE, 1987, p. 81).

Ainda neste módulo, você certamente, vai lembrar o que já estudou de Psicologia da Aprendizagem, quase sempre referida à criança. A questão **ANDRAGÓGICA** é ainda pouco estudada devido ao pequeno espaço que a Pedagogia reserva ao estudo do homem depois da adolescência.

E, por falar nisso, que tal uma questão para você pensar antes de continuarmos?

### PEDAGOGIA DIALÓGICA

Difundida por Paulo Freire, baseia-se na interação humana, a partir do diálogo fundamentado no amor e no respeito ao saber do educando.

### ANDRAGOGIA

Na concepção de Knowles (*The adult learner*, 1990), é a arte e ciência de ajudar adultos a aprender.

### ATIVIDADE 2



Faça uma reflexão sobre sua maneira de aprender. Qual a última coisa que você aprendeu? Quais os motivos que o levam a aprender?

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

Vamos tentar imaginar algumas possíveis respostas. Veja se é isso mesmo. Você aprende mais rápido aquilo que é de seu maior interesse, seja por curiosidade, seja por razões de trabalho ou para melhoria da auto-estima. Você, possivelmente, parte do mais simples e conhecido para estruturas mais complexas; deve fazer correlações com saberes já adquiridos, estabelecendo ajustes conceituais. Será que acertamos?

## PARA QUE SERVEM OS PARÂMETROS CURRICULARES?

No Módulo 4, gostaríamos de apresentar a você os **PARÂMETROS CURRICULARES**, documentos que servem de base para a estruturação dos currículos do Ensino Fundamental e do Médio.

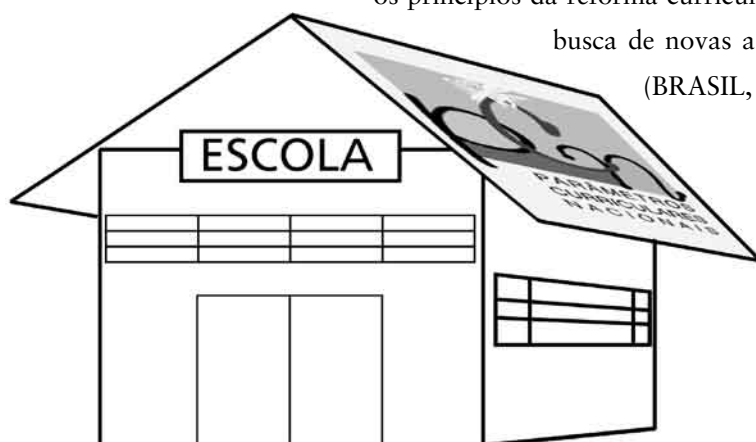
Esses documentos, além da base conceitual, inovam conceitos, propõem novas abordagens pedagógicas, fazem integração de áreas e estabelecem correlações entre os componentes curriculares.

### PARÂMETROS CURRICULARES

Documento que serve de estímulo e apoio à reflexão sobre a prática diária do professor, o planejamento das aulas e o desenvolvimento do currículo.

Você, certamente, não irá atuar em todos os níveis do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Entretanto, como educador de jovens e adultos, quer no supletivo, quer no regular noturno, ou em programas de Educação Popular, é importante conhecer os Parâmetros Curriculares; afinal, eles nos ajudam tanto nos aspectos conceituais como nos técnicos.

Sobre isso, veja o que diz o secretário de Educação Média e Tecnológica do MEC, na apresentação dos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio: “Estes Parâmetros cumprem o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor na busca de novas abordagens e metodologias” (BRASIL, 1999, p. 11).

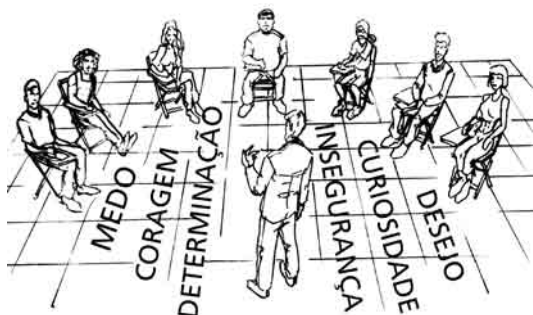


## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: QUESTÃO ANTIGA, PROBLEMA ATUAL

Finalmente, no Módulo 5, trataremos de questões atuais da EJA. Vamos procurar analisar o jovem e o adulto em processo escolar. Você, provavelmente, já tem idéia desse tipo de educando. Então, diga: Em que são iguais e em que são diferentes dos estudantes da escola regular diurna? Quais são os interesses e expectativas desses educandos? De que forma eles reagem ao saber sistematizado? Como se situam no mundo do conhecimento? Quais são suas ambições e seus desejos?

Será que temos respostas para todas essas perguntas? Para algumas, sim, para outras, certamente não. Mas você deve estar curioso!

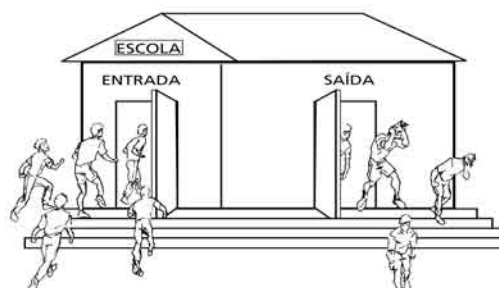
Trabalharemos, também, a questão da avaliação como processo. Faremos algumas reflexões à luz de dados oficiais mais recentes. Teremos a oportunidade





de observar que, além dos que foram excluídos, porque não tiveram acesso à escola, há os que foram pelo próprio processo – nele ingressaram e não permaneceram.

Avaliação, como você bem sabe, é questão fundamental no processo educacional, não é mesmo? Então pense...



### ATIVIDADE 3



#### EDUCADOR

Aquele que educa, organiza ações que provocam o conhecimento e o desenvolvimento do potencial humano.

#### FUTUROLOGIA

Ciência que pretende deduzir, com dados do presente, o desenvolvimento futuro nos aspectos políticos, econômicos e sociais.

Você acha importante avaliar? Como avaliar? Quais os principais problemas encontrados por aquele que avalia? E por aquele que é avaliado?

---

---

---

---

---

#### COMENTÁRIO

*Certamente, para responder o proposto, você pensou em sua própria trajetória de vida. De uma coisa, entretanto, todos temos certeza: não é apenas através de provas formais que se avalia, certo? Avaliação é um processo somatório. Quando realizada de forma democrática, implica análise de tarefas, trabalhos de grupo, pesquisas, sínteses de textos etc. Você concorda?*

*Ao longo de nosso trajeto, vamos pensar também no EDUCADOR e na EDUCADORA de EJA. Como deve ser? Qual o seu compromisso?*

*Como você já sabe, justamente por trabalhar com pessoas amadurecidas pela rudeza da vida e do trabalho, o educador de jovens e adultos deve estar comprometido com a causa popular e precisa, antes de tudo, acreditar na capacidade humana.*



*Aqui, nosso caminhar está chegando ao fim. Como seria de se esperar num assunto tão polêmico, a última aula será um exercício de FUTUROLOGIA. Precisamos imaginar que ações e projetos devem ser contemplados nas políticas educacionais, para que venham, de fato, beneficiar jovens e adultos em processo escolar. Que propostas devem ser encaminhadas pelas autoridades, que possam resgatar os direitos negados a grande parte da população ao longo da História? Que contribuições cada um de nós terá deixado pela ação de nossa prática e pela reflexão de nosso fazer pedagógico?*

## CONCLUSÃO

Como você reparou, apesar de esta ser uma aula introdutória, foi possível analisar alguns conceitos relacionados à questão da EJA. Você pôde perceber que ela, na verdade, nunca foi prioridade no Brasil e que as políticas públicas nessa área são, em geral, pouco definidas e sujeitas a interferências de toda ordem. Contudo, mesmo sem fazer parte destacada da agenda oficial, ela está presente em todas as análises sociais, como questão de direito substantivo. Assim, usando as palavras de Freire: “Ensinar exige convicção de que a mudança é possível” (FREIRE, 1987, p. 85).

## RESUMO

Fizemos aqui uma reflexão da Educação de Jovens e Adultos, destacando os assuntos que serão abordados nos módulos constantes da disciplina. Destacamos a questão histórica, a questão legal, as concepções de aprendizagem, os Parâmetros Curriculares e várias outras questões atuais da EJA. Esperamos que essa introdução tenha despertado seu interesse, motivando-o para ser nosso parceiro nessa caminhada.

### Para você pensar...

- Reflita sobre a disciplina que vai cursar e sua importância.
- Relembre os vários temas/módulos que compõem o curso.
- Destaque os temas/módulos sobre os quais você já tem conhecimento.

Em relação ao primeiro item, pense na Educação de Jovens e Adultos como uma disciplina específica que trata de alunos que não seguiram, regularmente, sua trajetória escolar. Cabe dar a eles um tratamento especial. Relacione os temas que serão abordados, talvez relendo a aula. Estabeleça relações entre alguns desses temas e os conteúdos trabalhados por outras disciplinas. Registre e faça anotações sobre o que lembra.

## **AUTO-AVALIAÇÃO**

Pense nas contribuições que as propostas apresentadas trouxeram para o processo de formação que você vivencia neste curso. Avalie o quanto você já conhecia sobre o tema e que novos conhecimentos foi capaz de desenvolver. É importante trocar informações com outros educadores.

## **INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA**

Na próxima aula, vamos rever alguns momentos do nosso processo escolar, do início da colonização brasileira ao final do período monárquico. Essa reconstituição histórica permitirá que você analise a exclusão escolar de jovens e adultos das classes populares no período estudado.



## Como tudo começou

### Meta da aula

Apresentar alguns fatos que indicam, do período colonial ao final do período monárquico, o processo de exclusão escolar dos jovens e adultos das classes populares e os avanços legais observados.

## objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- Definir esses períodos e sua importância para a Educação de Jovens e Adultos.
- Resumir os principais acontecimentos de repercussão na EJA.
- Analisar os fatos políticos sob a ótica da exclusão.

### Pré-requisito

Conhecer a importância da disciplina, da conjuntura histórica e da estrutura do curso proposta na aula anterior.



## INTRODUÇÃO

### DIREITOS SOCIAIS

Direitos proporcionados pelo Estado, que possibilitam melhores condições de vida às pessoas e tendem à equalização de situações sociais desiguais.

Liberdade – antigo sonho da humanidade.

Os homens preferem ser livres a ser escravos. Preferem ser tratados de modo justo e não injusto. Tanto mais que, nas sociedades que existiram historicamente, nunca todos os indivíduos foram livres ou iguais entre si. A sociedade de livres e iguais é um estado hipotético, apenas imaginado (BOBBIO, 1997 p. 8).

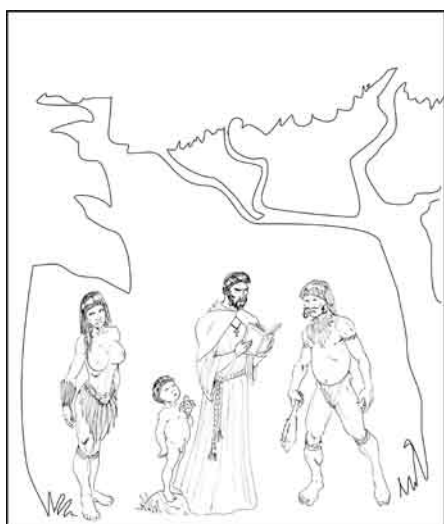
Como sabemos, um importante fato, dentre muitos, capaz de igualar ou diferenciar homens, é o acesso ao conhecimento. Dessa forma, para que possamos analisar o problema da exclusão social de grande parte da população brasileira, é preciso, como ponto de partida, um olhar sobre o nosso processo histórico. Como falamos na aula anterior, é o hoje escrito pelo ontem que escreverá o amanhã. Entre nós, há muito tempo, nega-se ao povo o **DIREITOS SOCIAL** básico de educar-se, principalmente aos jovens e adultos, sobretudo das camadas populares. Ao longo da História do Brasil, surgem medidas de democratização do ensino, configuram-se movimentos em defesa do ensino público mas, de fato, muito pouco tem sido feito para torná-los efetivos. Nos primeiros tempos, você sabe, de um lado eram os que se proclamavam donos da terra, ligados à exploração dos engenhos; de outro, a maioria dos trabalhadores, submetida ao processo de escravidão. Assim tudo começou.

## A AÇÃO MISSIONÁRIA E EDUCATIVA

No começo era a catequese. Os religiosos da **COMPANHIA DE JESUS** foram os primeiros responsáveis por uma educação sistemática

no país. Fácil imaginar, e você já deve ter-se apercebido disso, que o objetivo maior dos jesuítas era o de difundir o Evangelho. Entretanto, também ensinavam princípios morais, normas de comportamento e alguns ofícios. Aos poucos, essa ação educativa foi ampliada para a educação da classe dominante, representada pelos colonizadores e seus descendentes. Como você vê, o povo estava de fora.

A respeito disso, destaca Romanelli (1988, p. 35), “a obra de catequese que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil acabou gradativamente cedendo lugar, em importância, à educação da elite”.



Mas que tipo de ensino desenvolviam os jesuítas? Ler e escrever, para a maioria da população, e **ENSINO HUMANÍSTICO** para alguns da classe dominante, ensino esse totalmente afastado da realidade da colônia e seguindo o modelo da cultura européia.

É importante destacar que, do início da colonização até 1759, ano da expulsão dos jesuítas, todo o processo educacional e a própria vida social da colônia sofreram pesada influência jesuítica, que persistiu ao longo de nossa História.



### ATIVIDADE 1

Gostaríamos agora que você, a partir do que leu e também do que já conhece da História da Educação no Brasil, estabelecesse uma síntese da ação educacional dos jesuítas.

---

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Provavelmente, considerando a realidade da época e os interesses do colonizador, você percorreu o sentido evangelizador da ação, sem dúvida a mais forte característica. Destacou também a preocupação com a escola de ler e escrever, destinada à maioria da população, com acréscimo de algumas práticas morais e de preparação para um ofício. Deve ter ainda assinalado o caráter humanístico, voltado para a cultura geral, as letras e a literatura, totalmente reprodutor da cultura européia, destinado ao colonizador e seus descendentes.*

### COMPANHIA DE JESUS

Sociedade missionária fundada em 1534 por Inácio de Loyola com o objetivo de defender o catolicismo da Reforma Protestante e difundi-la nas terras do Ocidente e do Oriente. Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549 e dedicaram-se à catequese e à educação dos colonos.

### ENSINO HUMANÍSTICO

Relacionado com as humanidades, baseia-se, fundamentalmente, no estudo das letras clássicas. É orientado para o estudo do homem, para o desenvolvimento da sua personalidade e de suas faculdades criadoras.

### MARQUÊS DE POMBAL

Sebastião de Carvalho e Melo, primeiro-ministro de D. José I, durante 27 anos comandou a política e a economia de Portugal e de seus domínios. Em 1759, expulsou os jesuítas. A Educação, que no Brasil era de responsabilidade dos jesuítas, sofreu grandes alterações.



### D. João VI

Príncipe regente de Portugal. Transferiu-se para o Brasil em 1808, fugindo da invasão francesa a seu país. Voltou para Portugal em 1821, deixando em seu lugar o príncipe D. Pedro.

## A CORTE CHEGA AO BRASIL

Há um fato interessante em relação ao período compreendido entre a expulsão dos jesuítas (1759) e a chegada de D. João VI (1808) que precisamos destacar. É a **REFORMA POMBALINA** Reforma Pombalina, de natureza anticlerical. Essa reforma procurava corrigir o traço formal e religioso do ensino, incluindo o conhecimento científico não aceito pelos jesuítas. Você sabe por que nos lembramos dessa Reforma? Nela não se destaca nenhum avanço na educação popular, e, como se imagina, o processo de exclusão se acentua devido ao fechamento das escolas missionárias.

A partir da chegada de D. João VI, começa a se delinear, no Brasil, uma classe média muito atuante, influenciada por correntes de pensamento ligadas ao **LIBERALISMO**. Você lembra o que é o liberalismo?

Naquele período, essa classe emergente via na escolarização uma forma de se impor e de galgar as posições de mando que a estrutura colonial favorecia. Acentuam-se a estratificação e o distanciamento da imensa classe popular.

### LIBERALISMO

Idéias e doutrinas que visam a assegurar a liberdade individual dentro da sociedade. O liberalismo político visa a estabelecer a liberdade do indivíduo em relação ao Estado e preconiza oportunidades iguais para todos.



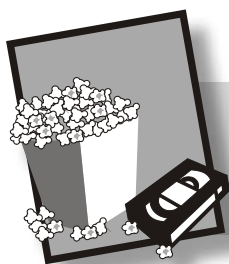
A presença da família real forçou a reestruturação social e política do Brasil. Muitas obras públicas, muita movimentação no campo intelectual e muitas benesses para a elite. À grande massa inculta nada se oferecia.

Podemos perceber ainda, no período joanino, uma preocupação com o ensino militar e com os cursos superiores. Afinal, era preciso criar a classe dominante, que decidiria o futuro da nação. Dessa forma, nenhuma medida ou ação educativa voltada para os adultos das camadas populares foi, de fato, implementada nesse momento da nossa História.

Romanelli, analisando o período, afirma que

a preocupação exclusiva com a criação de ensino superior e o abandono total em que ficaram os demais níveis do ensino demonstram claramente, esse objetivo, com o que se acentuou uma tradição que vinha da Colônia – a tradição da educação aristocrática (1988, p. 38).

Para que você possa refletir, sugerimos uma rápida paradinha.



#### MOMENTO PIPOCA

Para compreender melhor o período aqui apresentado, você pode assistir a alguns filmes como *Carlota Joaquina*, *A missão* e à minissérie *O quinto dos infernos*.



#### ATIVIDADE 2

Você identifica, em termos educacionais, alguma vantagem no surgimento de uma classe média ligada ao liberalismo?

---



---



---



---



---

#### COMENTÁRIO

*Talvez você tenha analisado a questão levando em consideração que foi essa classe média que lançou as bases de uma revolução cultural e que veio liderar vários movimentos de reformas do sistema social e educacional do país. Se você andou por esse caminho, achamos que se saiu bem.*

## INDEPENDÊNCIA OU MORTE – BRASIL IMPÉRIO



(...) E o sol da liberdade  
Em raios fúlgidos  
Brilhou no céu da pátria  
Neste instante. (...)

Fica difícil avaliar o que é ser independente. Afinal, tantos anos depois, nós – e também outras ex-colônias na África e na América Latina – continuamos dependentes de outros países. O tão sonhado “sol da liberdade” continua sendo, para todos, uma meta. Você concorda?

### CONSTITUIÇÃO

Lei fundamental de um país, que contém normas relativas aos poderes públicos, formas de governo, direitos e deveres dos cidadãos.

Como seria de esperar, após a Independência, as forças políticas se aglutinaram em torno da primeira **CONSTITUIÇÃO** (1824), que recebeu grande influência européia. Nela, destaca-se que a instrução primária é gratuita e deve ser oferecida a todos os cidadãos; logo, você já concluiu que os adultos também deveriam ser beneficiados. Mas não o foram, como também ficaram excluídos, explicitamente, mulheres e negros.

A aplicação da lei foi, portanto, restritiva. Em relação à questão, Haddad e Di Pierro observam que

essa distância entre o proclamado e o realizado foi agravada por outros fatores. Em primeiro porque no Império só possuía cidadania uma pequena parcela da população pertencente à elite econômica, à qual se admitia administrar a educação primária como direito, do qual ficavam excluídos negros, indígenas e grande parte das mulheres (2000, p. 109).

Além disso, os autores acrescentam que para completar esse quadro excludente, o Ato Adicional de 1834 deu autonomia às províncias quanto à forma de administrar a educação básica – primária e secundária – em sua jurisdição. O que podemos perceber, então? Transfere-se para quem tem menos recursos a responsabilidade de educar a maioria da população. Era público e notório que faltavam estrutura, bases financeiras e que, principalmente, os professores eram insuficientes. Ribeiro (2000) aponta que, para enfrentar essa carência de professores primários nas províncias, adotou-se o chamado **MÉTODO LANCASTER**, de influência inglesa.

A “vantagem” do método, apregoavam seus defensores, era a de que para cada escola bastava um professor, orientador dos que efetivamente atuavam junto aos alunos em sala de aula, que eram os monitores. Não fica difícil concluir qual era o nível de qualidade desse ensino, não é verdade? Aliás, você deve estar se dando conta de que, em pleno século XXI, ainda temos muitas variações do Método Lancaster.

Bem, mas e quanto ao secundário? Essa modalidade atendia um número limitado de alunos, nos chamados liceus provinciais, de caráter **PROPEDÊUTICO**, que, ao final, acabaram se transformando em preparatórios para exames do curso superior. O governo imperial, para responder aos anseios dos mais aquinhoados financeiramente, estimulava a criação, nas províncias, desses colégios. Insuficientes para atender a demanda, acabaram estimulando o surgimento de cursos e colégios particulares, preparatórios para o ensino superior. Já naquele tempo!

Você deve estar curioso e se perguntando: E o ensino profissional? Como seria de esperar, havia certo descaso público e alguma aversão a todo tipo de ensino profissional, sempre destinado aos pobres, aos órfãos e aos pouco escolarizados. Essa visão encontrava apoio em uma sociedade fundada numa ordem social escravocrata.

Agora, aquela paradinha para reflexão.

Uma interessante fonte histórica que traduz a percepção estrangeira quanto ao processo de “ensino de ofício”, destinado pelos senhores de terra aos jovens e adultos escravos, pode ser consultada pela leitura de uma das cartas enviadas por Von Binzer. Preceptora alemã, contratada como professora dos filhos de um abastado proprietário rural, costume comum à época, escreveu, em 1882, a uma amiga na terra natal:

### MÉTODO LANCASTER

Alunos mais adiantados faziam papel de monitores, reproduzindo a aula que tinham recebido momentos antes de um professor. O método era rígido, formal, com adoção de prêmios e castigos.

### PROPEDÊUTICO

Ensino que serve de introdução e que prepara o indivíduo para receber conhecimentos mais completos e aprofundados.

(...) os brasileiros deviam organizar entre seu próprio povo uma classe operária que ainda não possuem, como também criar a classe dos artesãos; alcançariam êsse fim com êxito, se encaminhassem às crianças pretas libertas para exercer um ofício regular. Mas acontece justamente o contrário: a lei de emancipação de 28 de setembro de 1871 determina entre outras coisas aos senhores de escravos que mandem ensinar a ler e a escrever a tôdas essas crianças. Em todo o Império, porém, não existem talvez nem 10 casas onde essa imposição seja atendida. Nas fazendas sua execução é quase impossível. No interior não há os mestres-escolas rurais como na nossa terra, e assim sendo o fazendeiro ver-se-ia obrigado a mandar selar 20 a 50 animais para levar os pretinhos à vila mais próxima, geralmente muito distante; ou então teriam que manter um professor para essa meninada?...

(...) mas o fato é que ninguém aqui faz coisa alguma, de maneira que as crianças nascem livres, mas crescem sem instrução e no futuro estarão no mesmo nível dos selvagens sem gozar nem mesmo das vantagens dos escravos, que aprendem este ou aquele trabalho material. Se já estão livres, por que fazer despesa com êles, desperdiçar dinheiro com quem não dará lucro? (...) não estarão percebendo que, agindo assim, estão preparando a pior geração que se possa imaginar para conviver mais tarde com seus próprios filhos? (BINZER, 1982, p. 102).



### ATIVIDADE 3

Qual seria o sentido da educação profissional no período monárquico? E atualmente? Para facilitar essa análise que estamos propondo a você, uma dica importante seria consultar a legislação então existente. Vamos lá?

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Um país estruturado em modelo social escravocrata naturalmente tende a ver o trabalho manual como atividade desqualificada. Criou-se e fortaleceu-se entre nós uma dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual, que persiste até hoje. A atual legislação brasileira, apesar de destacar a educação profissional, configurou-lhe um caráter de terminalidade, o que não permite ao aluno acesso direto ao Ensino Superior. O ingresso nas escolas técnicas e nos melhores cursos é bastante limitado. À grande maioria da população restam os cursos de treinamento, aligeirados e que, na maioria dos casos, não propiciam uma base teórica satisfatória.*

*Como você percebeu, a estrutura vigente no período monárquico não poderia responder às necessidades maiores de escolarização, tanto das crianças como dos jovens e adultos. A política educacional do Império criou um sistema dual, dividindo as atribuições educacionais entre o poder central, sediado na Corte, e as províncias. Esse poder administrava o ensino superior em todo o país e na capital do Império em todos os níveis. As províncias encarregavam-se do primário e do secundário nas suas jurisdições.*

*Chegamos assim ao final desse período, com uma população de, aproximadamente, 14 milhões de pessoas. Nesse universo, 82% dos brasileiros com mais de cinco anos encontravam-se analfabetos. Aí está a origem do problema.*

### RESUMO

Nesta aula, tivemos a oportunidade de observar que o descaso pelo ensino público tem sido uma constante desde o início de nossa colonização. Toda ação educacional estava voltada para o benefício da aristocracia rural e da burguesia emergente. Desse modo, não havia qualquer ação consistente em prol da escolarização dos não ou pouco escolarizados. Uma imensa população adulta analfabeta assumiu os postos de trabalho, tanto no campo como nas manufaturas, e o ensino profissional ficou restrito às camadas mais pobres da população. A educação primária objetivava apenas escrita, leitura e cálculos elementares, ocasionando a regressão de conhecimentos dos que não prosseguiram os estudos.

## ATIVIDADES FINAIS

- Analise a educação jesuítica no Brasil.
- Descreva a política de D. João VI e o porquê do seu caráter aristocrático.
- Compare o estabelecido na Constituição de 1824 com o Ato Adicional de 1834, identificando sua repercussão na Educação de Jovens e Adultos.
- Analise o sistema dual do ensino no Império e suas consequências.

[illegible]

## COMENTÁRIO

*Para responder ao primeiro item você deve ter assinalado que, na escola para o povo, além da função evangelizadora, havia também o desenvolvimento da leitura e da escrita e a preparação para o trabalho. Para o colonizador e seus descendentes, o ensino tinha caráter humanístico, reproduzindo o modelo europeu.*

*Quanto à segunda questão proposta, você deve ter considerado que toda política educacional volta-se para a nobreza; daí o descaso pela escola pública e pelo crescimento do ensino superior e militar.*

*Depois, deve ter lembrado da universalização da educação primária proposta pela Constituição de 1824 e da delegação às províncias, com o Ato Adicional de 1834, das responsabilidades pelo ensino primário e secundário, o que na prática não ocorreu, devido aos problemas financeiros e estruturais. Como consequência, aumentou a população desescolarizada.*

*Finalmente, você deve ter considerado que, ao se dividir competências e responsabilidades sem o devido aporte de recursos, gerou-se a falência do sistema público nas províncias, enquanto o ensino superior de responsabilidade do poder central expandiu-se.*

## **AUTO-AVALIAÇÃO**

Procure refletir sobre os fatos históricos vistos nesta aula que marcam a Educação brasileira até o final do Império. Veja se você é capaz de identificar as fases estudadas e a sua importância para melhor entendimento da questão educacional de jovens e adultos. Estabeleça algumas correlações com a Educação de hoje.

## **INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA**

Continuando nosso andar pela EJA, analisaremos a primeira metade do período republicano, chegando ao início dos anos 60. Teremos, assim, a oportunidade de verificar o surgimento dos movimentos voltados para a questão do direito à Educação e à cidadania plena.





# A primeira metade do século XX

AULA

3

## Meta da aula

Analisar o período em causa, destacando os acontecimentos que marcaram o processo educacional e suas repercussões na Educação de Jovens e Adultos.

## objetivos

Esperamos que, após o final desta aula, você seja capaz de:

- Analisar os aspectos educacionais legais mais significativos no período.
- Destacar os aspectos ideológicos no período e os avanços e recuos conceituais da Educação de Adultos.
- Destacar as medidas educacionais do Estado Novo, interpretando-as sob o ângulo da EJA.

## Pré-requisito

Leitura da aula anterior.



## INTRODUÇÃO

### PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA

Grupo de educadores, dentre eles Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Cecília Meireles Paschoal Lemme e Venâncio Filho, que nos anos 1920-1930 criaram um movimento de renovação educacional com concepção progressista e de influência norte-americana.

O Período Republicano inicia com intensa movimentação ideológica, o que torna o processo educacional centro dos grandes debates políticos do país. O novo modelo republicano parecia indicar a necessidade de rumos diferenciados de ações e a maior participação da sociedade. Os educadores se mobilizavam. Surge o movimento dos **PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA**, que postulava a educação como recurso para a modificação da estrutura social vigente.

Apesar de a questão de jovens e adultos não parecer muito nítida nos debates da época, o momento foi muito propício para o despertar do problema da escolarização. Veja o que diz Nagle, examinando esse período:

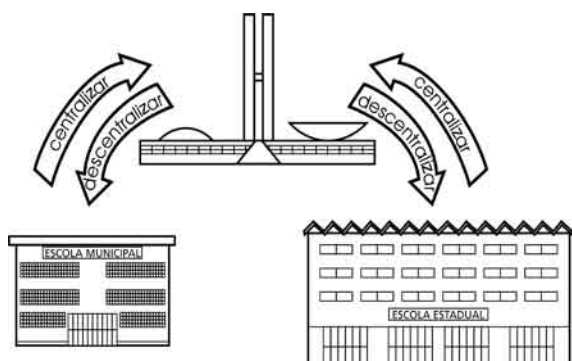
Diante das modificações setoriais, da efervescência ideológica e dos movimentos político-sociais, a escolarização foi percebida como um instrumento de correção do processo evolutivo e como uma força propulsora da sociedade brasileira (1974, p. 125).

Você vai sentir que os movimentos e as concepções educacionais dessa Primeira República vão subsidiar as ações dos períodos posteriores. Elas vão sustentar as teses de extensão das oportunidades educacionais a toda a população, que se fazem mais nítidas no final dos anos 50 e início dos anos 60.

## CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO – OS DEBATES CONTINUAM

Vimos que o Período Republicano inicia com grandes debates político-educacionais. Sem dúvida, precisamos nos reportar à Constituição de 1891. Ela marca o início do sistema federativo e da descentralização do ensino no Brasil. Nos aspectos educacionais, observam-se poucos avanços. Nela, até o princípio da gratuidade do ensino foi omitido.

À União cabia criar e administrar o Ensino Superior e estabelecer instituições de Ensino Secundário nos estados; ficava também com a responsabilidade da Educação, em todos os níveis, no Distrito Federal. Os estados deveriam criar e administrar o ensino básico para crianças e adultos, e o profissional. Talvez você não saiba, mas o ensino profissional era representado pelas



escolas normais para moças e escolas técnicas para rapazes, insuficientes e precárias.

Essa delegação de poderes em nada veio beneficiar o sistema. Os estados, além de enfrentarem interesses sociais conflitantes, não tinham condições técnicas e financeiras para estruturar um sistema eficiente.

O sistema educacional não respondia aos anseios dos diferentes estratos sociais, todos em busca da escola. Veja o que diz Ghiraldelli, fazendo uma análise do início da República:

A reorganização do Estado devido ao advento da República, assim como a urbanização do país, foram fatores decisivos para a criação de novas necessidades para a população o que possibilitou que a escolarização aparecesse como meta almejada pelas famílias que viam nas carreiras burocráticas e intelectuais um caminho mais promissor para seus filhos (1990, p. 16).



A pressão por escolarização, vinda sobretudo da classe média, levou o poder constituído a implementar várias reformas no plano federal. Essas reformas educacionais tentavam organizar o ensino e melhorar a situação deficiente da escola básica.

Conheça algumas dessas reformas.

A reforma de Benjamim Constant (1891), de influência **POSITIVISTA**, estabelecia a liberdade, a laicidade e a gratuidade da escola primária. Introduzia disciplinas científicas no currículo. Essa reforma não chegou

### POSITIVISMO

Doutrina de Auguste Comte. Caracterizava-se, sobretudo, por preconizar como válida unicamente a admissão de conhecimentos baseados em fatos e dados da experiência.

a ser efetivada na sua totalidade. Faltou infra-estrutura organizativa nos estados e apoio político das elites, preocupadas com a quebra do currículo acadêmico.

Outras reformas se seguiram, como a Rivadávia Corrêa (1911), que propunha total liberdade dos estabelecimentos escolares, desoficializando o ensino, com conseqüências muito negativas.

Alguns anos depois, foi a vez da reforma de Carlos Maximiliano (1915), que corrigiu a anterior, voltando a oficializar o ensino. Contudo, essa reforma tinha tendência elitista e preocupação com o Ensino Superior.

Finalmente, a Rocha Vaz (1925) regulamentou o ensino, criando um acordo entre Governo Federal e estados para o desenvolvimento da Educação Primária, o que representou uma razoável melhoria nesse sistema.

Entretanto, para Romanelli, essas reformas foram tentativas frustradas e produziram pouco efeito prático.

Você deve ter observado que as teses republicanas, baseadas na democracia, no espírito federalista e na Educação Popular, com extensão da escola elementar para o povo, não se concretizaram. A cada dia aumentava a massa dos desescolarizados: crianças, naquele momento, e jovens e adultos amanhã.

Agora é sua hora de refletir.

### ATIVIDADE 1

Leia o que afirmam Haddad e Di Pierro (2000).

Apesar do descompromisso da União em relação ao ensino elementar, o período da Primeira República se caracterizou pela grande quantidade de reformas educacionais que, de alguma maneira, procuraram um princípio de normatização e preocuparam-se com o estado precário do ensino básico (p.109).

Você concorda? Por quê?

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Você deve ter respondido que sim. Em todas as reformas há a preocupação com a distribuição de responsabilidades entre o poder central e os estados. Todas elas enfocam a questão do ensino básico, mostrando certa preocupação com o ensino do povo.*



Veja os dados que Ribeiro (2000) nos apresenta, fazendo uma análise dessa **PRIMEIRA REPÚBLICA**:

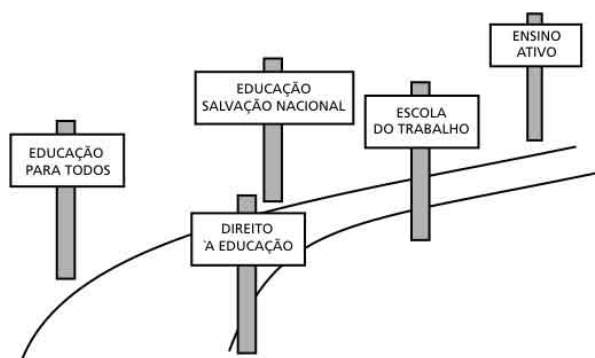
**Tabela 3.1:** Índice de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades

Especificação	1890	1900	1920
Total	14.333.915	17.388.434	30.635.605
Sabem ler e escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
Não sabem ler e escrever	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de analfabetos	85	75	75

**Fonte:** Instituto Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*, ano II, 1936, p. 46.

Enfim, você já deve ter concluído que, em 30 anos, houve pouco avanço na escolarização da nossa população.

## O DEBATE, O SILÊNCIO E O RESSURGIR DE IDÉIAS



### PRIMEIRA REPÚBLICA

Período histórico que se estende da Proclamação da República, em 1889, até 1930, com a subida de Getúlio Vargas à Presidência.

Você observou que o movimento dos Pioneiros da Educação Nova foi um marco importante na educação de nosso país. É preciso lembrar que os processos de industrialização e urbanização começaram a ser sentidos com mais vigor a partir dos anos 20, criando certa ebulição cultural. O clima de entusiasmo chegou a todos os setores, especialmente ao educacional.

Você, entretanto, deve estar se perguntando em que consistia esse movimento. Bem, tratava-se da crença de que, pela educação escolar, levar-se-ia o país ao progresso e à criação de um novo homem. Era a busca de inovações que substituíssem as velhas bases do ensino, tanto nas concepções como nos conteúdos e métodos. Apesar da influência norte-americana, o movimento tinha sentido nacionalista e caráter

salvacionista, ou seja, a escola era a solução para todos os problemas sociais. Falava-se de uma escola integral, que fosse capaz de desenvolver a observação e o raciocínio, adaptando-se às peculiaridades de cada região. Do Movimento dos Pioneiros surgiu um manifesto que foi um marco na educação brasileira.

O Manifesto dos Pioneiros, de 1932, é um documento de grande valor histórico; nele, educadores combatem a escola elitista e tradicional, pregam a laicidade e a gratuidade da educação e defendem um ensino público e obrigatório, em âmbito nacional.

Vejamos algumas análises sobre o período. Diz-se que, apesar da intensa mobilização dos educadores, de campanhas de erradicação do analfabetismo, da participação do proletariado urbano e da difusão de modernas teorias educacionais, as mudanças foram pouco sentidas e sem continuidade. Menos de um terço da população estava na escola! As escolas secundárias eram elitistas e restava ao jovem das classes populares o ensino profissional.

Em meio a essa ebulição, chegamos à Revolução de 1930.

A Revolução de 1930 levou Getúlio Vargas ao poder e marcou uma reformulação na sociedade política, havendo, de início, boa convivência das correntes inovadoras com o poder constituído.

Podemos começar pela Constituição. Nos aspectos educacionais, foi conciliadora: encaminhou uma política de Educação e propôs o Plano Nacional de Educação, que deveria normatizar o ensino e definir responsabilidades entre os poderes.

Se você se detiver na leitura desse documento legal, vai observar que vários temas nele legitimados eram foco dos debates dos educadores progressistas – Educação como direito de todos; liberdade de ensino em todos os graus; Ensino Primário extensivo aos adultos, gratuito e obrigatório; financiamento para a Educação.

Mas... veio a modificação do regime político do país. Alguns avanços promovidos pela Constituição de 1934 foram cortados pelo Golpe de Estado de 1937 e pela nova Constituição, do mesmo ano. Esse novo documento legal, produzido por tecnocratas, era centralizador: manteve gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, mas, textualmente, deu ênfase ao ensino pré-vocacional e profissional, direcionado às classes menos favorecidas. Desse modo, ficou fortalecida a concepção de que a educação das classes populares deve encaminhar-se ao sistema produtivo e ser dele dependente.

Leia a afirmativa de Frigotto (2000) e comente:



### ATIVIDADE 2

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho (p. 26).

Você acha que essa ótica tem mudado?

---



---



---



---

### COMENTÁRIO

*Com certeza, você considera que esta ótica persiste.*

*Até o momento, temos a Educação brasileira voltada para a elite, pretendendo encaminhar pessoas para o ensino de excelência, em grau superior, e a educação de massa, de menor consistência, voltada, de imediato, para o mercado de trabalho e destinada aos excluídos do sistema formal.*

No chamado **ESTADO NOVO** de Getúlio (1937 a 1945), apesar do fechamento político, algumas medidas abriram espaços para a Educação de Adultos. Criou-se um fundo chamado Fundo Nacional do Ensino Primário. Veja você que avanço! O recurso desse fundo também dava cobertura ao Ensino Supletivo de Adolescentes e Adultos. Resultou que, em alguns estados, a oferta de cursos para esse segmento populacional foi ampliada. Naturalmente, havia a preocupação de melhoria da escolarização, para favorecer o engajamento nos postos de trabalho da indústria e do comércio, em franca expansão. Contudo, a medida privilegiou o jovem e o adulto que estavam fora do sistema educacional.

Você vai sentir que, mesmo sendo um Estado ditatorial, havia preocupação com a Educação e com o ensino. Não era apenas pela visão populista do governante, mas também pela influência de educadores cooptados pelo sistema.

No período do Estado Novo, foram decretadas reformas nos diferentes ramos de ensino, conhecidas como **REFORMAS CAPANEMA**. Essas reformas, nem todas realizadas na gestão Vargas, tentavam normatizar o sistema educacional, dando estruturas próprias ao Ensino Industrial, ao Comercial, ao Secundário, ao Primário, ao Normal e ao Agrícola. Historicamente, foi a reforma mais abrangente feita até aquele momento. Formais e centralizadoras, com certeza, mas altamente organizativas.

### ESTADO NOVO

Período de governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945), caracterizado por um Estado forte, centralizador e interventor e pela falta de garantias e direitos individuais.

### REFORMAS CAPANEMA

Iniciadas em 1942 pelo então ministro de Vargas, Gustavo Capanema, tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino, indo além do Estado Novo. Foram elas: Ensino Industrial e Ensino Secundário (1942); Ensino Comercial (1943); Ensino Primário; Ensino Normal e Ensino Agrícola (1946).

Você percebeu que, nesse período, havia certa pressão dos setores produtivos pela definição de políticas educacionais para formação de mão-de-obra. Assim surgiu o Senai, em 1942, e mais tarde o Senac, em 1946, que abrigariam grande parte de jovens e adultos com baixa escolaridade, atendidos em cursos rápidos e direcionados a uma ocupação específica. Veja que a discriminação se acentua e o sistema dual permanece – educação propedêutica para a classe favorecida e formação profissional para a classe popular.

O fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a deposição de Vargas fizeram ressurgir as forças progressistas. Passa-se a reforçar a idéia de que a Educação, inclusive a de adultos, era a base para o desenvolvimento. Surgiram movimentos populares – comitês e associações de bairros que organizavam cursos de alfabetização de adultos e cursos profissionalizantes. Eram movimentos encabeçados principalmente pelo Partido Comunista e paralisados pela volta do partido à ilegalidade.

Mas podemos informar a você outros avanços. No plano internacional surge a **UNESCO**, que deu ênfase especial à educação de adultos. Isso forçou maior preocupação com essa educação e a instituição de um campo teórico-conceitual para esse tema.

No plano nacional, é importante fazer para você alguns registros. O primeiro deles é o da Constituição de 1946. Por essa Constituição, a União deveria fixar as Diretrizes e Bases da Educação. Isso gerou amplos debates. Surgiram campanhas em defesa da escola pública e da Educação popular, porém poucas conquistas foram sentidas de imediato.

No Ministério de Educação criou-se, em 1947, um serviço destinado especificamente à Educação de Adultos (SEA) que promoveu um movimento denominado Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos. Visava-se, num primeiro momento, à alfabetização seguida de curso primário condensado em dois períodos de sete meses. A campanha tomou vulto nos estados e municípios, garantindo a criação de uma estrutura supletiva por quase uma década.

Chegamos, como você observou, ao término desse período com alguns avanços. A sociedade, impregnada do espírito democrático, vai favorecer, do final dos anos 50 ao início dos anos 60, o momento de maior expressão na Educação de Jovens e Adultos.

#### UNESCO

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.



## CONCLUSÃO

Finalizando, podemos dizer a você que os amplos debates surgidos nesse período pretendiam garantir os direitos sociais a todos os cidadãos; esses debates ganharam corpo e foram traduzidos em políticas públicas que procuraram responder às necessidades de Educação da população como um todo.

Pelo menos em termos conceituais, o adulto desescolarizado começou a ser compreendido como produtivo e capaz de superar todas as limitações impostas pela sociedade.

### RESUMO

Os acontecimentos da primeira metade do século XX, de alguma forma, explicam a questão do jovem e do adulto pouco escolarizados. Em dois momentos – antes e depois de 1930 – há intensa mobilização dos educadores em torno da discussão da Educação e do seu significado. Isto deu à Educação de Jovens e Adultos um avanço conceitual. Sente-se, de parte do Governo, o aumento de responsabilidades educacionais para com essa população, tanto como estratégia política para diminuição das pressões sociais como estratégia econômica para incorporação dessa massa no sistema produtivo. Entre avanços e recuos, podemos afirmar, houve saldo positivo.

## ATIVIDADES FINAIS

- Quais as suas conclusões sobre o resultado do Movimento dos Pioneiros na política educacional?
- Indique qual o aspecto que merece destaque, no período do Estado Novo, com relação à Educação de Jovens e Adultos.

Você deve ter concluído que o Movimento dos Pioneiros foi a primeira grande manifestação dos educadores em prol da modificação da estrutura educacional vigente. O manifesto por eles produzido pregava a laicidade e a gratuidade da Educação, vistas como recursos para a solução de todos os problemas sociais.

No Estado Novo, além da criação de fundo que veio beneficiar o Ensino Supletivo de Jovens e Adultos, cabe destaque às chamadas Reformas Capanema, que deram organicidade aos vários tipos de ensino.

### **AUTO-AVALIAÇÃO**

Verifique se você conseguiu resolver com facilidade as atividades solicitadas. Procure lembrar os principais acontecimentos destacados nesta aula e conclua quais os avanços na política da EJA no período estudado. Caso tenha sentido dificuldades, volte à leitura do texto.

### **INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA**

Na próxima aula, vamos analisar os movimentos ideológicos dos anos 60 e o desdobramento dos acontecimentos relacionados com a EJA até a década de 1980.

# Da ditadura à Nova República – o período 1960/1980

AULA

4

## Meta da aula

Analisar as características do universo educacional brasileiro no período de 1960 a 1980 e suas consequências na Educação de Jovens e Adultos.

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- Identificar a influência das transformações sociais do período em relação à Educação de Jovens e Adultos.
- Destacar os movimentos ideológicos do período e os avanços e retrocessos conceituais a respeito de Educação de Jovens e Adultos.
- Analisar os aspectos educacionais legais mais significativos do período.

objetivos



## INTRODUÇÃO

Chegamos, com esta aula, aos “agitados” anos 60 – como você sabe, época de profundas transformações no Brasil e no mundo. Lá fora, os Beatles faziam sucesso e eletrizavam multidões. As mulheres, em sua luta contra a opressão masculina, passaram a contar com a pílula anticoncepcional, e os estudantes se manifestaram pelas ruas de Paris. A Guerra Fria, resultado das divergências entre americanos e russos, ameaçava o planeta. E, além de tudo isso, como você teve a oportunidade de assistir inúmeras vezes em filmes, jovens de ambos os lados perdiam suas vidas no Vietnã.

Diante de tudo isso, você certamente deve estar se perguntando: E no Brasil? Por aqui, uma parcial abertura política foi vivenciada entre 1945 e 1964. O Partido Comunista permanecia ilegal desde 1949, e os muitos jovens, homens e mulheres analfabetos não podiam exercer o voto nas eleições que aconteciam em todos os níveis de governo. Destaca-se também, no período, a organização e atuação de movimentos populares e a intensa migração, ocasionada pela pobreza, para os grandes centros.

Há também fatos históricos e econômicos que queremos recordar com você. Na área econômica, entre 1956 – com a posse de Juscelino Kubitschek – e 1961, início do curto governo Jânio Quadros/João Goulart, o Brasil viveu a fase principal de seu desenvolvimento, com acentuada participação de capital estrangeiro e ênfase na produção de equipamentos, bens de consumo duráveis e produtos químicos. Pelas ruas brasileiras, passaram a circular os primeiros Volkswagens nacionais e a nova capital, construída no centro do país, iniciava suas atividades.

Entretanto, apesar do aumento das oportunidades de emprego, a melhoria das condições sociais da população não se concretizou. Tal situação, contudo, não impediu que determinados setores, inclusive externos, concentrassem grandes lucros.

Em consequência do rompimento do apoio dado ao governo pelo empresariado e pelas Forças Armadas – sobretudo pela intensificação da participação do capital estrangeiro –, rompeu-se o complicado equilíbrio entre política e economia.

Assim, a partir de março de 1964, o golpe de Estado promovido pelos militares, com apoio de segmentos dominantes da sociedade brasileira, alteraria de modo significativo o cotidiano do país, com influência em todos os setores da sociedade, inclusive, como você certamente está imaginando, na área da Educação. Era preciso adequá-la aos novos interesses políticos e econômicos. O gosto da liberdade só voltaria a ser experimentado pela sociedade brasileira em meados dos anos 80.

## ANOS 60. O INÍCIO DE UMA LONGA DÉCADA...

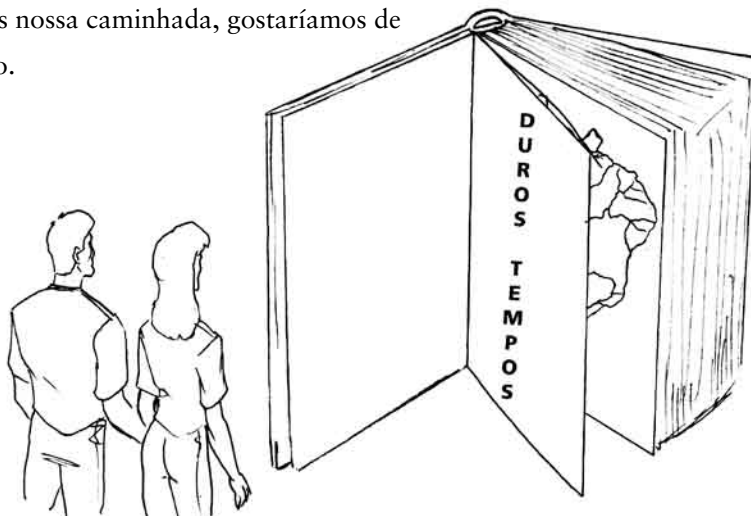
Para melhor compreensão dos rumos vividos pela Educação brasileira nesse período, gostaríamos de recordar com você dois importantes aspectos. O primeiro relaciona-se ao fato de que a Educação de Jovens e Adultos já se configurava como preocupação de âmbito mundial, como ficou evidente na Segunda Conferência Internacional de Adultos, ocorrida em Montreal em 1963. Na ocasião, a EJA passou a ser vista como continuação da educação formal, permanente e como educação de base ou comunitária.

O segundo aspecto relaciona-se ao fato de que, apesar das campanhas de erradicação do analfabetismo implantadas nos anos 50, o analfabetismo – de acordo com dados do Anuário Estatístico do Brasil, de 1963 – era realidade para 39,4% da população a partir de 15 anos.

O ensino primário era ineficiente; a repetência, alarmante. O secundário continuava elitista e não atendia às expectativas de grande parte da população. Esse quadro que apresentamos a você caracteriza, portanto, o baixo nível educacional da grande camada popular sem acesso à participação efetiva na vida econômica e social do país. E isso tudo, em meio ao otimismo político, ao desenvolvimentismo industrial e ao pesado ingresso de capital estrangeiro, com a concentração de riqueza em mãos de poucos.

Nesse cenário, a EJA ainda continuava a caracterizar-se por ações desenvolvidas pelos movimentos sociais, pelas igrejas e pelo Governo, sobretudo através das campanhas.

Aqui, antes de prosseguirmos nossa caminhada, gostaríamos de convidá-lo para uma reflexão.



### ATIVIDADE 1



Nesse contexto da década de 1960, quais eram os problemas enfrentados, no cotidiano, pelo homem e mulher, jovem ou adulto, desescolarizados?

---

---

---

---

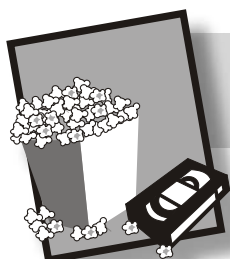
---

---

### COMENTÁRIO

*Em sua reflexão, você certamente recorreu ao que vimos nas aulas anteriores, quanto à trajetória da EJA, desde a chegada do colonizador europeu. Considerou, ainda, as transformações vivenciadas pela sociedade brasileira na década de 1960, momento em que, em função da concretização da atividade industrial, sobretudo no Sudeste – região que experimentou intenso fluxo migratório – a educação, além de instrumento de ajustamento social, passou a configurar-se como ferramenta essencial para inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Você também deve ter registrado que a corrida pela escolarização e a exclusão se intensificaram.*

### MOMENTO PIPOCA



Para melhor compreensão do período, sugerimos assistir aos filmes *Cinco vezes favela* e *Isto é Brasil*.

### EJA E MOVIMENTOS SOCIAIS

No período compreendido entre 1946 e 1964, nas iniciativas de alfabetização implantadas pelo Governo Federal, destacam-se vários movimentos de Educação Popular. Com origens diversas, são resultado da intensa atuação da sociedade nos chamados Movimentos de Base, na liderança sindical, na mobilização dos trabalhadores rurais e na efervescência política da juventude estudantil. Momento marcante de nossa História, em que diferentes atores sociais conquistam espaços e

aglutinam correntes progressistas compromissadas com a população menos favorecida.

Como exemplos desses movimentos que se espalharam por todo o Brasil, podemos apontar teatro de rua, música popular, cordéis, festivais de filmes, jornais populares, artes plásticas, discos e cursos variados, destacando-se ações de alfabetização.



Entretanto, para melhor compreensão, precisamos retornar a 1958, ocasião em que, buscando responder aos resultados insatisfatórios e às críticas, quanto aos efetivos resultados alcançados pelas diferentes campanhas de alfabetização desenvolvidas pelo país, ao longo da década, o Governo Federal realizou, no Rio de Janeiro, o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, reunindo entidades públicas e privadas. Foi um evento precedido de vários seminários regionais, que contou com a participação do presidente da República que, dirigindo-se aos presentes,

ressaltou o importante papel da Educação de Adultos na solução dos problemas criados pelo desenvolvimento econômico”, promovendo “preparo intensivo, imediato e prático aos que se encontram desarmados dos instrumentos fundamentais” (...) “que a moderna sociedade exige para a completa integração nos seus quadros: a capacidade de ler e escrever, iniciação profissional técnica, além da “compreensão dos valores espirituais, políticos e morais da cultura brasileira (PAIVA, 1987, p. 207).

Esse encontro deu oportunidade, ainda, que diversos grupos participantes destacassem preocupações e interesses, no sentido de novas possibilidades de realizar Educação de Jovens e Adultos. E veja: não se pensava apenas em alfabetização. Chamava-se atenção para a importância da possibilidade de que se desse continuidade aos estudos, o que, na prática, acabou por ocasionar a expansão dos Sistemas Supletivos Estaduais.

É interessante destacar que, desde as eleições de 1960, segundo alguns historiadores, já se podia perceber os resultados do ensino elementar e da **CEAA**, com a expansão do eleitorado em cerca de 50%.

Por tudo isso, percebemos, como resultado das críticas ao modelo de “combate” ao analfabetismo jovem e adulto implementado pelo Governo, o surgimento de novas idéias e propostas pedagógicas, consolidando o momento político vivido, então, pelo país.

#### **Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA**

Implantada em 1947 e extinta em 1963, foi a primeira grande campanha de massa destinada à Educação de Adultos. Dez anos depois, como desdobramento das estratégias de atendimento ao adulto, e na tentativa de responder às críticas quanto aos resultados reais da alfabetização realizada, anexo à CEAA criou-se o Sistema Rádio Educativo Nacional (Sirena), tendo por objetivo estimular os sistemas radioeducativos regionais. Em 1970, os ministérios das Comunicações e da Educação e Cultura regulamentam o uso gratuito do rádio para programas educativos em todas as emissoras do país. Surge o Projeto Minerva, de radioeducação.

um novo paradigma pedagógico (...) cuja referência principal foi o educador pernambucano Paulo Freire “cujo pensamento”, assim como sua proposta para Alfabetização de Jovens e Adultos, inspiraram os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram (...) no início dos anos 60 (...). Desenvolvendo e aplicando essas novas diretrizes, atuaram os educadores do MEB – Movimento de Educação de Base –, ligado à CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, dos CPCs – Centros de Cultura Popular, organizados pela UNE – União Nacional dos Estudantes, dos Movimentos de Cultura Popular, que reuniam artistas e intelectuais e tinham apoio de administrações municipais (MEC / AÇÃO EDUCATIVA, 1997, p. 22).

De Freire, educador brasileiro que entendia a educação também como ato político, você certamente já ouviu falar. Adiante, refletiremos sobre a relevante contribuição que sua filosofia trouxe ao pensamento educacional brasileiro e mundial.

Mas retornemos agora aos Movimentos Sociais. Como consequência das articulações e das pressões advindas do coletivo de educadores atuantes nesses movimentos, em janeiro de 1964, o Governo Federal dá início ao Programa Nacional de Alfabetização – PNA – cujo objetivo era mobilizar a participação, a cooperação e os serviços de agremiações estudantis, sindicatos profissionais, sociedades de bairro, instituições religiosas, organizações da sociedade civil, organizações militares, associações patronais, o magistério e vários outros setores, para a alfabetização a partir do chamado “método Paulo Freire”. O PNA, contudo, teve vida curta, sendo silenciado pela força das armas.

#### GOVERNOS MILITARES

Marechal Castelo Branco  
(1964–1967)  
General Costa e Silva  
(1967–1969)  
General Garrastazu Médici  
(1969–1974)  
General Ernesto Geisel  
(1974–1979)  
General João Baptista Figueiredo  
(1979–1985)

#### UMA EDUCAÇÃO PARA NOVOS E DUROS TEMPOS



Como você sabe, em consequência do golpe de Estado militar ocorrido em março de 1964, toda a sociedade brasileira tornou-se vítima do autoritarismo que, por 21 longos anos, instalou-se no país.

A preocupação com “a ordem e a segurança” e o temor do “fantasma do comunismo” levaram de imediato à intervenção em propostas de educação desenvolvidas pelos movimentos populares e instituições públicas e privadas de educação. Na prática, escolas



foram invadidas. Professores e estudantes foram presos ou exilados, como também ocorreu a Paulo Freire, que fugiu para o exterior.

O mesmo destino de extinção, enfrentado pelos Centros Populares de Cultura (CPCs), pelos Movimentos de Cultura Populares (MCPs) e pelas agremiações de estudantes, vivenciou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), importante centro de reflexão da cultura brasileira.

A respeito da linha político-programática da educação durante a ditadura, Aranha destaca que

a intenção explícita de “educar” politicamente a juventude se revela no decreto-lei (...) da junta militar em 1969, que torna o ensino de Educação Moral e Cívica obrigatório nas escolas em todos os graus (...). No final do grau médio, a denominação muda para Organização Social e Política Brasileira – OSPB – e no curso superior, para Estudos de Problemas Brasileiros – EPB (1996, p. 211).

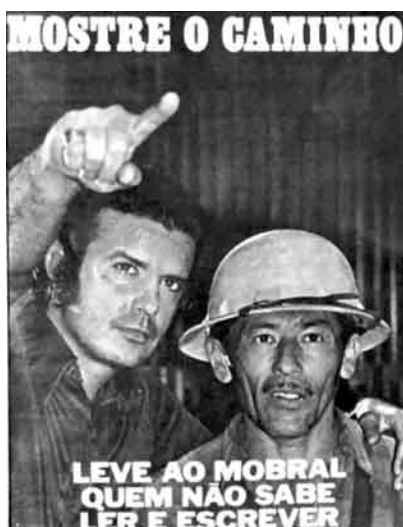
Como você deve estar lembrado, nas aulas anteriores percebemos que as políticas educacionais definem as concepções dos governantes sobre o que é educar. Por isso, os Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, implantados a partir de então no país, precisavam adequar-se à visão da alfabetização com fins específicos de leitura e escrita – desvinculados de “intenções subversivas de conscientização popular” – e estruturados no assistencialismo e no conservadorismo.

Enfim, o golpe militar, concebido por influência e em consonância com os objetivos norte-americanos, atendia aos interesses dos Estados Unidos para a América Latina. O MEC assinou convênio com a Agency for International Development (AID) para a realização de estudos que levassem à reorganização da educação brasileira e de toda a estrutura de ensino. Os acordos MEC–**USAID** garantiam ao Brasil assistência financeira para a implantação da Reforma Educacional proposta pelos militares, a Lei 5.540/68 – do Ensino Superior – e 5.692/71, a Lei de Diretrizes e Bases, que substituiu a anterior e na qual o conceito de educação assentava-se e articulava-se em três pilares: desenvolvimento, segurança e comunidade.

#### **USAID – UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT**

Entre 1964 e 1968 firmaram-se acordos do MEC e seus órgãos com a USAID (Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional), visando à cooperação econômico-financeira para a organização e desenvolvimento do sistema educacional. A ajuda externa vinha através de programas que foram implantados sem nenhuma análise por parte dos educadores brasileiros. A sua presença se fez desde a organização do sistema educacional até as propostas dos currículos dos diversos níveis de ensino, implantando as visões tecnicistas no contexto da educação brasileira, com as repercussões de todos conhecidas.

## O MOBRAL E A DÉCADA DE 1970



### MOBRAL

Criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando a *conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida*. Sua estrutura era financiada por recursos da União, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2% do Imposto de Renda e ainda um percentual da Loteria Esportiva.

A respeito do **MOBRAL**, você certamente já ouviu falar. Inclusive, no que se refere ao cunho pejorativo que a sigla do Movimento Brasileiro de Alfabetização ganhou junto à sociedade brasileira. Uma das mais representativas instituições do governo militar, que respondeu, até o final da década de 1980, já com o nome de Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar), pela EJA no Brasil.

Com a criação do Mobral, o Governo buscava responder às constantes solicitações da Unesco, de investimentos dos países para a superação do analfabetismo mundial e, por outro lado, assumia o controle e ocupava uma lacuna deixada pela extinção

das muitas ações de alfabetização, de jovens e adultos, antes desenvolvidas pelos movimentos populares.

Dessa forma, a partir de 1969, a Instituição iniciou um amplo trabalho de alfabetização de jovens e adultos, que se concretizou durante a década de 1970 – alcançando todos os municípios brasileiros –, época em que a taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos chegou a 33%.

Sobre o método do Mobral utilizado nas salas de aula de todo o país, apesar de lançar mão de algumas das estratégias utilizadas anteriormente pelos movimentos populares, por exemplo, no que se refere à utilização das palavras geradoras – uma das etapas da alfabetização proposta por Freire –, encontrava-se esvaziado do aspecto crítico e problematizador. No livro do aluno, as mesmas palavras, previamente definidas, eram apresentadas aos alunos do meio urbano ou do rural.

Aranha aponta que, embora em 1972 o total da população analfabeta se reduzisse a 28,51%,

os resultados mostram o baixo rendimento alcançado, se levarmos em conta o número de inscritos. Essa avaliação torna-se ainda menos otimista quando se verifica que nem sempre a aprovação significa desempenho de leitura, pois muitos dos “alfabetizados permanecem analfabetos funcionais, sem desenvoltura para ler e mal sabendo desenhar o próprio nome” (1996, p. 215).

Em resistência à ditadura, apesar do perigo que isso representava, alguns grupos arriscavam-se e, de maneira reduzida, desenvolviam uma alfabetização embasada nas idéias de Freire, o que se ampliou de fato apenas a partir do início da abertura política experimentada pelo país na década de 1980.



### ATIVIDADE 2

Considerando o que vimos até aqui, procure refletir sobre as razões que levaram o governo militar a criar o Mobral.

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Você certamente considerou a grande preocupação dos militares com a segurança nacional. Isso mesmo. Os governantes viam, com especial preocupação, qualquer trabalho desenvolvido nas áreas rurais e também onde houvesse grande concentração popular. A alfabetização que vinha sendo desenvolvida até então, em função das discussões promovidas, era entendida como estratégia comunista, visando a divulgação de idéias e valores marxistas. E lembremos que esses eram, justamente, os maiores inimigos dos americanos. Portanto, ao criar o Mobral, asseguravam-se de que esse problema não apenas estivesse resolvido, ao mesmo tempo que passavam a ter oportunidade de divulgar os novos valores do sistema instituído. A idéia principal era deslocar o foco da desigualdade social, convencendo o indivíduo que a resolução dos problemas passava primeiro por ele próprio, uma questão de investimento pessoal.*

## A LEI DE DIRETRIZES E BASES 5.692/71. E A EJA?

Como você tem percebido ao longo dessa caminhada, as leis configuram as tendências político-sociais dos grupos que detêm o poder de legislar. Assim, com a Lei 5.692/71, substituta da 4.024/61 – em vigência no início do período militar –, não será diferente. Ela traduz o pensamento hegemônico dos militares e também de alguns educadores cooptados pelo regime e solidários aos ideais das doutrinas desenvolvimentistas, de origem norte-americana. Você está lembrado dos acordos MEC–USAID?

Elaborada a partir de um grupo designado pelo coronel e ministro Jarbas Passarinho e implantada praticamente sem discussão, com tempo definido para que o Congresso a aprovasse – em caso contrário, o seria por decurso de prazo – a Lei modifica a estrutura do ensino vigente até então.

Buscava reduzir o acesso ao ensino superior, reorganizar o primário e o ginasial – em um único bloco, chamado primeiro grau – e profissionalizar o ensino secundário. Vejamos agora as razões. Primeiro, a Lei pretendia adequar o sistema ao mercado, com a qualificação de mão-de-obra emergencial e sem aprofundar a base científico-tecnológica. Uma mão-de-obra barata, não é mesmo? E segundo porque, dessa forma, reduzia os gastos com a educação, ao reprimir a pressão social pelo ensino superior. Sobre isso, observe o que destaca Romanelli:

A profissionalização do nível médio, portanto, era vista como a exigência que teria como resultado selecionar apenas os mais capazes para a Universidade, dar ocupação aos menos capazes e, ao mesmo tempo, conter a demanda da educação superior em limites mais estreitos (1998, p. 235).

E agora, que tal aquela tradicional paradinha para reflexão?

### ATIVIDADE 3



Considerando o que vimos, sobre as intenções da Lei 5.692/71, aprovada tão rapidamente pelo Congresso, em sua opinião, de que maneira os governantes acreditavam poder reduzir a pressão da sociedade em relação ao ensino superior?

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Você provavelmente identificou na intenção de profissionalizar o ensino secundário, a resposta encontrada pelos técnicos educacionais do governo militar para o problema de pressão pelo Ensino Superior. Isso porque, dessa forma, acreditavam que grande parte dos jovens ao final do curso se sentiria estimulada a ingressar no mercado de trabalho e apenas os mais capazes – e interessados – se dirigiam à universidade.*

Mas, e quanto à EJA?

É fato que, pela primeira vez na história da Educação, uma Lei de Diretrizes e Bases dedica um capítulo ao Ensino Supletivo, recomendando aos estados a criação de uma estrutura própria para atender a jovens e adultos.

A 5.692/71, em seu artigo 24, destinado a essa modalidade de ensino, destaca que o mesmo terá por finalidade suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria e proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte. Percebe-se ainda na lei, pela definição de idade mínima para exames no Supletivo – 18 anos para o primeiro grau e 21 anos para o segundo grau – o tipo de clientela que pretendia atingir. A EJA passa a ter, com a nova lei, uma abrangência especial ao ser regulamentada pelo Parecer 699/72, que define as funções de suprimimento, suplência, qualificação e aprendizagem. Percebe-se, assim, a intenção do legislador de ampliar a escolaridade dos não-escolarizados, por meio de cursos e exames e realizar formação profissional. Ao mesmo tempo, porém, identifica-se a preocupação de assegurar mecanismos que permitam continuidade dos estudos no sistema regular. Desse modo, as autoridades da época buscavam atender a grandes contingentes populacionais, abrindo possibilidades de realizar um ensino de massa voltado para mercado de trabalho. Aliás, não podemos esquecer que essa mesma ótica foi a base para a estruturação do ensino de segundo grau, regulamentado pelo Parecer 45/72, que definiu os mínimos a serem exigidos em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações.

## DÉCADA DE 1980. UMA LUZ DE LIBERDADE NO FIM DO TÚNEL

Chegamos finalmente à década de 1980. Dado nosso objetivo, a Educação de Jovens e Adultos, você deve estar curioso em relação à taxa de analfabetismo. Ela encontrava-se na casa de 25,94%, para a população brasileira acima de 15 anos, segundo o IBGE.

Como resultado de uma gradual abertura política, grupos populares empenhados em ações relacionadas à Educação de Jovens e Adultos trocam experiências. A ampliação do conceito



**Recordando a História...**

Nos anos de 1983 a 1984 surgiu a campanha pelas diretas, mobilizando milhões de brasileiros – exigia-se o fim da ditadura e eleições diretas para sucessão do presidente Figueiredo.

A proposta, entretanto, não foi aprovada pelo Congresso Nacional, ocasionando a eleição indireta, com a votação de senadores, deputados federais e representantes de cada Assembléia Legislativa.

Venceu a chapa Tancredo-Sarney.

Com a morte de Tancredo antes de assumir a Presidência, foi empossado o vice José Sarney.

de alfabetização consolida a necessidade de implantação de etapas posteriores à fase inicial, para que o aluno dê continuidade ao processo de letramento.

No sentido de responder às críticas da sociedade e de educadores comprometidos com uma Educação crítica de jovens e adultos, o governo “ fecha” o Mobral em 1985 e, como vimos anteriormente, institui a Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos – Fundação Educar.

À Educar, além da reformulação dos programas do Mobral – de Alfabetização e de Educação Integrada, equivalente às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental

– cabia fornecer apoio técnico e financeiro às iniciativas do governo e da sociedade civil. No Rio de Janeiro, como projeto especial, a partir de 1986 implantou o Programa de Educação Básica para a Baixada Fluminense, que desenvolvido em conjunto com as associações de moradores locais representava, após mais de duas décadas de ditadura, uma tentativa de ação conjunta entre o governo – da Nova República – e os movimentos populares organizados da sociedade civil.

A partir de sua extinção, pelo presidente Collor, em 1990, alguns governos estaduais e municipais, além de entidades da sociedade civil, buscaram desenvolver ações para preencher a lacuna deixada, sem, entretanto, conseguir atender à demanda da sociedade.

Dessa forma, chegamos ao início da década de 1990 comemorando o final do longo período de ditadura e com a necessidade de uma política para a EJA, capaz de promover não apenas o resgate histórico do direito à educação dos homens e mulheres, jovens e adultos, mas sobretudo, capaz de assegurar o acesso e posse a um conhecimento que se configure instrumento de cidadania e de inclusão no mundo do trabalho, transformado por rápidas modificações tecnológicas.

**RESUMO**

Verificamos que, diante do insucesso das campanhas de erradicação do analfabetismo desenvolvidas pelo governo em décadas anteriores, a sociedade civil mobiliza-se nos anos 60. A partir do debate e da concretização de práticas embasadas na filosofia do educador Paulo Freire, desenvolve-se uma alfabetização que possa instrumentalizar homens e mulheres, jovens e adultos para o exercício da cidadania.

Em 1964, através de um golpe de Estado, com a concordância dos Estados Unidos, os militares assumem o poder, e a educação popular, entendida como subversiva e disseminadora de valores contrários aos interesses nacionais, sofre violenta intervenção. Educadores, líderes comunitários e todos aqueles que contrariam os interesses do governo são perseguidos.

Com a criação do Mobral, em 1970, o governo militar atendia aos apelos de organismos internacionais para investimento na Educação de Jovens e Adultos e ocupava o espaço deixado vago, com a interdição dos movimentos populares, governos e instituições religiosas. Em 1985, com a extinção do Mobral, ocasionada pelas críticas da sociedade quanto aos resultados alcançados, o governo cria a Fundação Educar, que sobrevive até 1990.

Durante a ditadura, a educação brasileira foi orientada pela Lei 5.692/71. Votada pelo Congresso sob pressão militar, a LDB era voltada à profissionalização, visando estimular a entrada de jovens no mercado de trabalho, diminuindo, assim, a procura da sociedade pelo ensino superior. Em relação à EJA, pela primeira vez uma lei dedicou um capítulo ao Ensino Supletivo, buscando suprir a escolarização regular de adolescentes e adultos.

No final da década de 1980, com o enfraquecimento da repressão militar, foi possível a educadores que haviam atuado “clandestinamente” no movimento popular a troca de experiências e o aprofundamento da fundamentação teórica em alfabetização. A persistência do analfabetismo jovem e adulto na população brasileira mobilizou a sociedade para cobrar uma atuação mais efetiva do poder público.

## ATIVIDADES FINAIS

- Que transformações sofreu a Educação de Jovens e Adultos no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980?
- O que levou o governo militar a intervir na Educação de Jovens e Adultos promovida pelos movimentos populares?
- Que pontos caracterizam a educação defendida por Paulo Freire?

[illegible]

## COMENTÁRIO

*Para responder aos dois primeiros itens, você provavelmente destacou a diferença entre as propostas da década de 1960 e as da década de 1970, quando preocupado com a disseminação de idéias “subversivas”, o governo militar desarticulou ações de educação promovidas por diferentes setores do governo e da sociedade civil. A criação do Mobral, nessa época, era uma resposta ao vazio que se instalou nessa área. Mais adiante, entretanto, como você lembrou, com a gradual abertura política, concepções mais críticas em educação foram se concretizando. Quanto aos pontos defendidos por Freire, você considerou a proposta de uma educação capaz de instrumentalizar homens e mulheres para a leitura crítica de mundo. Ou seja, uma prática na qual a leitura e a escrita não se restringissem ao conhecimento mecânico das letras.*



## **AUTO-AVALIAÇÃO**

Para verificar o conteúdo trabalhado nessa aula, tente organizar uma linha do tempo, das décadas de 1960–1980, com os principais acontecimentos da EJA. Indique a ligação existente entre esses acontecimentos e os aspectos políticos do período.

Refleta ainda, considerando o conteúdo trabalhado nas aulas anteriores, quanto às iniciativas realizadas pelo poder público, ao longo da história brasileira, na tentativa de superação da problemática.

## **INFORMAÇÃO SOBRE A PRÓXIMA AULA**

Na próxima aula, dando prosseguimento à nossa análise histórica, trataremos dos acontecimentos que caracterizaram a EJA na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI.



# A redemocratização e os anos 90

AULA

5

## Meta da aula

Destacar o processo de redemocratização do país e seus reflexos nas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos e apresentar os programas mais significativos da década de 1990 e os do início do século XXI.

## objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- Analisar a importância da redemocratização no processo educacional e as políticas de atendimento ao jovem e ao adulto.
- Avaliar os principais projetos e programas da EJA na década de 1990 e seus desdobramentos no momento atual.

## Pré-requisito

Identificar os fatos e acontecimentos da EJA nos agitados anos 60 e seus prolongamentos, vistos na Aula 4.

ACABOU O SILÊNCIO!



## INTRODUÇÃO

De fato, com o processo de redemocratização política do país, a reorganização partidária, a promoção de eleições diretas nos níveis subnacionais de governo e a liberdade de expressão e de organização dos movimentos sociais urbanos e rurais alargaram o campo para a experimentação e a inovação pedagógica na Educação de Jovens e Adultos (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 120).

Você percebeu, na aula anterior, que desde o início dos anos 80 ressurgia, no cenário brasileiro, intensa efervescência política por meio da participação de trabalhadores, do envolvimento dos partidos de vanguarda e da presença de instituições representativas da sociedade civil. É importante informar que os governos militares não conseguiram minimizar os problemas educacionais, apesar da retórica falaciosa do “milagre econômico”.

Ghiraldelli (1990) aponta, fazendo uma análise do período militar, que a Educação foi um descalabro, e se refere a 60 milhões de analfabetos em uma população de 130 milhões de brasileiros (estatística de 1983). Diz ele que o ensino público primário decresceu e que a rede secundária cresceu, com certeza pela maior participação do ensino privado.

A escolarização, nesse contexto, passa a ser vista como o caminho possível para o enfrentamento de um mercado universalizado e de efeitos danosos para os que pouco dominam os saberes da ciência, da técnica e da tecnologia.

## GANHOS E CONTRADIÇÕES

A década de 1990 começa, muito antes, com a Assembléia Nacional Constituinte. Foram amplos debates e muita composição de forças para tentar superar a estrutura autoritária da Constituição anterior e dar corpo à nova Constituição de 1988. A Educação de Jovens e Adultos esteve na pauta desses debates e dessas reivindicações.

Por agora, basta adiantar a você que, na Constituição de 1988, a Educação foi colocada como questão de direito de todos e dever da família e do Estado. Ainda mais: nas Disposições Transitórias (Artigo 60), ficou estabelecido o prazo de dez anos para eliminação do analfabetismo e a universalização do Ensino Fundamental. Para isto, deveriam ser aplicados 50% dos recursos veiculados à Educação, em todos os níveis de governo. O texto



legal muito pouco alterou o quadro educacional existente na EJA nos oito anos de validade desse artigo, e por fim a Emenda Constitucional (14/96) suprimiu o citado Artigo 60 das Disposições Transitórias e as obrigações nele determinadas.

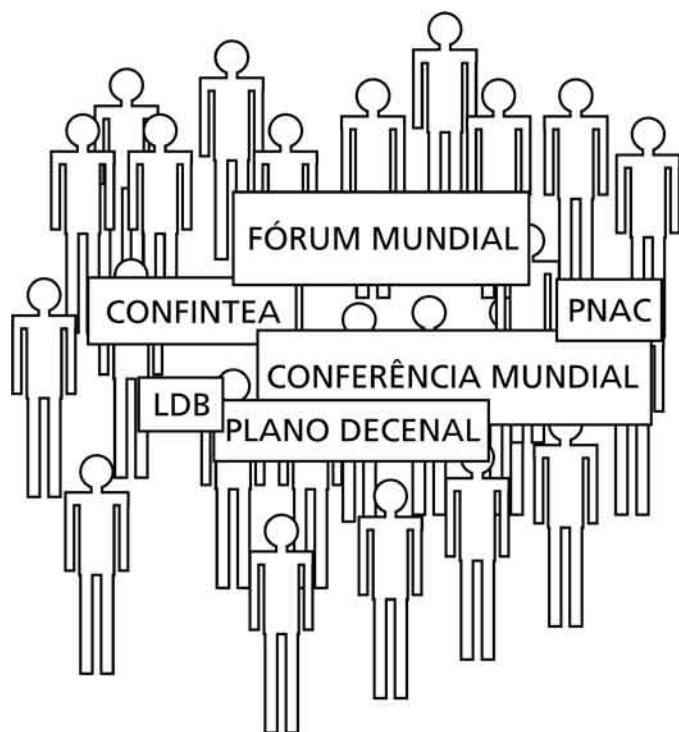
Veremos mais adiante que, além de outros artigos da Carta Magna, que tratam da Educação, as alterações propostas no citado Artigo 60 confirmam não ser a EJA parte das prioridades governamentais nos vários níveis da organização pública. O que se pode adiantar é que a Constituição de 1988 consegue ganhos na questão dos jovens e adultos pouco escolarizados. Os direitos mais gerais concedidos não foram alterados. Contudo, mesmo com a ordem jurídica instaurada, a inclusão dessa população no processo educacional escolar depende de decisão política e da convicção dos governantes de que esse segmento social é capaz de, pela educação escolar, reverter o quadro culturalmente limitador em que vive. Sobre o que estamos tratando, leia a seguir:

No momento em que o direito ganha novos espaços e abre novas áreas por meio das grandes transformações pelas quais passa o mundo contemporâneo, é importante ter o conhecimento da realidade que, no passado, significaram e no presente ainda significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos. O direito à educação escolar é um desses espaços que não perderá sua atualidade (CURY, 2000, p. 7).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, observa-se que, apesar da garantia de alguns ganhos na política da EJA, o texto legal apresenta algumas contradições. Situando a EJA como uma modalidade de Educação Básica, não destaca as várias outras formas de educação que se realizam nos espaços não-escolares. Retoma-se o conceito de supletivo, contrapondo-se ao que a Lei chama ensino noturno regular.

Você pode imaginar o que isso tem gerado nos sistemas educacionais. Além do pouco empenho em manter essa modalidade, observam-se interpretações múltiplas sobre o tipo de ensino a oferecer. Em muitos estados e municípios, muda-se o ensino diurno regular para a noite, sem qualquer adaptabilidade ao educando. Em outros, oferece-se, à noite, um ensino aligeirado e de menor qualidade, sem superar o sentido compensatório que carrega o supletivo ao longo dos anos.

## FATOS EM FOCO



Que outros acontecimentos marcaram a década de 1990, além da questão legal já tratada? Para começar, no plano internacional, cabe o registro da Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, na Tailândia (março de 1990). É bom que você saiba que, nessa conferência, se retomou a Educação como meta de atendimento de todos os países, notadamente os do Terceiro Mundo. No Brasil, a Declaração saída dessa conferência impulsionou programas, projetos e reformas de ensino; nem todos, contudo, com os resultados esperados.

Politicamente, a década de 1990 tem início com a posse de um novo presidente. Você lembra? Fernando Collor de Mello. Um dos seus primeiros atos foi

o da extinção da Fundação Educar, sobre a qual conversamos na aula anterior. Vimos, ainda, que a Educar não era executora dos programas de jovens e adultos; tinha a função propositora e agregadora das ações previstas nos estados e municípios pela transferência de recursos. Vimos que muitas instituições e órgãos públicos, com a extinção da Fundação Educar, assumiram, por conta própria, as atividades que mantinham por convênio, enquanto outros interromperam seus programas.

O presidente Collor de Mello, para imprimir a sua marca na gestão educacional, propõe um novo programa – **Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC)** – que também seria de apoio aos projetos institucionais.

Observe que a EJA é sempre marcada por ações sem continuidade e sujeitas a interferências políticas variadas. Veja o PNAC, que teve duração efêmera. Suspenso com o *impeachment* do presidente, foi logo esquecido no curto governo de Itamar Franco.

**PNAC**

Pretendia, dentre outras medidas, transferir recursos federais para que instituições públicas e privadas promovessem a alfabetização e a escolarização de jovens e adultos.



### ATIVIDADE 1

Do que você recorda da aula anterior, faça um estudo comparativo do Programa Educar e do PNAC.

---

---

---

---

---

---

### RESPOSTA

*Provavelmente, você destacou que ambos tinham como objetivo central a alfabetização. Considerou, ainda, que o Programa da Fundação Educar foi além. Também financiava as iniciativas dos estados e municípios e instituições civis correspondentes às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. O PNAC, entretanto, não passou de intenção frustrada.*

No governo Itamar Franco, um novo plano educacional foi proposto. Após consulta a vários segmentos da sociedade, surgiu o Plano Decenal, concluído em 1994 e que fixou metas ambiciosas como oferecer, no decênio, Ensino Fundamental para 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de jovens e adultos com baixa escolaridade. Na verdade, foi mais um plano esquecido e não assumido pelo sucessor, o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os fatos que vimos aqui, na verdade, são apenas o pano de fundo de amplos debates que se desenvolviam no mundo educacional naquele momento. Associações de classe, sindicatos e educadores voltavam a discutir a universalização e a qualidade do ensino, a defesa da escola pública e gratuita, o financiamento, a formação de professores. Era o novo projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, debatido e negociado com diferentes atores sociais, e que acabou substituído pela proposta Darcy Ribeiro. Voltaremos a essa temática em momento oportuno.

Outras mobilizações aconteciam no cenário educacional, tratando, agora, de forma destacada a Educação de Jovens e Adultos. Eram os encontros preparatórios para a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinte), realizada em Hamburgo, Alemanha, em julho de 1997. Os encontros preparatórios reuniram em torno desse tema estudiosos e instituições e serviram para aprofundar os debates da EJA de

forma mais incisiva e organizada. É bom lembrar que essa mobilização acabou gerando os Fóruns EJA, espaço plural e democrático de debates e reflexões, e a sua extensão em encontros nacionais, que ainda hoje reúnem educadores de todo o Brasil.

Assim, chegamos ao governo Fernando Henrique Cardoso (1995), que marca um período de busca da estabilização econômica, com restrição de gastos e reajuste estrutural. O cumprimento de acordos financeiros e internacionais levou o governo a cortes de verbas públicas, sendo o setor educacional um dos mais afetados. A reforma educacional atingiu em cheio a educação básica de jovens e adultos, optando o governo por programas alternativos em regime de parcerias.

Você vai observar que o MEC não tomou a EJA como prioridade, deixando que outros ministérios assumissem esse papel e dessem maior visibilidade às ações com jovens e adultos. Os educadores têm reagido a essa política. Tenta-se buscar maior participação do MEC com a EJA, bem como substituir os cursos de curta duração por outros mais consistentes e aprofundados.

Segundo Paiva (1997, p. 103), “o movimento e a organização dos educadores de jovens e adultos vêm mostrando que há saídas, para quem tem estado disposto a construí-las”. Essa posição nos parece muito oportuna num momento de tantas dúvidas e contradições.

Você deve registrar outro acontecimento do final da década de 1990 que tem repercussões na EJA. Trata-se do **FÓRUM MUNDIAL DA EDUCAÇÃO**, que avaliou os compromissos assumidos na Declaração Mundial de Educação para Todos (em Jomtien), sobre a qual falamos aqui. Como nenhum dos compromissos foi cumprido integralmente, foram adiados para 2015. Os encontros internacionais serão tratados, com maior detalhe, em aula específica.

Agora, aquela paradinha para reflexão...

#### **FÓRUM MUNDIAL DA EDUCAÇÃO**

Realizado no período de 26 a 28 de abril de 2000, em Dacar, Senegal. Nele, criou-se o Marco de Ação de Dacar, em que os governos têm a obrigação de assegurar que os objetivos e metas de Educação para Todos sejam alcançados e mantidos.





## ATIVIDADE 2

Em sua opinião, quais PNAC, quais os fatos mais significativos, da década de 1990, para definição das políticas educacionais, inclusive para a EJA?

---

---

---

---

---

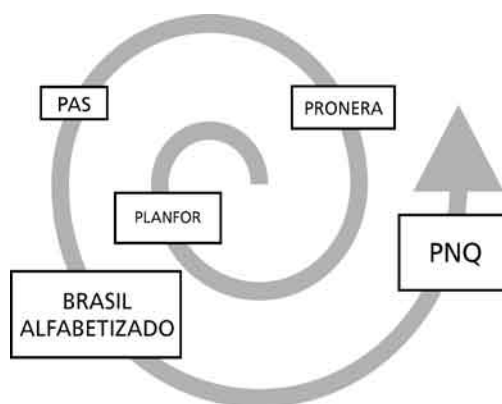
---

## RESPOSTA

*Você, com certeza, deve ter assinalado – Conferência Mundial de Educação para Todos; Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC); Plano Decenal; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia) e Fórum Mundial da Educação. O mais significativo, pelo seu caráter regulador e normatizador, no caso brasileiro, foi a LDB. No âmbito dos direitos sociais universais de jovem e adultos, cabe registro a Confinteia.*

## DESCENTRALIZAÇÃO E PARCERIAS

Como vimos, os direitos à educação das pessoas jovens e adultas, conquistados no plano jurídico, foram sendo protelados pela crise econômica, pela redefinição de papéis do governo e pela própria política educacional do MEC, que não toma a EJA como sua prioridade e cede espaços à ação de outros ministérios. E quanto aos programas federais surgidos a partir da década de 1990? Eles não garantem todas as conquistas legais dessa modalidade nem absorvem as propostas de inserção de jovens e adultos em processo educacional que promova sua cidadania plena. Vejam alguns.



## PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DO TRABALHADOR (Planfor)

Criado em 1995, ficou ligado à Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Sefor) do Ministério do Trabalho (MTb). O Planfor objetivava desenvolver o tipo de formação requerido pelo mercado de trabalho. Contudo, o desenrolar do programa apontou para o baixo nível de escolaridade da massa trabalhadora, o que impedia a

**FAT**

Fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e composto pelas contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

qualificação e a mobilização socioprofissional dos candidatos aos cursos. Assim, o Planfor também assumiu iniciativas destinadas à melhoria da escolarização de jovens e adultos. Talvez você não saiba, mas o Planfor contava com amplos recursos do **FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)**. Graças a isso, conseguiu manter uma grande rede de parcerias. Para você ter uma idéia dos resultados desse programa, veja o que se afirma em documento do MTE.

Uma idéia da complexidade envolvida nesses processos é dada pela escala atingida pelo Planfor, em matéria de treinandos, investimentos e mobilização de novos atores. No período de 1995–1999, o Planfor qualificou um total de 8,3 milhões de pessoas, investindo em R\$ 1,4 bilhão do FAT, complementado por contrapartidas médias de 20% dos estados e demais parceiros. As ações de qualificação se realizaram em pelo menos 70% dos 5,5 mil municípios do país, cobrindo 75% dos que são considerados focos de pobreza e exclusão (segundo classificação do Comunidade Solidária). Uma rede de 1,5 mil entidades executoras – com destaque para a universidade, os sindicatos, o Sistema S e as ONGs – foi mobilizada para a execução dos programas (BRASIL, MTE, 2000, p. 6).

**PAS**

Iniciou suas atividades em 1997 em 38 municípios brasileiros com índices mais elevados de analfabetismo. Desde 1998, é gerenciado por uma organização não-governamental com sede em Brasília.

Muitas críticas foram feitas ao Planfor, e a principal refere-se à qualidade dos cursos oferecidos, em razão da pequena carga horária e da estreita e discutível ligação com o mercado de trabalho.

**PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA (PAS)**

Acreditamos que você deve ter acompanhado o andamento desse programa, coordenado pela professora e antropóloga Ruth Cardoso. Idealizado pelo MEC em 1996, foi coordenado por um Conselho vinculado à Presidência da República. Seu objetivo não se restringe ao combate ao analfabetismo. Visa também à busca da institucionalização da Educação de Jovens e Adultos nos governos municipais.

O Programa teve uma grande expansão enquanto endossado pelo Governo Federal e co-financiado pelo MEC, por empresas e doadores individuais. Sua atuação se faz pelo sistema de parcerias, sendo gerenciado pela Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS), instituição não-governamental ainda atuante. Como vimos em programas semelhantes, o PAS baseia-se numa concepção estreita de alfabetização

(cinco meses); na prática, não conseguiu assegurar o prosseguimento dos estudos dos egressos das redes públicas. Para avaliar os resultados desse programa, veja os dados acumulados de janeiro de 1997 a dezembro de 2003, disponíveis na internet: foram quatro milhões de brasileiros atendidos; 2.010 municípios parceiros; 170.000 alfabetizadores capacitados; 135 empresas, organizações e governos e 219 instituições de ensino superior também parceiros do programa. Dados surpreendentes, não acha? Ainda mais: o PAS ultrapassou fronteiras, tendo se instalado em Moçambique e em São Tomé e Príncipe em 2001.

As dúvidas que persistem com relação à efetividade do PAS são quanto à duração do curso e às dificuldades de prosseguimento de estudos dos alunos egressos. Entretanto, cabem outras reflexões. Como manter, a partir de agora, um programa sem sustentação política do MEC, correndo paralelo a outras iniciativas governamentais? Como contar com fontes de financiamentos, em geral altamente influenciadas pelo jogo de interesses políticos? Você deve ter uma opinião sobre essas questões e vamos tentar conhecê-la em breve.

## PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (Pronera)

Criado em 1998 pelo Governo Federal sob inspiração do Conselho de Reitores e do Movimento dos Sem-Terra. É mais um programa para jovens e adultos que apresentamos a você e que não tem vinculação com o MEC. Ele é coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo atual Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Como os demais programas de que já tratamos, o **PRONERA** funciona mediante parcerias com universidades, sindicatos e movimentos sociais do campo. Seu objetivo principal é a alfabetização e escolarização básica de trabalhadores rurais assentados, concebidas como instrumentos políticos da cidadania. Costuma-se dizer que o Pronera é um programa inovador, o que realmente é. A inovação está, entre outras coisas, no fato de que os alfabetizadores são dos próprios assentamentos rurais e recebem formação, em alguns casos, até em nível superior, pelas universidades parceiras. Veja o que isso representa! Uma coisa é desenvolver um processo formativo com educadores que desconhecem a realidade dos alunos; outra é aproximar os universos, educador-educando, conjugando as vivências socioculturais de ambos.

### PRONERA

Criado em 1998 como um programa de Educação de trabalhadores rurais em projetos de assentamento da reforma agrária.

Documento avaliativo do programa que faz um balanço de cinco anos de atividades e que informa que mais de 100 mil pessoas concluíram o Ensino Fundamental e Médio e 5 mil assentados foram preparados como educadores.

Mesmo com as dificuldades de financiamento, o Pronera tem conseguido manter a sua linha político-pedagógica e expandir sua ação em âmbito nacional.

Vamos fazer uma pequena pausa para reflexão?

### ATIVIDADE 3



Faça uma análise comparativa dos três programas federais apresentados. Destaque o significado e os resultados para a EJA.

---

---

---

---

---

### RESPOSTA

*Você considerou que os três programas têm em comum o atendimento prioritário de jovens e adultos. O Planfor e o Pronera buscam a melhoria das competências do trabalhador por estratégias diferenciadas. O Pronera pensa na educação geral e na melhoria do conhecimento como caminho para enfrentar a discriminação e a exclusão social. O Planfor atribui à formação do trabalhador o papel de ajustamento à realidade produtiva. Quanto ao PAS, a preocupação maior é com a alfabetização inicial como instrumento de cidadania.*

Além desses, gostaríamos de destacar dois outros programas nacionais estruturados já no século XXI. Sob a inspiração de um novo governo – de Luiz Inácio Lula da Silva –, volta-se a debater antigos problemas com novas roupagens. Você terá a oportunidade de perceber que a questão passa, mais uma vez, pela necessidade fundamental da inclusão social de grande parte da população, jovem e adulta, escolarização e por meio do trabalho. Vamos analisá-los.

### PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO (PNQ)

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançou o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), apoiado nos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Esse Plano fixa as diretrizes da nova

Política de Qualificação – 2003 a 2007 – em substituição ao Planfor. Seus idealizadores pensam em promover, através de cursos, um processo de ascensão social do trabalhador pela melhoria do trabalho e da renda, dando prioridade aos trabalhadores mais vulneráveis econômica e socialmente. Não seria essa também a perspectiva do Planfor? Veja que, ao longo de nossa caminhada, cada novo governo busca imprimir a sua marca nas ações e projetos da sua gestão. Inovadores ou não, o importante é a base teórica em que se assentam. O PNQ, por exemplo, destaca mudanças nas dimensões política, conceitual, institucional, pedagógica e ética, em relação ao plano anterior. Reforça-se a necessidade de articular a qualificação com a formação integral, elevando a escolaridade dos trabalhadores. E mais: toda política de qualificação do PNQ “leva em conta as desigualdades e diferenças de classe, etnia, gênero, região etc.” (BRASIL. MTE, 2003, p. 28). O PNQ está em fase de implantação. O ano de 2003 foi de transição dos acordos e convênios já firmados com o Planfor. A meta do PNQ é atingir 200 mil trabalhadores por ano.

Esperamos que você, como educador de jovens e adultos, fique atento ao desenvolvimento desse programa.

## PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

O programa foi criado por decreto presidencial de 8 de setembro de 2003, sob a égide do Ministério da Educação. Sua finalidade é erradicar o analfabetismo no Brasil. Novidade? Claro que não! Afinal, já vimos vários projetos com esse mesmo objetivo. Entretanto, o analfabetismo continua representando fator impeditivo ao progresso social e à melhoria das condições de vida de grande parte de nossa população. Você deve ter observado, também, que o analfabetismo continua sendo concebido, por muitos analistas, como um problema produzido pelo indivíduo. Não é visto como um problema social, fruto da negação histórica de direitos, como temos refletido aqui. Observa-se, contudo, o esforço dos educadores ligados a esse programa, no sentido de ampliar o conceito de alfabetização e de promover mudanças de estratégias para superar as limitações socioculturais dos educandos.

A implementação do Programa Brasil Alfabetizado ficou sob responsabilidade da Secretaria de Erradicação do Analfabetismo (Seea), um órgão do MEC, hoje chamada Secretaria de Educação Continuada,

### BRASIL ALFABETIZADO – METAS

Alfabetizar  
3 milhões em 2003;  
6 milhões em 2004;  
6 milhões em 2005  
e 5 milhões em 2006.

Alfabetização e Diversidade (SECAD). A intenção é a mesma de tantos outros programas, ou seja, “a efetiva alfabetização de jovens e adultos, com conseqüente continuidade dos estudos” (BRASIL, MEC, 2003).

Você reparou, também, que a idéia de que os alunos possam dar continuidade aos estudos na rede pública é uma preocupação constante em todos os programas de alfabetização. Será que acontece? A realidade vem mostrando o contrário. Os sistemas públicos não absorvem todos os egressos do processo inicial de alfabetização.

O Programa Brasil Alfabetizado também funciona com parcerias – governos estaduais e municipais, universidades, organizações não-governamentais e entidades civis – que tenham experiência em EJA. A novidade é que dá autonomia aos parceiros na definição do modelo pedagógico a adotar. Contudo, a base de tempo previsto para o curso, de 6 a 8 meses, é insuficiente, se entendermos que alfabetizar é muito mais que decifrar letras e sinais. O programa também recebe críticas, por vincular a remuneração do educador ao número de alunos matriculados.

Dados de setembro de 2003 mostram que já haviam sido firmados 40 convênios envolvendo 56 mil alfabetizadores e, aproximadamente, um milhão de alfabetizandos.

Vamos acompanhar a trajetória desses dois novos programas, esperando que alcancem os resultados positivos previstos.

Antes de encerrar esta aula, gostaríamos de registrar alguns outros programas da EJA de maior abrangência que, em alguns casos, funcionam como parceiros em diferentes níveis de governo.

- **Fazendo Escola/Recomeço.** Iniciado em 2001 com o nome de Recomeço, é um programa federal de apoio financeiro a estados e municípios e desenvolvido em localidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (**IDH**).
- **Movimento de Educação de Base da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),** que desenvolve ações de promoção social e educação popular nas áreas mais carentes e com indicadores socioeconômicos que revelam situação de pobreza. Realiza ações em alguns estados do Norte e Nordeste.
- **Telecurso 2000,** desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). São cursos supletivos de educação básica a distância, funcionando em todos os estados do país. Nas sessões de aprendizagem, são apresentados vídeos com acompanhamento de um orientador.

#### IDH

Criado no início da década de 1990 para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), com a finalidade de medir o nível de desenvolvimento humano a partir de indicadores de educação, longevidade e renda. Os índices variam entre 0 (pior) e 1 (melhor). O IDH até 0.499 indica desenvolvimento humano considerado baixo. Entre 0.500 e 0.799 é considerado médio, e igual ou maior que 0.800 é considerado alto.

- Sesc Ler, mantido pelo Serviço Social do Comércio (Sesc). O projeto parte da alfabetização de jovens e adultos e procura atingir um novo conceito de educação e cidadania, voltado principalmente para a promoção social. Atua em algumas cidades do interior do Norte e nordeste.
- Projeto por um Brasil Alfabetizado, de responsabilidade do Serviço Social da Indústria (Sesi) e desenvolvido em todo o território nacional. São cursos de alfabetização, com metodologia própria e realizados em parceria com o Governo Federal.
- Mova Brasil, desenvolvido pela Petrobrás e em parceria com o Instituto Paulo Freire e a Federação única dos Petroleiros. O projeto parte da alfabetização e busca encaminhar o aluno alfabetizado para a rede pública. Iniciado em setembro de 2003, atua no momento em cinco estados brasileiros.
- Cursos Supletivos Regulares Noturnos e os Movimentos de Alfabetização (Mova), oferecidos nos estados e municípios. Esses programas absorvem um número considerável de jovens e adultos, em geral trabalhadores que buscam a escola como caminho para superar as limitações impostas por uma sociedade estratificada e desigual.

Veja: nossa caminhada, ao longo do tempo, nos trouxe ao atual momento. Acreditamos que você, como nós, esteja convencido da importância de seu papel como educador na Educação de Jovens e Adultos. Juntos, como Paulo Freire, temos a certeza de que outro saber que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo (1997, p. 110).

## RESUMO

Com a queda do regime militar, a redemocratização do país trouxe para a década de 1990 idéias renovadoras com relação à EJA, que não tiveram a repercussão política desejada. Nesse período, observamos alguns ganhos, como, por exemplo, a luta dos educadores progressistas de diferentes setores da sociedade que, de forma mais organizada, procuraram interferir nas políticas públicas de Educação, garantindo

direitos e fortalecendo a defesa da cidadania e da inclusão social, a ampliação do sistema de parcerias e o surgimento de novos atores sociais responsáveis pela execução dos programas de Educação de Jovens e Adultos.

Contraditoriamente, constatamos a escassez de recursos motivada pelo ajuste fiscal, levando o governo a corte de fontes de financiamento de grande repercussão na EJA, à estruturação de programas de caráter apenas político como resposta às Recomendações Internacionais, das quais o Brasil foi signatário, à diminuição do papel de Estado provedor e às novas políticas do MEC, de transferência de várias ações da EJA para outros órgãos da administração federal.

## ATIVIDADES FINAIS

- Estabeleça relações entre o processo de abertura política da década de 1990 e a Educação de Jovens e Adultos.
- Destaque a importância das Conferências/Fóruns Internacionais na definição das políticas públicas da EJA adotadas no Brasil.
- Faça uma análise do Programa Brasil Alfabetizado e do Plano Nacional de Qualificação.

O movimento de redemocratização, como você deve ter sentido, deu novo alento às lutas silenciadas pelo golpe militar. Amplos debates e um movimento mais orgânico dos educadores permitiram participação efetiva da sociedade, através de entidades representativas, naturalmente com melhor trânsito na esfera governamental. A EJA esteve representada pelos fóruns regionais, pelas ONGs e por várias instituições civis.

Para a participação nas Conferências e Fóruns Internacionais, fez-se necessária a mobilização de educadores em encontros regionais e nacionais. Daí surgiram importantes documentos que indicaram as tendências renovadoras dos educadores de jovens e adultos. As recomendações dessas Conferências e Fóruns também influenciaram as leis e projetos da EJA.



O programa Brasil Alfabetizado e o Plano Nacional de Qualificação apresentam certa proximidade com outros programas já desenvolvidos no Brasil. Ambos são importantes, porém muito ambiciosos em termos de metas e abrangência. Corre-se o risco de esvaziamento das ações previstas, se elas não contarem com recursos financeiros efetivos e estrutura executiva ágil e competente.

### **AUTO-AVALIAÇÃO**

Em meio a tantas informações, procure lembrar os acontecimentos de maior expressão para a EJA na década de 1990. Estabeleça a relação entre eles, fazendo uma análise crítica da década e suas repercussões na atualidade que você está vivendo.

### **INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA AULA**

Em nossa próxima aula, vamos analisar, de maneira específica, a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), destacando os aspectos que envolvem a Educação de Jovens e Adultos. Assim, estaremos iniciando o Módulo 2.



## As leis garantem?

### Meta da aula

Analisar a Constituição de 1988, a Lei 9.394/96 e suas implicações na definição das políticas da EJA.

## objetivos

Espera-se que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- Fixar na legislação estudada, os aspectos que se referem à Educação de Jovens e Adultos.
- Avaliar o resultado das aplicações dos textos legais nas políticas públicas da EJA.

### Pré-requisito

Domínio dos conhecimentos relacionados ao Módulo 1, especialmente os acontecimentos dos anos 90 e seus prolongamentos.



DURA LEX SED LEX

## INTRODUÇÃO

No nosso caminhar pelo Módulo 1, você observou que a análise das leis é uma das formas de fazer história. Agora, vamos ao estudo mais detalhado dos textos legais vigentes, levando-o a observar, com elementos mais efetivos, certas dubiedades conceituais e ganhos legais da EJA.

Na aula anterior, procuramos levá-lo a sentir o clima da abertura política, fruto da queda do governo militar e da reorganização das forças políticas em prol de um Estado de direito e de respeito às garantias individuais. Você já sabe que os grandes embates na década de 1980 levaram ao crescimento das forças progressistas no interior dos partidos e à organização dos profissionais de ensino em sindicatos, associações e centros de estudo. Surgiu um sindicalismo politizado e atuante. Também, revistas especializadas na área de Educação e, nelas, estudos e pesquisas fortaleceram as áreas de ensino e formação de educadores. Nesse clima de euforia e muita esperança foi promulgada a Constituição de 1988. Com ela se procurou remontar os espaços democráticos minados pela Constituição autoritária anterior à saída do regime militar.

Nesse cenário surgem, também os debates e as propostas para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96): longo e difícil processo de construção com a participação dos educadores e dos movimentos organizados no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. O projeto aprovado não considerou grande parte dessas contribuições, mas é a lei que temos e neles aportamos os nossos ideais de uma escola igualitária e mais humana.

## A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

### ULISSES GUIMARÃES (1916-1992)

Advogado paulista, teve participação nos grandes movimentos da História do Brasil do século XX. Um dos líderes do movimento Diretas Já, pós-regime militar. Presidiu a Assembléia Constituinte e promulgou a Constituição em 5 de outubro de 1988.

**ULISSES GUIMARÃES** se refere à Constituição de 1988 como Constituição Cidadã. Na verdade, como vimos, o esforço de redemocratização do país e da retomada dos princípios de direito deram à Constituição de 1988 o sentido de resgate da cidadania após tantos anos de opressão vividos no regime militar. Veja o que constitui os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil (Art 3º e seus incisos).



(...)

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A isso se somam os amplos direitos e garantias individuais do Título II da mesma Constituição, mas não cabe enumerá-los. Entretanto, você pode observar que a lei é clara. Todos têm direito a usufruir os benefícios da sociedade. São benefícios universais, inclusive, o domínio do conhecimento, o acesso às fontes de estudos e pesquisas e a produção de bens culturais. Aí está a nossa questão.

Aos jovens e adultos desescolarizados ou sem a escolaridade básica, as autoridades estão obrigadas, por Lei, a promover o desenvolvimento do potencial individual por diferentes formas de Educação. Esse direito social é reforçado no Artigo 6º. Veja:

Art. 6º – São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Na verdade, o direito à Educação de Jovens e Adultos é garantido desde a Constituição de 1934. Nela se inaugura a tendência de abertura para as questões sociais, educacionais e difusão da cultura. O texto de 1988 consolida esses direitos e os amplia a várias outras conquistas já alcançadas nas sociedades que se apóiam em princípios democráticos. O próprio Art. 6º, ao estender os direitos sociais à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência, está direcionado a aspectos mais amplos das questões existenciais que têm na educação um dos seus suportes.

Se você refletir sobre a questão da EJA, vai concluir que ela não se explica apenas pela falta de escolarização. Apesar de ser este um dos ângulos mais visíveis do problema, existem outros aspectos que deveriam provocar ações afirmativas, além da escola, uma vez que educam para a vida produtiva, associativa e que garantem o bem-estar físico e social das pessoas. Enfim, a sociedade e os poderes constituídos deveriam promover socialmente as populações menos favorecidas para que elas possam avançar em busca do conhecimento e do saber estruturado oferecido nos sistemas educacionais.

### CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Imperial:

1824

Republicanas:

1891,

1934,

1937,

1946,

1967,

1988.

### SUGESTÃO

Você, como cidadão ou cidadã brasileiro(a), educador(a) e participante da vida social e política do país, deve ler a Constituição brasileira.

A Constituição de 1988 trata especificamente da Educação em alguns de seus artigos. No Art. 205, a Educação é considerada direito de todos e dever do Estado e da família com a colaboração da sociedade. Visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O Art. 206 define que o ensino terá como princípio a igualdade de condições para acesso e permanência na escola (inciso I); liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (inciso II); pluralismo de idéias e concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (inciso III); gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (inciso IV); valorização dos profissionais do ensino (inciso V); gestão democrática do ensino público (inciso VI) e garantia de padrão de qualidade (inciso VII).

A leitura dos dois artigos constitucionais apresentados mostra a você a amplitude dos direitos consagrados e, também, o distanciamento do que a lei determina e a garantia de sua efetivação. Veja o caso da igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Para se cumprir esse preceito constitucional com os jovens e adultos, seria necessário que os representantes do poder, nas várias esferas governamentais, reconhecessem a importância econômica e social de se educar homens e mulheres para que vençam os desafios do mundo tecnológico, transformando-os em produtores de riquezas e reconstrutores da própria sociedade. Portanto, o papel do Estado deveria ser direcionador de ações afirmativas para que o processo educativo ocorresse, de maneira equânime, com todos os indivíduos, jovens e adultos, dentro da escola.

Os educadores também deveriam rever as suas práticas, concebendo recursos pedagógicos e metodológicos capazes de manter essas pessoas no processo escolar, dando respostas às suas carências e limitações culturais. A Constituição vai além, destacando alguns incisos mais voltados para a EJA. Note que o Art. 208 garante o direito ao Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria (inciso I); progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio (inciso II); oferta do ensino noturno regular adequado às condições do educando (inciso VI). No parágrafo 2º do inciso VII, afirma-se:

“O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.”

Assim, institui-se o chamado direito público subjetivo. Se cumpridas as exigências legais, deveríamos ter ampliadas as ofertas de ensino para jovens e adultos, inclusive para o Ensino Médio. De modo geral, isso não tem acontecido, sobretudo pela ruptura legal que ocorreu com a nova redação dada aos artigos 208 da Constituição e 60 das Disposições Transitórias (Emenda Constitucional 14/96). Pela nova redação do Art. 208, garante-se a oferta gratuita do Ensino Fundamental para jovens e adultos, mas se desobriga os poderes públicos a oferecê-lo. Pela alteração dada ao Art. 60, suprime-se o prazo de dez anos para a eliminação do analfabetismo. Na Lei 9.424/96, que regulamentou o Fundo de Manutenção de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – **FUNDEF**, foi vetado, pelo presidente, o artigo que determinava a aplicação desse fundo na Educação de Jovens e Adultos, o que vem desestimulando a sua oferta pelos estados e municípios. Como você observa, são mudanças muito sutis, mas restritivas às conquistas dessa modalidade de ensino. O veto presidencial, deixando explícita a não - confiabilidade estrutural e pedagógica do ensino oferecido aos jovens e adultos, gerou muitas críticas. Leia a seguir:

O governo contrariou o preceito constitucional de assegurar a todo cidadão, independente da idade, o direito ao ensino fundamental, ao considerar “temerária” ou “indesejável” a expansão dos cursos supletivos, condicionado à falsa disjuntiva entre quantidade e qualidade. O item *d* do veto presidencial ameniza o impacto da medida, estabelecendo que não há impedimento na utilização dos recursos do Fundo na educação fundamental dos jovens e adultos: o que não é permitido é considerá-la na contagem do número de alunos a serem beneficiados com o Fundo. Resta saber qual município retiraria da minguada parcela destinada à educação das crianças, recursos para a educação de jovens e adultos (HADDAD, s/d, p. 6).

Voltando à questão crucial do analfabetismo, é preciso reforçar que, se o prazo para sua eliminação foi suprimido, a União, entretanto, continua com a obrigação de combatê-lo pelo parágrafo 6º do atual Art. 60. Contudo, essa indeterminação de tempo para enfrentamento desse problema deixa o país em situação incômoda e vergonhosa perante a comunidade internacional. A Constituição também determina que os recursos públicos sejam destinados às escolas públicas, salvo limitadas

Se você tiver interesse, pode consultar a página da Constituição Federal: [www.senado.gov.Br/bdtextual/const88/const88.html](http://www.senado.gov.Br/bdtextual/const88/const88.html)

#### **FUNDEF**

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério – foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14/96 e regulamentado pela lei 9.424 do mesmo ano. Os recursos são transferidos aos Estados e Municípios com base no número de alunos matriculados em suas redes de ensino. Destina-se, também, à capacitação e melhoria salarial dos professores.

exceções (Art. 213). Veja que, no parágrafo 1º do inciso II desse artigo, acena-se com a possibilidade da concessão de bolsas para o Ensino Fundamental e Médio para os que tenham insuficiência de recursos ou quando faltarem vagas e cursos nas localidades onde residem os educandos. É mais uma abertura legal, difícil de ser cumprida no que se relaciona com os segmentos populacionais mais carentes. Você sabe que raramente essas bolsas beneficiam quem realmente necessita. São insuficientes em número e tendenciosas nos critérios de concessão, determinados pelos próprios estabelecimentos que as concedem.

No Art. 214, tenta-se garantir o estabelecimento do Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, com integração das ações públicas para erradicação do analfabetismo (inciso I); a universalização do atendimento escolar (inciso II); a formação para o trabalho (inciso IV). Observe que, nesse último inciso, a Lei determina a formação para o trabalho, o que subentende formação baseada em competências mais abrangentes e gerais?

Afinal, a Constituição, como todos os documentos legais, é passível de críticas, mas, como afirma Pinheiro:

Apesar das suas limitações, a nova Constituição promulgada em 5/10/1988 é democrática em muitos sentidos. É uma “carta de misturas”, contém avanços e retrocessos. Retrata o lado retrógrado da sociedade e o lado mais moderno. Com todas as contradições, é ainda a Constituição que mais consagra direitos e incorpora conquistas sociais, apesar da defasagem observada pelo senador Afonso Arinos entre avanços nos direitos civis e políticos e ausência de garantia nos direitos sociais (1996, pp. 283-284).

Bem, agora é com você.





### ATIVIDADE 1

Observe um dos itens da mensagem presidencial, justificando o veto à lei que regulamenta o Fundef, quanto às matrículas de jovens e adultos no Ensino Fundamental.

a) A garantia de contabilização do alunado do Ensino Supletivo, para efeito de recebimento dos recursos, poderá provocar, no âmbito dos governos estaduais e/ou municipais, uma indesejável corrida no sentido de criar cursos dessa natureza, sem rigor, nem a observância dos critérios técnicos pedagógicos requeridos por essa modalidade do ensino, com o objetivo de garantir mais recursos financeiros ao respectivo governo, em detrimento da qualidade do ensino e, por conseguinte, da adequada formação dos educandos.

A seguir, faça um comentário crítico sobre essa justificativa.

---

---

---

---

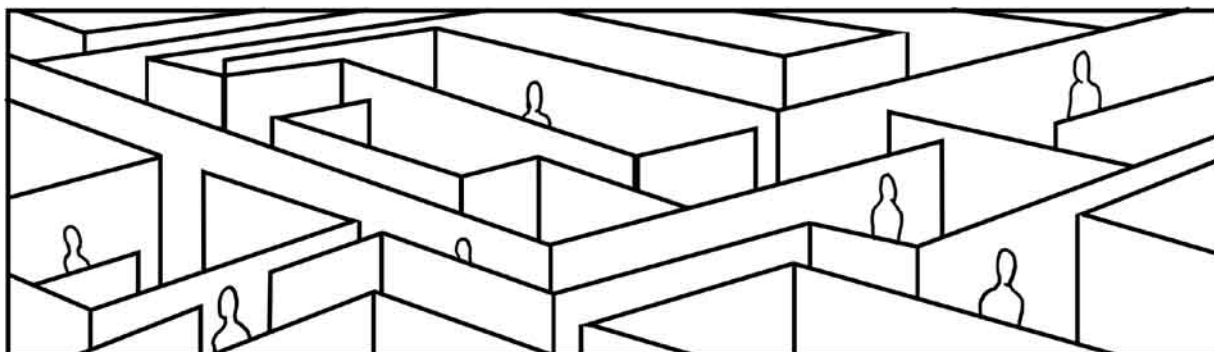
---

### COMENTÁRIO

*Na verdade, o que se está pondo em dúvida é a qualidade do Ensino Supletivo para Jovens e Adultos e a seriedade dos governantes – estaduais e municipais – na organização e manutenção desse ensino. Entendemos que esse mesmo argumento também pode ser válido para o Ensino Fundamental regular diurno. O que o veto revela é a inexistência de um sistema de acompanhamento e controle capaz de detectar os possíveis desvios dos sistemas educacionais. Foi isso que você pensou? Ótimo!*

## DA CONSTITUIÇÃO À LEI DE DIRETRIZES E BASES – O TRÂNSITO DIFÍCIL DA EJA

Caberia, de início, uma pergunta que imaginamos que você pode fazer. Se a Constituição tem capítulo, seção e artigos que tratam da Educação, qual o sentido da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96)?



**DARCY RIBEIRO  
(1922–1997)**

Antropólogo mineiro, destacou-se pela defesa das causas indígenas, tendo escrito vasta obra sobre esse tema. Voltou-se para a Educação e foi criador e reitor da Universidade de Brasília. Com o golpe militar, viveu em vários países da América Latina. Ao retornar, foi vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, tendo idealizado e implantado os CIEPs. Foi Doutor Honoris Causa de várias universidades européias e da América Latina. Fundou a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf). Quando senador, elaborou a Lei 9.394/96. Seus últimos trabalhos foram a organização da Universidade Aberta do Brasil e a criação da Escola Normal Superior.

Veja bem: a Constituição estabelece as grandes linhas, conceituando a Educação, definindo princípios e destacando alguns tópicos que, no pensamento dos legisladores, devem embasar as políticas públicas da Educação. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é regulamentadora – amplia conceitos e dá organicidade ao sistema educacional formal.

A Lei 9.394/96 é conhecida como Lei Darcy Ribeiro. Já lhe falamos desse educador, – idealista, polêmico e um tanto visionário. Foi o “construtor” dessa lei, o que lhe valeu muitos aplausos e, também, críticas, sobretudo pelo fato de ter-se ignorado o projeto construído ao longo de quase oito anos, fruto de muitos debates e discussões de educadores, políticos, sindicatos e de se ter aprovado o projeto de **DARCY RIBEIRO**.

Trata-se, na verdade, da primeira lei a destacar a Educação de Jovens Adultos como alternativa permanente de ensino, reservando-lhe a Seção V do Capítulo II – Da Educação Básica. Até então, os jovens e adultos estavam situados no Ensino Supletivo ou apenas citados em alguns artigos das leis de ensino, sem que merecessem qualquer título especial.

Veja o que diz o Art. 1º da LDB:

Art. 1º – A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Parágrafo 1º – Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio de ensino, em instituições próprias.

Parágrafo 2º – A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Você deve ter observado o conceito amplo de Educação posto no Art. 1º. Acolhe a Educação formal e não-formal e abriga todas as manifestações do ato de educar em que a presença de jovens e adultos, como você sabe, é constante. O parágrafo 1º, entretanto, restringe a Lei ao ensino escolar, ensino esse que, pelo parágrafo 2º, deverá ter vinculação com o mundo do trabalho e com as práticas sociais, o que guarda coerência com o proposto no texto constitucional. Essa vinculação, contudo, tem se mostrado difícil e contraditória. A Educação escolar volta-se muito mais

para o saber formal do que para as formas de conhecimento que apóiam as atividades humanas ligadas à produção, às artes e às ciências.

No título II – Dos Princípios e Fins da Educação Nacional – a LDB acrescenta ao texto constitucional (Art. 206) dois incisos. Afirma-se o respeito à liberdade e o apreço à tolerância (inciso IV) e valoriza-se a experiência extra-escolar (inciso X). Devemos pensar que, também no caso de jovens e adultos, o processo de ensino deve guardar certas especificidades, como aceitação das divergências, respeito ao ritmo e à capacidade de assimilação do educando, valorização do saber natural construído nas relações entre pares e na convivência coletiva. Parece-nos que esses incisos têm tudo a ver com a EJA.

Outros destaques da questão do jovem e adulto na LDB estão no título III, Art. 4º, incisos VI e VII:

VI – oferta de ensino noturno regular adequado às condições do educando.

VII – oferta da educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

Se você analisar os incisos indicados, pode inferir que na LDB supera-se o conceito da EJA como educação supletiva. Lembra? Já mostramos a você que o sentido dado ao supletivo (suplência) é de reposição. Ensino supletivo é reparador, compensatório e paralelo à Educação regular, não fazendo parte dela.

Ao se definir a EJA como Educação escolar regular, garante-se, em princípio, um ensino com proposta curricular e pedagógica consistente e adequada ao educando. Ainda mais, afirma-se que, para “garantir o cumprimento da obrigatoriedade do ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior” (parágrafo 5º do Art. 5º). É mais um ganho da EJA. A trajetória escolar dos jovens e adultos é irregular. Há interrupções e retomadas na vida escolar. Os sistemas têm de prever formas para abrigar pessoas que nem sempre podem comprovar o conhecimento ou a escolarização recebida, anteriormente. Inclusive, em um dos incisos do Art. 24, define-se que a escola pode inscrever qual-

quer candidato em série ou etapa adequada, mediante avaliação, sem comprovação de escolarização anterior. O difícil tem sido a regulamentação desse preceito pelos sistemas de ensino. A formalidade, em geral, sobrepõe-se ao direito.

Vamos a mais uma atividade.

## ATIVIDADE 2



A LDB aponta e prevê várias formas alternativas para o processo escolar. Veja o artigo abaixo:

Artigo 23 – A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Considerando a Educação de Jovens e Adultos, comente o artigo.

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Você deve ter pensado que a organização escolar mais freqüente é em séries anuais. Pelo artigo citado, em se tratando de jovens e adultos trabalhadores, abrem-se possibilidades para que a escola tenha outras formas de organização: possa adequar-se a situações de trabalho, como são as épocas de colheita no meio rural, por exemplo; há a possibilidade de compactar ou alongar os períodos letivos e o currículo, dependendo do interesse e do nível de escolaridade dos educandos; é possível oferecer cursos não-seriados, nos quais cada aluno pode avançar em uma ou mais disciplinas e concluí-las no seu ritmo. Enfim, a lei abriga todas as formas de pensar a escola, atendendo às características e especificidade do aluno jovem e adulto.*

## JOVENS E ADULTOS – OS DESTAQUES NA LDB

Vimos dificuldades para se chegar à LDB. Sabemos que não representa o pensamento de muitos educadores e de seus órgãos representativos. Mas é dela que dispomos para a busca da melhor forma de garantir direitos dos que demandam Educação. Referindo-se à lei, Paiva observa que:



Nem sempre a legislação esteve representando o interesse da maioria, talvez poucas vezes, mas certamente acabou por significar, para os segmentos organizados, avanços a serem constituídos no interior do pensamento hegemônico, produzido pelas leis (1997, p. 10).

A LDB de 1996 permitiu uma nova concepção da Educação de Jovens e Adultos quando a situou na Educação Básica. Contudo, deixou de contemplar os demais espaços onde diferenciados atores sociais transitam e constroem saberes, dentro ou fora da escola, por meio do ensino ou por outras práticas sociais. Diz Cury:

O ensino fundamental, embora determinante na rede de relações próprias de uma sociedade complexa como a nossa, não precisa se dar obrigatoriamente em instituições escolares. Ele pode ser dado em espaços escolares ou extra-escolares (2000, p. 23).

Essa colocação fortalece a nossa análise. Afinal, a escola não é o único “locus” onde se processa educação, não é mesmo?

Continuando, vejamos os destaques da Seção V – Da Educação de Jovens e Adultos. Diz o Art. 37 que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no fundamental e médio na idade própria”. O parágrafo 1º deste mesmo artigo assegura, além da gratuidade dos estudos nos sistemas de ensino, oportunidades educacionais apropriadas, mediante cursos e exames. O parágrafo 2º estabelece que o Poder Público viabilize e estimule o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações que se integrem e se complementem.

Veja a extensão e o significado desse artigo, que vai além da determinação constitucional. Em princípio, garante-se na lei o Ensino Fundamental e Médio aos jovens e adultos que não seguiram os estudos na idade regular; abre-se a possibilidade de serem considerados os interesses e as condições de vida e de trabalho desses alunos; são oferecidas as modalidades de cursos e exames para desenvolvimento ou comprovação de aprendizagens e são previstas formas para o ingresso e a permanência do aluno na escola, especificamente o aluno trabalhador, que vive uma complexa relação com o mercado produtivo, globalizado e excludente pela absorção intensiva de tecnologias que privilegiam o capital e subvalorizam a força de trabalho. Sem a escola adequada e sem o amparo legal, o aluno trabalhador não supera sua condição de subalternidade. O difícil, como você sabe, tem sido fazer valer esse direito.

Já a leitura do Art. 38 revela algumas contradições:

Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Repare que se volta ao conceito de supletivo da Lei 5.692/71 como pré-requisito para ingresso em estudos de caráter regular. Por outro lado, afirma-se que esses cursos e exames supletivos devem manter a “base nacional comum do currículo”, dando-se a eles, portanto, a mesma identidade do que se poderia chamar curso regular.

As dúvidas legais persistem sobre o que deve ser a EJA e o que deve ser o ensino noturno regular. Um tipo de leitura mais precipitada encaminha para o entendimento de que o noturno regular é a mera transposição do curso diurno para o horário da noite. Contudo, basta que você reveja o inciso VII do Art. 4º e o próprio Art. 37, citados anteriormente, para concluir que a escola regular para jovens e adultos deve ser adequada às suas necessidades e disponibilidades, dando-lhe, portanto, a especificidade necessária para acolher, sem prejuízo da qualidade, os que tiveram o percurso escolar interrompido.

A leitura do parágrafo 1º do Art. 38 levanta outras polêmicas. Ao se determinar as idades para os exames supletivos, a lei antecipa e possibilita para maiores de 15 anos os exames do Ensino Fundamental e para maiores de 18 os do Ensino Médio.

Numa primeira análise, já podemos concluir que essa redução de idade pode desestimular o jovem do Ensino Fundamental a seguir

o processo escolar regular. Sabemos que a escola regular promove a vivência coletiva e a troca de experiências, sendo um espaço educativo e socializador necessário à estruturação da personalidade do educando. Entretanto, numa sociedade com problemas socioeconômicos tão marcantes, o ingresso precoce no mercado de trabalho é uma realidade. Esse mercado competitivo exige, a cada dia, escolaridade maior. Os exames supletivos, enfim, alimentam o sonho de jovens e adultos de encurtar o tempo escolar na busca de outros horizontes profissionais e sociais.

### ATIVIDADE 3



Recorde quais os destaques principais, em relação à EJA, apresentados neste tópico de nossa aula.

---



---



---



---

#### COMENTÁRIO

*Vejam os. Você deve ter lembrado que a EJA é considerada processo escolar regular no qual se procura garantir as especificidades do aluno; que ela está dentro da Educação Básica Fundamental e Média; que é oferta gratuita, mas não obrigatória para o Poder Público, e que deve ser oferecida nas modalidades de cursos e exames.*

Estamos falando de jovens e adultos na LDB. Não devemos esquecer que essa Lei reserva um capítulo especial (Capítulo III) para tratar da Educação Profissional. Acreditamos que você não tenha dúvidas de que na Educação Profissional devem estar grande parte dos jovens e adultos trabalhadores e candidatos a emprego. Essa Educação, pelo texto legal, deve conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, integrando-a às diferentes formas de educação, trabalho, ciência e tecnologia (Art. 39). A dimensão trabalho, como afirmamos, é indissociável da figura do jovem e do adulto das classes populares. Vimos antes que as exigências do trabalho forçam a busca da Educação Básica, mas o crescimento profissional depende da qualificação permanente. Essa interação entre escola e trabalho é muito evidenciada na lei, mas de pouca efetivação até o momento. Inclusive, ela é reforçada no Parágrafo Único do citado Art. 39:

### **EDUCAÇÃO CONTINUADA**

Ação educativa que promove aprendizagens diversificadas, sobretudo no mundo do trabalho, através de cursos e outras iniciativas de atualização e aperfeiçoamento.

O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

E vai além, no Art. 40:

A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de **EDUCAÇÃO CONTINUADA**, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

A Lei também reconhece que o conhecimento profissional adquirido no trabalho poderá ser objeto de avaliação e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos (Art. 41). Sabe-se que essa tem sido a propugnação de vários organismos internacionais, dentre eles a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na prática, a competência construída no fazer pode ser certificada pelo sistema educacional, dando ao trabalhador a garantia legal de uma profissão.

O artigo seguinte (Art. 42) reforça o anterior, indicando formas de aproximação do trabalhador jovem e adulto com pouca qualificação e escolarização ao sistema de ensino estruturado. Diz o artigo:

As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Veja que a legislação vigente desmitifica a idéia de que a Educação Profissional deva responder apenas pelos setores mais sofisticados da economia. A lei acena para o direito de qualificação do trabalhador nos níveis diferenciados de escolarização e da estrutura ocupacional. Enfim, o que se deseja é que esse trabalhador absorva conhecimentos e técnicas que desenvolvam sua capacidade reflexiva e não o transformem em mero reprodutor de gestos.



## CONCLUSÃO

Você observou que, mesmo com algumas contradições, contamos com um arcabouço legal que garante tratamento igualitário aos jovens e adultos em processo escolar ou fora dele, e que se deve estimular a inclusão e o tratamento diferenciado dessa população. Difícil é fazer valer a lei, como dissemos, até pelo esvaziamento da EJA como política pública, o que vem tornando esse tipo de educação não prioritária e destituída de direitos. As ações compensatórias e filantrópicas que vêm surgindo nos últimos tempos revelam o descompromisso oficial com os jovens e adultos não ou pouco escolarizados. Sem dúvida, somente a nossa prática consciente e a busca de espaços nas entrelinhas das leis tornarão mais efetivas as propostas de educar todos os indivíduos de forma igualitária e justa.

### RESUMO

Foram destacados artigos e parágrafos da Constituição de 1988 que determinam a Educação como direito e que permitem análises apreciativas relacionadas aos jovens e adultos sem escolaridade ou com escolaridade insuficiente. A interpretação legal buscou explicitar aspectos relacionados com a equalização de oportunidades para todos, a garantia da qualidade do ensino e as responsabilidades do Poder Público no cumprimento da lei. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), também foram vistos os artigos e parágrafos que fortalecem as determinações constitucionais, com destaque aos artigos 37 e 38, específicos da Educação de Jovens e Adultos. A questão da Educação Profissional foi tratada no ângulo que a relaciona à Educação Básica e na perspectiva de acolher os trabalhadores e candidatos a emprego de qualquer nível de escolaridade.

## ATIVIDADE FINAL

O Art. 60 das Disposições Constitucionais Transitórias foi alterado pela Emenda Constitucional nº 14/96.

Como era:

Art. 60 – nos primeiros anos da promulgação da Constituição, o poder público desenvolverá esforços, com a mobilização de todos os setores organizados da sociedade e com a aplicação de, pelo menos, cinquenta por cento dos recursos a que se refere o art. 212 da Constituição, para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Como ficou:

Art. 60 – Nos dez primeiros anos da promulgação dessa emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o *caput* do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

Compare e destaque os pontos divergentes, fazendo uma análise.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**COMENTÁRIO**

Provavelmente, você observou no novo artigo que:

- Não se apontou a necessidade da mobilização dos setores organizados da sociedade.
- Aumentou-se o percentual dos recursos, certamente para aplicação na remuneração dos professores.
- Não se destacou, no caso do analfabetismo, o prazo para sua eliminação.

O não-registro da participação dos setores organizados da sociedade, no esforço de superação do analfabetismo e universalização do Ensino Fundamental, parece incoerente com o texto constitucional quando, em vários artigos, prevê a integração dos Poderes Públicos com a sociedade. O aumento do percentual de recursos foi positivo, até porque a realidade vem mostrando que, de um modo geral, houve melhorias na remuneração dos professores. Lamentavelmente, não se determinam prazos para eliminação do analfabetismo. Com isto, confirma-se o descompromisso do Poder Público com soluções mais ágeis na superação desse problema de repercussões negativas, política e socialmente.

**AUTO-AVALIAÇÃO**

Tente responder a todas as atividades sugeridas e à atividade final solicitada. No caso de dificuldades na execução dessas tarefas, é importante retornar ao conteúdo da aula. Fixar os artigos e parágrafos das leis estudadas é dispensável, mas é fundamental interpretar o significado delas para a Educação em geral e, em especial, para a Educação de Jovens e Adultos.



## Confirmando direitos

### Meta da aula

Analisar o Parecer CEB nº 11/2000 e o Plano Nacional de Educação, destacando os aspectos que reforçam as garantias legais estabelecidas pela Constituição de 1988 e pela Lei 9.394/96.

# objetivos

Ao final desta aula, você deverá:

- Definir conceitos introduzidos no Parecer CEB nº 11/2000 e algumas diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação.
- Avaliar a importância dos documentos apresentados nas políticas atuais e futuras da EJA.

### Pré-requisito

Conhecer os artigos e parágrafos da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que tratam da EJA, visto na aula anterior.

DIREITO DIREITO DIREITO



## INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 e a LDB de 1996 são textos legais que vêm sustentando estudos e análises sobre desescolarização, inclusão, escola, trabalho, gestão e, principalmente, direitos à educação. No caso dos jovens e adultos, o que se observa, nos aspectos jurídicos, é que alguns direitos foram assegurados aos que tiveram interrompido o seu percurso escolar. Na prática, contudo, esses direitos têm-se perdido no emaranhado das interpretações legais e, até mesmo, no desinteresse de alguns gestores educacionais por essa modalidade de ensino. Você já constatou também dificuldades em se formular educação de qualidade para todos, sem privilégio de classe social, e que garanta as especificidades do educando das classes populares, onde estão os jovens e adultos desescolarizados. A ideologia da exclusão sustenta a tese de que educar adulto é perda de tempo e de recursos. “Burro velho não aprende!” Lembra-se desse dito popular? O próprio professor Darcy Ribeiro verbalizava a posição de que não se deve investir na educação dos mais velhos. Talvez por isso algumas ações da EJA ainda tenham caráter de doação e favor. Essa concepção não deve ser aceita por educadores comprometidos com a causa popular. Os jovens e adultos são trabalhadores e construtores de riquezas, contribuem para a manutenção do Estado e do próprio sistema educacional; devem, portanto, usufruir dos benefícios sociais e culturais da escola. Além do mais, antes de tudo, leitura, escrita e educação geral são direitos de todo cidadão.

O Parecer e o Plano que vamos analisar nos ajudarão a aclarar conceitos e interpretar objetivos, metas e prioridades da Educação de Jovens e Adultos.

## O PARECER E AS FUNÇÕES DA EJA



Vimos quantas dúvidas surgem na interpretação legal. Em geral, é necessário recorrer a especialistas para aclarar questões polêmicas e direcionar ações sob a ótica de um novo aporte conceitual.

O Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (Parecer CEB 11/2000) das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos esclarece dúvidas, faz interpretações e dá indicações que ajudam a situar a EJA no contexto educacional.

**PARECER**

Opinião fundamentada sobre determinado assunto, emitida por especialista.

O relator do **PARECER**, professor Jamil Cury, aponta, na introdução do documento, que muitas dúvidas assolavam os interessados no assunto, tanto que várias audiências públicas foram programadas com a intenção de se oferecer respostas às demandas e questões da EJA de maneira interativa com os interessados no assunto. E quem eram eles? Eram os órgãos normativos e executivos dos sistemas educacionais, entidades, associações e profissionais da área. Diz o relator:

Ao lado dessa presença a qualificação de setores institucionais da comunidade educacional convocada a dar sua contribuição, deve-se acrescentar o apoio solidário e crítico de inúmeros fóruns compromissados com a EJA e de muitos interessados que por meio de cartas, ofícios e outros meios quiseram construir com a relatoria um texto que, a múltiplas mãos, respondesse à dignidade do assunto (BRASIL, MEC, 2000, p. 2).

Veja você como a EJA mobiliza muitas pessoas e instituições e provoca intensa participação de segmentos variados da sociedade.

Na argumentação introdutória, o Parecer mostra-nos o Brasil como um país de dualidades – “oficial e real”, “casa-grande e senzala”, “tradicional e moderno”, “urbano e rural”, “cosmopolita e provinciano”, “litoral e sertão”. E segue, destacando, “alfabetizados e analfabetos”, “letrados e iletrados”.

Em se tratando de um país com tantas diversidades, é de se esperar que os gestores tenham acuidade de buscar, na ordem jurídica, as bases para a democracia social. Concorde?

Nesse sentido, o relator lembra que, embora a LDB (Lei 9.394/96) refira-se à Educação escolar que se desenvolve, pelo ensino, em instituições próprias, isso não impede que as diretrizes sejam um referencial mais aberto. Iniciativas autônomas, desenvolvidas por meio de programas de sentido mais amplo, também são previstas.

Na verdade, você já percebeu que, para atender à multiplicidade de situações da vida de jovens e adultos, são oferecidas opções educacionais variadas. As outras alternativas vão além da escola. São formas de promover socialmente essas pessoas e fazê-las valorizar o conhecimento como possibilidade de ascensão cultural e social.

Na reflexão seguinte, mostra-se, no Parecer, a complexidade existencial de não se estar em pé de igualdade no interior de uma sociedade predominantemente grafocêntrica, em que o código escrito ocupa posição privilegiada. Lembra o relator o não reconhecimento histórico do princípio de igualdade para segmentos representativos de nossa sociedade, como os índios, caboclos, negros, mulheres, trabalhadores braçais, dentre outros. O resgate de direitos e o repúdio a qualquer tipo de preconceito têm apoio nos textos legais e, portanto, devem direcionar as ações da EJA para todos os excluídos.

Além dessas reflexões introdutórias, o Parecer traz interpretações legais, a maioria delas já tratadas por nós na aula anterior, e define as três funções da EJA, objeto de nosso interesse especial.

Vamos apresentar a você essas funções, conceitualmente próximas, mas úteis para reflexão dos educadores de jovens e adultos.

Vamos lá!

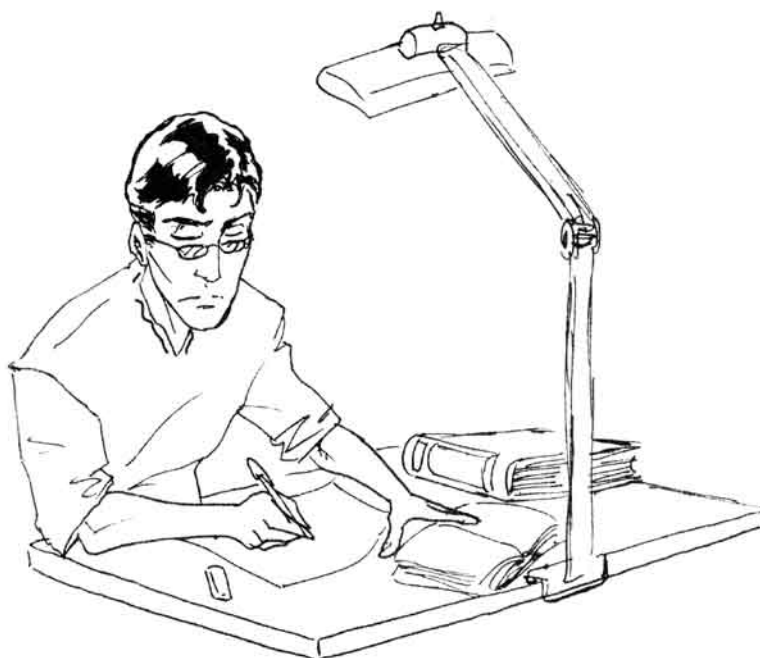
## FUNÇÃO REPARADORA

Veja o que diz o relator, referindo-se a essa função:

Desse modo, a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade mas também o reconhecimento daquela dignidade **ONTOLÓGICA** de todo e qualquer ser humano (BRASIL, MEC, 2000, p. 6).

### ONTOLÓGICO

Vem de ontologia, parte da Metafísica que estuda o ser em geral e suas propriedades transcendentais. Transcendental, sob o ponto de vista filosófico, é o que se baseia na razão pura anteriormente a toda experiência.





Veja que se está colocando no Parecer a igualdade ontológica, ou seja, a do ser pleno, fruto da criação divina e, portanto, detentor de todos os espaços existenciais.

Assim, a função reparadora da EJA corrige, no âmbito da Lei, a dívida histórica com os menos favorecidos que por ela passam a incorporar o código escrito e o saber sistematizado nas suas trajetórias de vida.

O relator deixa claro que essa reparação possibilita a criação de vias democráticas de conhecimento que sustentam um projeto de sociedade mais igualitário. Logo, a reparação, como já vimos, deve passar pela universalização do Ensino Fundamental e Médio aos jovens e adultos. Mas não é só. Reparar saberes, sim, mas reparar, também, os medos, a insegurança, a incerteza e a posição subalterna em que essas pessoas vivem na sociedade.

Observa-se, ainda, que o trabalho do relator é de reforçar a idéia reparadora da EJA como forma de incluir essa população desescolarizada no “século do conhecimento”, para torná-los partícipes da vida cidadã e do mundo do trabalho. Ele insiste nessa questão, apontando para as novas competências exigidas pela sociedade às pessoas, por força das transformações da base produtiva e dos meios de comunicação. É reparar para colocar os indivíduos em condições de aprender, por interações permanentes com seus pares, o valor e o significado da cidadania plena.

Vamos a uma atividade rápida?

### ATIVIDADE 1



Veja se você consegue explicar o significado de reparar, usado anteriormente. Um bom caminho é o uso do dicionário. Pesquise.

---



---



---



---

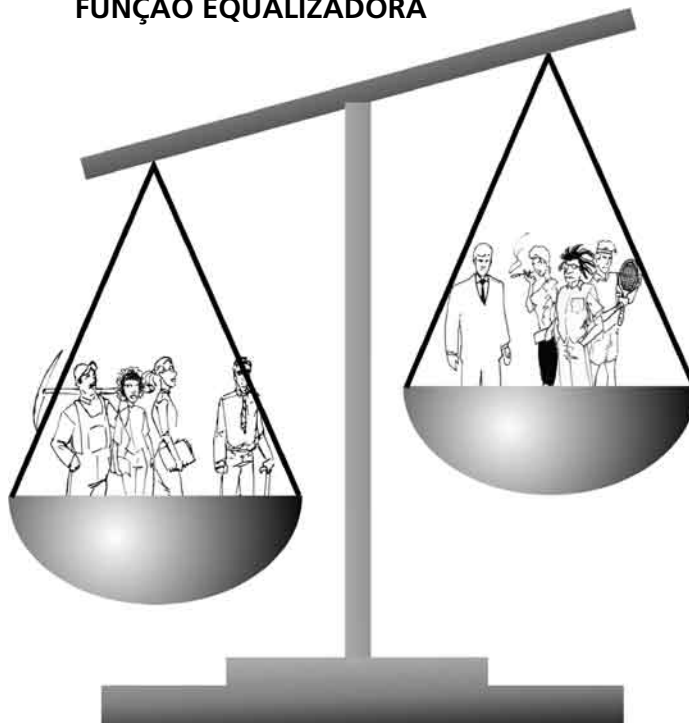


---

### COMENTÁRIO

*Encontrou? Ótimo! Reparar é pôr em bom estado; fazer melhor; consertar. Também tem a idéia de atenuar, minorar, corrigir, remediar, ressarcir. Enfim, recuperar o perdido. No caso brasileiro, pretende-se, com a EJA, a restauração do direito negado, com oferta de escola de qualidade e dignificadora dos indivíduos.*

## FUNÇÃO EQUALIZADORA



Introduz-se a função equalizadora da EJA, mostrando que por ela se dará cobertura a trabalhadores e outros segmentos sociais, como donas de casa, migrantes, aposentados, encarcerados. Essa função, como posta no documento, está relacionada à eqüidade e à igualdade.

Observe o que se afirma no Parecer:

A eqüidade é a forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas (p. 9).

O próprio relator cita Aristóteles, para o conceito de eqüidade:

A eqüidade é a retificação da lei onde esta se revela insuficiente pelo seu caráter universal (p. 9).

Em se tratando de equalizar/eqüidade, muito se tem a refletir na questão do jovem e do adulto pouco ou não-escolarizados. Vimos todo o aparato legal para garantir tratamento equânime a todos; vimos os desvios jurídicos ameaçando esses direitos e vimos, também, o descompromisso de alguns órgãos públicos com a população carente de escolarização. Entretanto, no pensamento do relator do Parecer, mesmo no

jogo conflitual da sociedade, o indivíduo pode retomar sua trajetória, e a função equalizadora da EJA é o caminho para o desenvolvimento das pessoas à medida que se oferece igualdade de tratamento e de oportunidades. Observe que a função equalizadora está ligada à reparadora e ambas são interdependentes e indissociáveis.

Vamos reforçar a conceituação da função equalizadora da EJA, com a sua participação.



## ATIVIDADE 2

Leia o que diz Bobbio, referindo-se à igualdade de oportunidades, e faça um rápido comentário.

O princípio da igualdade de oportunidades, quando elevado a princípio geral, tem por objetivo colocar todos os membros daquela determinada sociedade na condição de participar da competição pela vida, ou pela conquista do que é vitalmente mais significativo, a partir de posições iguais (1997, p. 31).

---

---

---

---

---

---

---

---

## COMENTÁRIO

*Você deve ter considerado que, com relação aos jovens e adultos, o princípio da igualdade de direitos não está contemplado nas políticas públicas. A grande maioria desses jovens e adultos, na competição do trabalho, salário e até mesmo lazer, parte de posições inferiores e tem dificuldades em superar os socialmente mais bem situados. O mesmo se dá na escola. Saídos de sistemas escolares deficientes, os jovens e adultos das classes populares não conseguem competir, em posição de igualdade, com os da classe privilegiada.*

## FUNÇÃO QUALIFICADORA



Essa é a terceira e última função atribuída pelo Parecer à EJA. O relator considera a função qualificadora como atualização permanente, em quadros escolares e não-escolares, de todas as pessoas ao longo da existência, na busca de novos campos de atualização. Observa-se que, pela função qualificadora da EJA, procura-se sanar a incompletude dos indivíduos e a falta de conhecimentos e competências indispensáveis para situá-los no contexto da modernidade, e do universalismo e das complexas relações sociais. Mas qual é mesmo o conceito de qualificação? Você sabe? Vejamos.

Qualificação, diferentemente da antiga concepção de “adestramento” para uma ocupação determinada pelo mercado de trabalho, ganhou outra conotação. Hoje, qualificar é desenvolver competências para o desempenho de qualquer ação com eficiência, em um trabalho efetivo, ou fora dele, na vida, no relacionamento humano e na realização individual.

Claro que as **COMPETÊNCIAS** do fazer são importantes, mas nelas foram inseridos novos ingredientes, como teorização, reflexão crítica, comunicação, interação coletiva, sensibilidade etc. Daí porque falar-se da integração escola x trabalho como chave para a eclosão do potencial humano e desenvolvimento das nações.

Deste modo, afirma-se no Parecer que, jovens e adultos, pela função qualificadora, podem encontrar “um lugar de melhor capacitação para o mundo do trabalho e para a atribuição de significados às experiências socioculturais trazidas por eles” (p. 11).

**COMPETÊNCIA**

Do o ponto de vista profissional, é a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho (Resolução 4/99 – CNE).

O que fica claro, observando-se o texto, é a preocupação do relator em fortalecer a relação entre escola e mundo do trabalho, e você sabe o quanto é difícil lograr esse intento. Alguns analistas vêem essa integração como forma de subjugar o processo escolar ao mercado manipulado pelos interesses do capitalismo internacional. Outros insistem em ajustar a escola ao modelo existente, respondendo aos desafios tecnológicos, sem escravizá-la aos padrões neoliberais excludentes e desumanizadores.

Dúvida, sim, mas essa escola, segundo a professora Acácia Kuenzer, constitui-se, para os trabalhadores, como o único espaço de relação intencional e sistemática com o conhecimento e a aquisição de competências. Veja o que a autora afirma:

Cabe às escolas, portanto, desempenhar com qualidade seu papel na criação de situações de aprendizagem que permitam ao aluno desenvolver as capacidades cognitivas, afetivas e psicomotoras relativas ao trabalho intelectual, sempre articulado, mas não reduzido, ao mundo do trabalho e das relações sociais, com o que certamente estarão dando a sua melhor contribuição para o desenvolvimento de competências na prática social (2002, p. 11).

Logo, você deve ter concluído que a função qualificadora da EJA não prescinde do saber teórico formal. Ela é a mediação, o domínio do conhecimento e as ações transformadoras do mundo do fazer.

Vamos a mais uma atividade?

### ATIVIDADE 3



Em relatório da Unesco (Relatório Jacques Delors), afirma-se que a Educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais para os indivíduos, que são pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Quais desses pilares melhor se aplicam à EJA?

---



---



---



---

### COMENTÁRIO

*Analizando esses pilares do conhecimento, acreditamos que você, diante de tudo que apresentamos nesse tópico, concluiu que todos se aplicam à EJA. Conhecer, fazer, conviver e ser são formas de expressão de todos os saberes necessários aos que têm espaços limitados de vida e de trabalho.*

## PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO O FUTURO EM FOCO



O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento da política educacional que estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, para a formação e valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação, por um período de dez anos. Sua finalidade é orientar as ações do Poder Público (União, estados e municípios), o que o torna uma peça chave no direcionamento da política educacional do país (AZEVEDO, 2001, p. 11).

### PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

Foi previsto pela primeira vez na Constituição de 1934 (arts. 150 e 152) e idealizado em todas as demais Constituições, menos na de 1937. Somente em 1962 foi proposto o primeiro Plano Nacional de Educação. Não tendo forma de Lei, sofreu várias reformulações. A Constituição de 1988 (art. 214) e a LDB, Lei 9.394/96 (Arts. 9 e 87) determinam a elaboração de plano de longo prazo. Somente em 1998 volta-se a discutir o PNE, que foi aprovado pela Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

A leitura feita já deu a você a idéia exata do que é o **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)** e de sua importância no cenário educacional.

A tramitação do PNE, como os demais documentos já apresentados a você, provocou intensos debates, envolvendo educadores e instituições civis aglutinados em torno da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O campo de luta pelas questões educacionais girou em torno das políticas públicas, das prioridades e metas. É oportuno lembrar a você que o PNE é instrumento que projeta o futuro da Educação. Logo, deve refletir a filosofia da ação educacional, contemplando aportes estruturais e financeiros capazes de garantir a superação das dificuldades registradas, a qualidade do processo e a participação das diversas instâncias governamentais.

Logo de saída, dissemos a você que no PNE faz-se um esforço na determinação de diretrizes e fixação de metas, mas o Plano é falho na questão do financiamento, o que não garante o enfrentamento dos graves problemas educacionais do país. Também se perderam, no Plano, contribuições decisivas para mudar o cenário futuro de nossa sociedade pela via educacional.

Mas vamos ao Plano e suas implicações com a EJA.

Começemos pelos objetivos. São eles: elevação global do nível de escolaridade da população; melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; redução das desigualdades sociais e regionais no acesso e no sucesso escolar; democratização da gestão do ensino público, pela participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica e pela participação da sociedade nos conselhos escolares.

É interessante observar que, no documento, ao serem estabelecidas as prioridades, faz-se uma espécie de ressalva, talvez para justificar o provável não-cumprimento de todas as metas, pela precariedade dos recursos disponíveis.

Veja o que se afirma no Plano:

Considerando que os recursos financeiros são limitados e que a capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação compatível, na extensão e na qualidade, à dos países desenvolvidos precisa ser construída constante e progressivamente (PNE, 2000, p. 33).

Com relação às prioridades, o PNE indica cinco, algumas delas já vistas em outros textos legais. Vamos conferi-las: garantia do Ensino Fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso, permanência e conclusão desse nível; garantia do Ensino Fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram; ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino; valorização dos profissionais da educação; desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino. Novidades? Claro que não! Mas, sem dúvida, o PNE reforça direitos, explicita diretrizes e determina objetivos e metas para cada nível e modalidade de ensino.

Como se percebe, é um documento mais complexo e mais abrangente.

Mas as dúvidas persistem. Qual a garantia dos direitos? Veja você: o Plano recebeu nove vetos presidenciais, quase todos relativos a percentuais de atendimento e aplicação de recursos. É a conhecida política de estabilização monetária e ajuste macroeconômico imposta pelos órgãos internacionais ao Brasil. Em geral, o corte orçamentário recai nos setores mais vulneráveis e, lamentavelmente, a Educação é um deles.

Dando continuidade ao nosso estudo, vejamos a estrutura do PNE. Nele trabalham-se onze temas. São eles: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Superior; Educação de Jovens e Adultos; Educação a Distância; Educação Tecnológica e Formação Profissional; Educação Especial; Educação Indígena; Formação e Valorização do Magistério; Financiamento.

Relativamente aos temas apresentados, abordaremos o que trata da EJA e suas possíveis interligações com os demais.

Vamos ao nosso intervalo para reflexão...



#### ATIVIDADE 4

Observe os dados estatísticos brasileiros relativos a 1999 (BRASIL, MEC/INEP, 2001).

Analfabetismo absoluto: 15 milhões de pessoas (13,3% da população maior de 15 anos); sabem ler e escrever precariamente – analfabetismo funcional: 33 milhões de pessoas (29,4% da população maior de 15 anos). O que isso representa para a EJA?

---

---

---

---

---

#### COMENTÁRIO

*Você deve ter concluído que, certamente, teremos de promover ações permanentes de EJA ao longo deste novo século, se nenhum mecanismo efetivo de inclusão for, de imediato, acionado para a solução mais urgente da questão. Para alterar esse quadro, algumas medidas serão necessárias, dentre outras: universalização real do Ensino Fundamental e Médio; ampliação do atendimento, pelo sistema regular, dos jovens e adultos em proporção significativa, sobretudo nas áreas interiores e periféricas às grandes cidades; investimentos na formação e melhoria salarial dos professores e, sem dúvida, a elevação do nível socioeconômico da população em geral, para diminuir desigualdades, promover democracia e direitos humanos. Foi isso que pensou?*



## O JOVEM E O ADULTO NO PLANO FUTURO



O PNE não altera a concepção compensatória que vem marcando a Educação de Jovens e Adultos, apesar de todos os esforços para fazê-la integrante do sistema educacional regular. Aliás, cabe destacar para você que o PNE teve duas versões iniciais. A versão com origem no Congresso Nacional de Educação (Coned) e a do MEC. Não se percebem grandes diferenças entre as duas propostas, a não ser quanto aos investimentos. A proposta feita pelo Coned propunha recursos crescentes para a EJA, voltando à questão da inclusão dessa modalidade nos cálculos de financiamento do Fundef. Lembra? Já tratamos desse assunto. Na modalidade específica de Educação de Jovens e Adultos, o PNE desenvolve o conceito de educação permanente e continuada, iniciada com a alfabetização. Aliás, desde a estruturação do Plano, houve críticas quanto à opção do governo na promoção de campanhas de alfabetização e transferência de suas responsabilidades às organizações da sociedade civil. No Plano, admite-se apenas a oferta obrigatória, pública e gratuita da EJA ao Ensino Fundamental, posição contraditória a outros documentos por nós analisados, que já tornam o Ensino Médio constando na modalidade. Leia, a seguir, o que se coloca no Plano:

Para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida e de fruição do tempo livre, e ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, a Educação de Jovens e Adultos deve compreender, no mínimo, a oferta de uma formação equivalente às oito séries do ensino fundamental (PNE, p. 81).

Veja ainda que, nas diretrizes, o PNE integra a EJA à Educação Profissional, com vista ao aumento da eficácia e efetividade dessa modalidade de ensino. Contudo, nos objetivos e metas assinala timidamente essa relação. Outra questão a destacar é que, no diagnóstico, identificam-se problemas de equidade no acesso à educação das populações rurais e de negros e seus descendentes – grupamentos que não tiveram qualquer destaque nas metas previstas.

O grande problema, entretanto, é com relação às metas estabelecidas no Plano para a Educação de Jovens e Adultos. Foram aprovadas 26 metas difíceis de serem atingidas, diante da estrutura dos sistemas de ensino e dos recursos disponíveis para a EJA. Destacaremos para você apenas algumas das metas que consideramos mais importantes. Vamos lá!

- Alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo.
- Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental para 50% da população de 15 anos e mais que não tenha atingido esse nível de escolaridade.
- Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do Ensino Fundamental para a população de 15 anos e mais que concluiu as quatro séries iniciais.
- Dobrar, em cinco anos, e quadruplicar, em dez anos, a capacidade de atendimento nos cursos de nível médio para jovens e adultos.
- Reestruturar, criar e fortalecer, nas secretarias estaduais e municipais de educação, setores próprios incumbidos de promover a educação de jovens e adultos.
- Sempre que possível, associar ao Ensino Fundamental para jovens e adultos a oferta de cursos básicos de formação profissional.
- Incluir, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação, a Educação de Jovens e Adultos nas formas de financiamento da Educação Básica.

Observou? Metas ambiciosas, mas pertinentes à questão do jovem e adulto fora ou no processo escolar. O PNE tem validade até 2011 e, no que se refere à sua avaliação, prevista no próprio Plano, cabe a participação ativa da sociedade civil para assegurar resultados e continuidade de sua implementação. Aliás, é bom que saiba: muitas dúvidas surgem

com relação à efetividade do PNE, e alguns dados levantados são pre-ocupantes. Leia, a seguir:

Segundo o censo escolar de 2001 a matrícula inicial em cursos presenciais de educação básica e de jovens e adultos somou 3,8 milhões de alunos, dos quais 2,8 milhões estavam inscritos no ensino fundamental e 1 milhão no ensino médio. Os programas de alfabetização de jovens e adultos compreendiam apenas 156 mil alunos, ou seja, patamar muito abaixo dos 2 milhões anuais – número que seria necessário para alfabetizar 10 milhões de pessoas em cinco anos. Segundo o **PNAD**, 29,4% dos jovens e adultos brasileiros tinham menos de quatro anos de estudos em 1999; oferecer escolaridade à metade desse contingente significaria incorporar ao sistema de ensino mais de 16 milhões de pessoas ao longo dos próximos cinco anos, quando esse atendimento é hoje de apenas 1.1 milhão de adultos e jovens” (DI PIERRO *et al.*, 2001, p. 73).

Vamos chegar lá? A conclusão é sua.

Vale ressaltar, contudo, que o PNE é um instrumento de luta, e somente com a mobilização de toda a sociedade, através dos seus órgãos representativos poderemos resistir, cobrar e manter acesa a esperança de vencer desafios presentes e futuros.

#### PNAD

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Apresenta informações básicas para o estudo e planejamento do desenvolvimento socioeconômico nacional, abrangendo características gerais da população, migração, educação, trabalho, rendimento e fecundidade, bem como famílias e domicílios.

### RESUMO

Tratamos, nesta aula, do Parecer CEB 11/2000 das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos e do Plano Nacional de Educação. Nos dois documentos, foram destacados aspectos importantes da Educação de Jovens e Adultos, que reforçam a questão dos direitos, das prioridades e das metas previstas para essa modalidade de ensino.

No parecer 11/2000 deu-se destaque às funções da EJA que vêm servindo de base conceitual na elaboração de variados projetos e de múltiplas ações direcionadas a esse segmento populacional.

No PNE, fixamos os seus objetivos e prioridades, além de apresentarmos os temas que constituem a estrutura básica do Plano. No tema relativo à Educação de Jovens e Adultos vimos algumas metas previstas para a modalidade, além de dados e informações que permitam a apreciação crítica e prospecção futura dessa Educação.

## ATIVIDADE FINAL

Faça rápida descrição de cada uma das funções postas no Parecer 11/2000. Depois, leia e comente a afirmativa a seguir:

As limitações apontadas no capítulo dedicado à educação de jovens e adultos no PNE não retiram da lei seu valor como instrumento para transpor a situação de exclusão cultural em que vive a maioria dos brasileiros nessa faixa etária, aproximando a realidade social do direito constitucional (DI PIERRO *et al.*, 2001, p. 74).

[illegible]

**COMENTÁRIO**

*No caso das funções da EJA, apesar da proximidade conceitual, podemos dizer que a função reparadora tem conotação de resgate de direito negado; a função equalizadora refere-se à igualdade de condições de acesso e permanência na escola; a função qualificadora refere-se ao alcance de competências intelectuais e laborais para a vida social e produtiva.*

*O comentário ao texto apresentado passa pela reflexão de que a Lei do PNE, com todas as contradições e limitações, é documento oficial, compromete gestores e provoca a participação da sociedade, cobrando resultados. Sem a Lei, não existiriam alcances previstos nem espaços declarados de conquistas. Acertamos?*

**AUTO-AVALIAÇÃO**

Faça uma análise quanto ao assunto tratado nesta aula. Retome a leitura, caso tenha alguma dúvida. Considerando o atual contexto, reflita sobre os conceitos, as diretrizes e metas previstas para a EJA, aqui apresentados.



# Educação de Jovens e Adultos na perspectiva internacional

AULA

8

## Meta da aula

Analisar a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, Tailândia), a Conferência Internacional sobre Educação de Adultos – V Confintea (Hamburgo, Alemanha) e a Conferência Mundial de Educação para Todos (Dacar, Senegal).

## objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- Identificar o conceito de Educação de Jovens e Adultos definido pelas Conferências.
- Avaliar a importância das Declarações e dos Planos de Ação resultantes das Conferências Internacionais.
- Conhecer os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na área da EJA e avaliar o cumprimento das propostas.



## Pré-requisito

Interpretar as questões da EJA a partir dos documentos legais brasileiros: a Constituição, a LDB e o PNE.

## INTRODUÇÃO

**PNUD**

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

**BANCO MUNDIAL**

Concebido durante a Segunda Guerra Mundial nos EUA, o Banco Mundial inicialmente ajudou a reconstruir a Europa após a guerra. O trabalho de reconstrução permanece como um enfoque importante do Banco Mundial devido aos desastres naturais, emergências humanitárias e necessidades de reabilitação pós-conflitos; entretanto, atualmente a principal meta do trabalho do Banco Mundial é a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento.

**CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS (TAILÂNDIA)**

Começamos nossa análise pela cidade de Jomtien, na Tailândia, onde ocorreu, em março de 1999, a Conferência Mundial de Educação para Todos – EpT. Promovida pela Unesco e co-patrocinada pelo **PNUD**, Unicef e pelo **BANCO MUNDIAL**, reuniu cerca de 1.500 delegados – representando 155 países –, além de 20 organismos intergovernamentais e 150 organizações não-governamentais (ONG). Na realidade, foi um encontro que, às vésperas do século XXI, em um mundo caracterizado pelo acelerado progresso científico e tecnológico, evidenciou os alarmantes índices de exclusão à educação de grande parte da população do planeta.

O ponto-chave do encontro foi a defesa da educação básica, para todos, independentemente de suas características biológicas, psicológicas e sociais. Na verdade, os países participantes reconheceram e afirmaram que a educação se realiza, permanentemente, ao longo de toda a vida, a partir do nascimento, de maneira contínua, ocorrendo em ambientes diversos e através de variados meios. É interessante que você repare que assim, simultaneamente, reafirmou-se o sistema escolar como o mais amplo sistema de educação sistemática, enfatizou-se a prioridade do ensino primário como ponto de partida para a educação básica e destacou-se a importância e – complementaridade dos demais agentes educativos, como a família, a comunidade, os meios de comunicação de massa e o trabalho, dentre outros, para a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

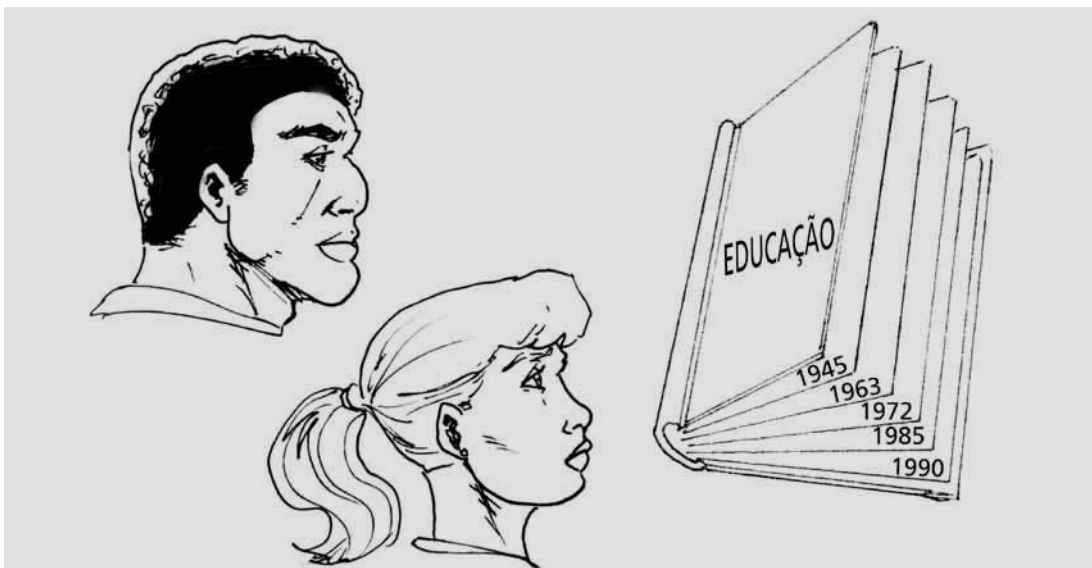
Aliás, vale lembrar, como vimos ao longo de nossa caminhada, que a preocupação com o acesso à educação – ao menos no discurso – não é nova; prova disso é que podemos encontrar, quarenta anos antes de Jomtien, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a garantia de que toda pessoa tem direito à educação.

Da mesma forma, no que se refere à mobilização mundial em relação à educação de jovens e adultos – nosso interesse específico nesse curso –, é importante não esquecer que isso também não é novidade! Vejamos.





## O LONGO CALENDÁRIO INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS



Segundo Gadotti (2001),

a partir da I Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada na Dinamarca em 1949, a educação de adultos (popular) foi concebida como uma espécie de educação moral. A escola não havia conseguido evitar a barbárie da guerra. Ela não conseguira formar o homem para a paz. Por isso se fazia necessária uma educação “paralela”, fora da escola, cujo objetivo seria contribuir para o respeito aos direitos humanos e a construção de uma paz duradoura, que seria uma educação continuada para jovens e adultos, mesmo depois da escola.

Depois da II Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada em Montreal em 1963, aparecem dois enfoques distintos: a educação de adultos (popular) concebida como uma continuação da educação formal, como educação permanente, e, de outro lado, a educação de base ou comunitária.

Depois da III Conferência Internacional sobre Educação de Adultos realizada em Tóquio em 1972, a educação de adultos (popular) voltou a ser entendida como suplência da educação fundamental (escola formal). O objetivo da educação de adultos era reintroduzir jovens e adultos, sobretudo os analfabetos, no sistema formal de educação.

Em 1985 foi realizada a IV Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, na cidade de Paris, que se caracterizou pela pluralidade de conceitos. Foram discutidos muitos temas, entre eles alfabetização de adultos, pós-alfabetização, educação rural,

educação familiar, educação da mulher, educação em saúde e nutrição, educação cooperativa, educação vocacional, educação técnica. Dessa forma, a Conferência de Paris, “implodiu” o conceito de educação de adultos.

Bem, agora, antes de retornarmos à Tailândia, gostaríamos de lançar a você um desafio...

### ATIVIDADE 1



Quais seriam as características da educação mundial, última década do século XX? Provavelmente, você precisará fazer uma rápida pesquisa. Lembre-se de que, além de recorrer a livros, se houver disponibilidade, você poderá consultar os dados disponíveis no *site* da Unesco. Vá com calma, não tenha pressa! Nós esperamos.

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Terminou? Então agora compare suas respostas com os pontos destacados no documento final, elaborado pelos participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos:*

*Há mais de quarenta anos, as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos que “toda pessoa tem direito à educação”.*

*No entanto, apesar dos esforços realizados por países do mundo para assegurar o direito à educação para todos, persistem as seguintes realidades:*

- *mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário;*
- *mais de 960 milhões de adultos – dois terços dos quais mulheres – são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento;*
- *mais de um terço dos adultos do mundo não tem acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais; e*
- *mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos não conseguem concluir o ciclo básico, e outros milhões, apesar de concluí-lo, não conseguem adquirir conhecimentos e habilidades essenciais.*

*(Declaração Mundial de Educação para Todos – Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem)*

Diante dessa realidade, os países participantes defenderam a idéia de que todos – crianças, homens e mulheres – tivessem realmente direito a uma educação de qualidade. Quatro pontos foram assegurados: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver com os outros e aprender a ser.

É interessante que você perceba a amplitude desses pontos, que configuram educação como algo maior que o simples acesso ao conteúdo escolar. Na verdade, enfatizam a formação humana e social do indivíduo, pressupondo conceitos, valores e atitudes. Entende-se assim o homem, a mulher, o jovem e a criança como capazes de ser, saber e fazer.

Repare também, que essa perspectiva implica ações que promovam ampliação e transformação do sistema educacional, rompendo-se com a escola de modelo tradicional, mantenedora de uma prática pedagógica antiquada, centrada no professor e que prioriza a “decoreba”. A questão ultrapassa, portanto, o aspecto da oferta e do aumento de matrículas, você concorda?

De fato, de que basta apenas garantir educação para todos, sem que isso implique posse do conhecimento?

Assim, coerentemente com esse papel abrangente da educação, a alfabetização de jovens e adultos, foi, em Jomtien, como destaca Gadotti (2001), entendida como a primeira etapa da Educação Básica, evidenciando a compreensão de que não pode ser desvinculada da pós-alfabetização, separada das necessidades básicas de aprendizagem. Aliás, você deve estar lembrado que vimos anteriormente, aqui no Brasil, essa mesma preocupação, por parte de alguns alfabetizadores, sobretudo no final da ditadura militar e início da Nova República. Na verdade, preocupação mundial de que, ao ser considerado escolarizado, o aluno saiba, de fato, ler, escrever e calcular, instrumental essencial para seu desenvolvimento individual, da sociedade e mundial.

Ao final do encontro na Tailândia, dois documentos foram produzidos pelos participantes. No primeiro deles, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, os países relembram ser a educação direito fundamental, independentemente de sexo e idade. Aqui, gostaríamos de chamar sua atenção para o que consta no artigo terceiro. Observe que, de fato, a preocupação com todos foi assegurada:

Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres; os meninos e as meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes, os povos indígenas, as minorias étnicas, raciais e lingüísticas, os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais.

Já o segundo documento, o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem,

deve ser entendido como uma referência e um guia para elaboração dos planos de execução da Declaração Mundial por governos, organismos internacionais, instituições de ajuda bilateral, organizações não-governamentais. O documento considera três grandes níveis de ação: ação direta nos distintos países, cooperação entre grupos de países que compartilhem características e interesses comuns; e cooperação multilateral e bilateral na comunidade mundial.

(Marco de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Diretrizes para colocar em prática a Declaração Mundial sobre Educação para Todos – em espanhol.)

É importante ainda registrar o clima de otimismo que caracterizou a Conferência Mundial, expresso no preâmbulo da Declaração:

Não obstante, o mundo está às vésperas de um novo século carregado de esperanças. Hoje, os direitos essenciais e as potencialidades das mulheres são levadas em conta. Essas novas forças, combinadas com a experiência acumulada de reformas, inovações, pesquisas e com o notável progresso em educação registrado em muitos países, fazem com que a meta de educação básica para todos – pela primeira vez na História – seja uma meta viável.

Concluindo, cabe destacar que as nações com maior contingente de indivíduos não-letrados, e com déficit em relação à escolaridade obrigatória de seus cidadãos, como é o caso do Brasil, comprometeram-se a elaborar planos decenais de educação para todos, tendo como referência as diretrizes da Conferência, o que, como vimos na aula anterior, ocorreu no Brasil em 1994.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Se, por um lado, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o Plano Nacional de Educação receberam elogios, no sentido de pensar e propiciar a inclusão de todos – crianças, homens e mulheres, jovens e adultos – o universo da educação, por outro, foram alvo de críticas de alguns educadores, que os consideraram tradutores dos interesses do capital internacional, buscando adequar o ensino brasileiro e o dos demais países em desenvolvimento às transformações no mundo do trabalho, provocadas pela globalização econômica e pelas novas tecnologias.

De acordo com esses críticos, a proposta de Jomtien reforçaria o papel da educação como estratégia de integração do homem à sociedade contemporânea e ao mundo do trabalho, tendo a intenção de qualificar uma minoria, para as exigências capitalistas do **NEOLIBERALISMO**.

Bem, agora, aquela tradicional paradinha para que você possa refletir...

### NEOLIBERALISMO

Doutrina em voga nas últimas décadas do século XX, favorável a uma redução do papel do Estado na esfera econômica e social.

### ATIVIDADE 2



Observe o trecho do artigo nº 4 (item 1) da Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Identifique a preocupação destacada. A seguir, relacione-a ao que temos observado na Educação de Jovens e Adultos, ao longo da História do Brasil.

A tradução das oportunidades ampliadas de educação em desenvolvimento efetivo – para o indivíduo ou para a sociedade – dependerá, em última instância, de, em razão dessas mesmas oportunidades, as pessoas aprenderem de fato, ou seja, aprenderem conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores. Em consequência, a educação básica deve estar centrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem, e não mais exclusivamente na matrícula, frequência aos programas estabelecidos e preenchimento dos requisitos para a obtenção do diploma (...).

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Você certamente observou que o trecho destaca a preocupação com a aprendizagem efetiva, aquela capaz de propiciar ao indivíduo incorporar ao cotidiano a leitura, a escrita, o cálculo. Na verdade, o artigo chama atenção para a necessidade de que os governos não se preocupem apenas com a oferta de vagas,*

*mas que estas sejam acompanhadas de qualidade em relação à educação oferecida. Na análise que fez quanto à história da EJA no Brasil, você deve ter lembrado que, apesar das inúmeras campanhas e programas desenvolvidos, os elevados índices estatísticos apresentados pelas esferas governamentais, no tocante a homens e mulheres alfabetizados, eram, em sua maioria, ilusórios e não correspondiam a uma escolaridade real. Realmente, como você destacou, boa parte dos números apresentados relacionava-se apenas à participação de jovens e adultos nos programas, e não ao aspecto da conquista da escolaridade. Ao responder à questão, você deve também ter recordado, como vimos na Aula 4, que no mesmo ano em que assumia compromissos na Tailândia, o Governo brasileiro tornava extinta a Fundação Educar, responsável pela EJA no país, sem, entretanto, apresentar propostas concretas para sua substituição.*

Bem, agora convidamos você para ir conosco à Alemanha, onde juntos conheceremos a Conferência de Hamburgo ( V Confinteia), ocorrida em 1997. Convite aceito? Vamos nós!

### **V CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO DE ADULTOS (CONFITEA)**



Promovida pela Unesco em 1997, a Conferência de Hamburgo, precedida por encontros preparatórios em todas as partes do mundo, contou com a participação de mais de 1500 inscritos, que representavam cerca de 130 países e organizações não-governamentais (ONGs). Na ocasião, elaborou-se a Declaração de Hamburgo e adotou-se uma Agenda para o Futuro, que inclui o Decênio da Alfabetização, em homenagem ao falecido educador brasileiro Paulo Freire.

A participação brasileira e dos demais países da América do Sul, foi precedida pelo Encontro Preparatório da América Latina e Caribe, ocasião em que se elaborou a Carta de Brasília, documento representativo do continente enviado à Alemanha.

Na verdade, a V Confinteia, encontro voltado à educação de adultos, deu continuidade à preocupação com uma educação para todos que, como vimos, iniciou-se na Tailândia, em 1990. Portanto, por ser a educação um direito de todos, a conferência ressaltou a existência de diferenças, alertando para a necessidade de se respeitar necessidades e expectativas das representantes do sexo feminino, de comunidades indígenas e, também, dos grupos minoritários.

Aliás, é interessante destacar que Hamburgo não apenas refletiu sobre as preocupações específicas das mulheres, como incorporou essa perspectiva à educação de adultos, por meio da defesa da justiça de gênero na aprendizagem.

Assim, além de se estabelecer a vinculação da educação de adultos com o desenvolvimento sustentado e eqüitativo da humanidade – reafirmando sua importância para o progresso individual e dos países –, reforçou-se também, em Hamburgo, a importância da articulação dos diferentes agentes sociais como explicitado por Frederico Mayor, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, por ocasião de sua palestra na sessão inaugural da Conferência. Repare:

(...) Desde a última Conferência, realizada em Paris, a situação mundial-cultural, política, econômica e social – sofreu mudanças radicais. Já vivemos a realidade de um outro século. Cabe-nos definir os papéis a serem atribuídos à educação de adultos para que ela possa vir ao encontro das aspirações de mulheres e de homens de todos os países de um novo mundo. A Conferência que agora se inicia é diferente da anterior enquanto pretende instaurar um diálogo e uma parceria continuada entre os governos, as ONGs e as instituições que apresentam programas de educação de adultos. (...) As ONGs, assim como os empregadores, os sindicatos e outros parceiros sociais, exercem um papel cada vez mais decisivo em todas as formas de educação de adultos (V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos).

Na verdade, segundo o enfoque assumido pelos países participantes, de acordo com a Declaração de Hamburgo,

A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação

na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de ser um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça.

Neste encontro, o amplo campo da educação de adultos foi objeto de dez temas de estudo. Sobre esses temas, presentes na Agenda para o Futuro da Educação de Adultos, gostaríamos agora de refletir com você. Antes, entretanto, é interessante caracterizarmos o que representa a Agenda. Observe...

Devemos agir com urgência para aumentar e garantir o investimento nacional e internacional na educação de jovens e adultos. Da mesma forma devemos atuar de modo a garantir o engajamento dos recursos do setor privado e das comunidades locais nessa tarefa. A Agenda para o Futuro, que nós adotamos aqui, visa à consecução desses objetivos (V Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos).

Agora retomemos os temas, buscando organizar um resumo das idéias principais e considerações realizadas pelos participantes, em Hamburgo.

## **TEMA I – EDUCAÇÃO DE ADULTOS E DEMOCRACIA: O DESAFIO DO SÉCULO XXI**

Destacam a importância de se apelar para a criatividade e as competências dos cidadãos de todas as idades para enfrentar o desafio do século XXI. Consideram que, para fortalecer a democracia, é indispensável consolidar o contexto educativo, reforçar a participação de todos, criar condições que propiciem o crescimento da produtividade e a implantação de uma cultura de equidade e da paz.

## **TEMA II – A MELHORIA DAS CONDIÇÕES E DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS**

Alertam para o fato de que, ao mesmo tempo em que se assiste a um aumento da demanda de educação de adultos e a uma explosão de informação, crescem as disparidades entre aqueles que têm acesso a ela



e os que não têm. Enfatizam ser necessário diminuir essa polarização, criar estruturas de ensino para adultos e quadro de educação permanente suscetíveis de se oporem à tendência dominante.

### **TEMA III – GARANTIR O DIREITO UNIVERSAL À ALFABETIZAÇÃO E À EDUCAÇÃO BÁSICA**

Enfatizam que mais de um bilhão de pessoas não adquiriram instrução elementar, destacando que, mesmo nos países mais prósperos, há milhões que não estão em condições de manter essa conquista. Consideram que a alfabetização deve responder às necessidades das mulheres, assim como às dos homens, a fim de lhes permitir compreender as relações de interdependência que conectam sua situação pessoal com as realidades locais e mundiais.

### **TEMA IV – A EDUCAÇÃO DE ADULTOS, IGUALDADE E EQÜIDADE NAS RELAÇÕES ENTRE HOMEM E MULHER E MAIOR AUTONOMIA DA MULHER**

Enfocam a importância da igualdade de oportunidades, em todos os aspectos ligados à educação, como indispensável para permitir às mulheres de todas as idades contribuírem plenamente com a sociedade e para a solução dos múltiplos problemas enfrentados pela humanidade.

### **TEMA V – A EDUCAÇÃO DE ADULTOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO**

A transformação do mundo do trabalho é uma questão que apresenta aspectos múltiplos, de importância enorme para a educação de adultos. A globalização e as novas tecnologias têm um impacto considerável, e sempre crescente, sobre todas as dimensões da vida individual e coletiva das mulheres e homens. O direito ao trabalho, o acesso ao emprego e a responsabilidade de contribuir, em todas as idades da vida, para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade são exigências que a educação de adultos deve procurar satisfazer.

## **TEMA VI – A EDUCAÇÃO DE ADULTOS EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE, À SAÚDE E À POPULAÇÃO**

Destacam que as questões de meio ambiente, saúde, população, nutrição e segurança alimentar intervêm de forma estritamente vinculada ao desenvolvimento sustentável, o que será impossível se a educação não der lugar amplo às questões da família e do ciclo vital de procriação e a certas questões demográficas, como o envelhecimento, as migrações, a urbanização e as relações entre as gerações e no seio da família.

## **TEMA VII – A EDUCAÇÃO DE ADULTOS, CULTURA, MEIOS DE COMUNICAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

A educação oferece aos aprendizes adultos uma oportunidade essencial de utilização de todas as instituições culturais, dos meios de comunicação e das novas tecnologias de informação para estabelecer uma verdadeira comunicação interativa e melhorar a compreensão e a cooperação entre os povos e as culturas. Devem ser realizados esforços para assegurar que todas as culturas e grupos sociais tenham acesso mais amplo aos meios de comunicação, e possam ser a eles associados, para poderem colocar em comum suas filosofias, criações culturais e modos particulares de vida, e não apenas receber as mensagens de outras culturas.

## **TEMA VIII – A EDUCAÇÃO PARA TODOS OS ADULTOS: OS DIREITOS E ASPIRAÇÕES DOS DIFERENTES GRUPOS**

Reconhecem que, embora o direito à educação seja universal, que pertence a cada pessoa, alguns grupos ainda estão dela excluídos: idosos, migrantes, ciganos, outros povos fixados a um território ou nômades, refugiados, deficientes e reclusos, por exemplo.

Todos os membros da sociedade deveriam ser convidados e, se necessário, ajudados a se beneficiar da educação de adultos- o que supõe a satisfação de necessidades educativas diversas.

## TEMA IX – OS ASPECTOS ECONÔMICOS DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Um financiamento insuficiente no passado, o crescente reconhecimento dos benefícios, a longo prazo, do investimento na educação de adultos, a diversificação nos modos de financiamento e na quantidade de financiadores, o papel dos organismos multilaterais, o impacto dos programas de ajustamento estrutural e a comercialização da educação de adultos estão entre os aspectos econômicos cruciais desse tipo de educação. Na medida em que ela é um investimento produtivo e favorável ao desenvolvimento humano, a educação de adultos deveria ser protegida contra as pressões do ajustamento estrutural.

## TEMA X – A PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO E DA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAIS

A cooperação e a solidariedade internacionais devem consolidar uma nova concepção de educação de adultos, a qual é, a um tempo, holística, para cobrir todos os aspectos da vida, e multisseriada, para englobar todos os domínios da atividade cultural, social e econômica. O diálogo, a partilha, a consulta e a vontade de instruir-se por uma escuta mútua são as bases dessa cooperação, que deve passar pelo respeito à diversidade.

### ESTRATÉGIAS DE ACOMPANHAMENTO

- A Agenda para o Futuro, estabelecida pela V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, deve seguir as recomendações adotadas por todas as conferências importantes das Nações Unidas;
- É necessário que todos os parceiros presentes à V Conferência se empenhem ativamente em suas áreas de competência particular, em fazer com que o potencial da educação de adultos seja explorado e que os programas sejam concebidos e executados de maneira a contribuírem para a promoção da democracia, da justiça, da paz e da compreensão mútua;
- Devem ser estabelecidos um fórum e um mecanismo de consulta para assegurar a execução das recomendações e conclusões da presente conferência, cabendo à Unesco exercer um papel de destaque, tomando a iniciativa e assumindo a responsabilidade de promover a educação de adultos como parte integrante de um sistema de educação ao longo da vida.

- A Unesco deverá estudar a possibilidade de um exame interinstitucional dessa agenda ocorrer no meio do decênio que separa a atual da próxima Conferência Internacional.
- A Conferência cobra à Unesco, a ampla difusão da Declaração de Hamburgo e da Agenda para o Futuro no maior número possível de línguas.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao lado dos aspectos positivos atribuídos à Conferência de Hamburgo, como, por exemplo, a preocupação quanto à educação inclusiva de mulheres e minorias e à articulação de educadores brasileiros, nos encontros regionais que a precederam e que acabaram por dar origem aos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos, convivem, também, as críticas quanto ao caráter neoliberal das propostas de desenvolvimento humano.

Em relação aos compromissos assumidos pelo Brasil em Hamburgo, alguns educadores apontam o não cumprimento dos mesmos; seja pela inexistência de avaliação das ações relacionadas à educação de adultos, seja pela manutenção de políticas públicas anacrônicas, que ignoram importantes contribuições teóricas educacionais divulgadas nas últimas décadas. Na verdade, as críticas destacam a necessidade de investimentos na educação continuada de jovens e adultos, em substituição à visão de curto prazo, existente nas políticas adotadas pelo MEC.

Chamam a atenção, ainda, para o fato de que o Estado vem abrindo mão da atuação que lhe cabe na implantação de políticas públicas, transferindo responsabilidades à sociedade brasileira.

No campo internacional, as críticas enfatizam que, independentemente da proposta da ONU quanto à nova Década de Alfabetização, a **ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)** colocou em pauta a inclusão do ensino superior, da educação a distância e da educação para adultos, como serviços a serem negociados e vendidos.

Finalizando, é importante observar que sobre Hamburgo, Gadotti (2001) destaca que

essa conferência demonstrou ainda que existem concepções muito diferenciadas de educação popular e de adultos. Destaca-se, dentro deste mosaico de projetos e propostas a marcada concepção de educação popular como “educação continuada” nos países desen-

### ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

Fundada em 1995, inclui 145 países e está sediada em Genebra, na Suíça. A OMC tem sido utilizada para promover uma extensa série de políticas relativas ao comércio, investimentos e desregulamentações que exacerbam a desigualdade entre o Norte e o Sul, e entre os ricos e pobres dentro dos países.

volvidos e a educação popular como “escolarização popular” nos países em desenvolvimento.

Agora, antes de prosseguirmos para Dacar, nossa próxima escala, uma rápida paradinha para reflexão...



### ATIVIDADE 3

Analise e identifique no trecho a seguir, extraído do segundo item da Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, o papel da educação. Considere todo o conteúdo trabalhado anteriormente.

A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade.

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Pelo que vimos anteriormente e principalmente nesta aula em relação a Hamburgo, você deve ter considerado que a educação de adultos vem sendo entendida enquanto processo contínuo que, ocorrendo em diferentes espaços da sociedade, contribui para fortalecer a capacidade do indivíduo de enfrentar criticamente os desafios que se apresentam na passagem do século.*

*Defendida como instrumento para o desenvolvimento individual e, por consequência, também das sociedades, a educação é o instrumento que permitirá aos jovens, homens e mulheres adultos exercitarem de fato a cidadania e, também, pré-requisito essencial para a defesa do ambiente e construção de um mundo multicultural, que respeite homens e mulheres de todos os tipos, idades, credos e culturas.*

## CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS



### E-9

Grupo dos nove países em desenvolvimento mais populosos do mundo, que juntos concentram aproximadamente 70% dos analfabetos do planeta. Idealizado em Jomtiem e instituído somente em 1993, numa conferência na Índia, reúne Brasil, México, Índia, Paquistão, Bangladesh, China, Egito, Nigéria e Indonésia. Dentre as metas centrais definidas pelo grupo, destaca-se o combate ao analfabetismo.

Ocorrida em abril de 2000, em Dacar, no Senegal, reuniu representantes de 180 países. Momento de avaliação da Década de Educação para Todos, estabelecida na Tailândia dez anos antes, apesar de alguns avanços, evidenciou que muitos dos compromissos acordados não haviam se concretizado.

Brasil e México, membros do **E-9**, foram os que apresentaram melhores resultados. A média brasileira de repetência havia passado de 14,2%, em 1990, para 11,4%, em 1997.

Entretanto, para que você observe mais atentamente a situação da educação à época do Encontro, reproduzimos trecho do Marco de Ação de Dacar, texto adotado pela Conferência Mundial de Educação, referente à avaliação:

demonstra que houve progresso significativo em muitos países. Mas é inaceitável que no ano 2000, mais de 113 milhões de crianças continuem sem acesso ao ensino primário, que 880 milhões de adultos sejam analfabetos, que a discriminação de gênero continue

a permear os sistemas educacionais e que a qualidade da aprendizagem e da aquisição de valores e habilidades humanas estejam longe das aspirações e necessidades de indivíduos e sociedades. Jovens e adultos não têm acesso às habilidades e conhecimentos necessários para um emprego proveitoso e para participarem plenamente em suas sociedades. Sem um progresso acelerado na direção de uma educação para todos, as metas nacionais e internacionais acordadas para a redução da pobreza não serão alcançadas e serão ampliadas as desigualdades entre nações e dentro das sociedades.

Reafirmando o compromisso de assegurar a educação para todos, resolveram os participantes estender o prazo para atingimento das metas. O ano 2015 passa, então, a ser o referencial, em substituição a 2000. Repare o que se registra no Marco de Ação:

Nós nos comprometemos a atingir os seguintes objetivos:

- expandir e melhorar o cuidado e a educação da criança pequena, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;
- assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015;
- assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, à habilidades para a vida e à programas de formação para a cidadania;
- alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo à educação básica e continuada para todos os adultos;
- eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e o desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade; melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida.

Por ocasião desse encontro, além do documento oficial, dois outros foram produzidos: o primeiro deles, por intelectuais latino-americanos, que elaboraram um pronunciamento, buscando assim compartilhar com os demais representantes da comunidade educativa internacional reflexões e preocupações sobre o desenvolvimento da educação no continente; e o segundo documento, Declaração das ONGs, resultado de um encontro que antecedeu à Conferência Mundial e reuniu cerca de 200 organizações não-governamentais, sistematizando as alterações sugeridas para o Marco de Ação de Dacar.

### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

#### FMI

Fundo Monetário Internacional. Criado em 1945, tem como objetivo básico zelar pela estabilidade do sistema monetário internacional, através da promoção da cooperação e da consulta em assuntos monetários entre os seus 181 países membros.

Embora se possa perceber algum progresso, as metas anteriormente previstas na Tailândia, e não alcançadas, transferidas para 2015, dificilmente, apontam algumas críticas, serão concretizadas. Especificamente no continente africano, por exemplo, segundo o **FMI**, a ajuda financeira sofreu redução de cerca de 3 bilhões de dólares e, pelo menos, 12 países reduziram investimentos na área educacional, em função de programas do Fundo.

Dessa forma, os seis objetivos fixados para 2015: universalização de uma educação gratuita de qualidade aceitável, eliminação das diferenças de igualdade de oportunidades entre os sexos, redução do número de analfabetos adultos para a metade, desenvolvimento da educação das crianças e jovens, aumento das oportunidades de instrução dos adultos e melhoria geral da qualidade da educação, já estariam, por consequência, comprometidos. Quanto a isso, dados da Unesco (2002) revelavam que, apesar de 83 países registrarem avanços, cerca de 70 não terão condições de cumprir os objetivos de Dacar. Atualmente, um terço da população mundial encontra-se em países, nos quais as pretensões para 2015 parecem inatingíveis.

E você, pelo que conhece e tem acompanhado a respeito da educação mundial, o que pensa sobre isso?



**RESUMO**

Tratamos, nesta aula, de três Encontros Mundiais de Educação, patrocinados pela Unesco, com a participação de instituições internacionais. No primeiro deles, Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizado na Tailândia, foram definidos os pilares da educação, que deveriam ser a meta para o desenvolvimento educacional em todos os países signatários de seus documentos.

O ponto-chave dessa conferência foi a defesa da educação básica, para todos, independente de suas características biológicas e psicológicas. Na verdade, os países participantes reconheceram que a educação realiza-se, permanentemente, ao longo de toda a vida, realizada em diferentes espaços e através de variados meios, sendo instrumento de desenvolvimento pessoal e da sociedade.

Em 1997 foi a vez da V Confinteia, conferência realizada em Hamburgo e voltada à Educação de Adultos, 15 anos após o encontro de mesmo tema, realizado em Paris. Aqui caracterizou-se a ligação entre educação de adultos e desenvolvimento sustentado e eqüitativo da humanidade, estabeleceu-se o Decênio da Alfabetização, em homenagem ao falecido educador Paulo Freire.

Assegurou-se, ainda em Hamburgo, a característica de continuidade da educação e a importância, para sua execução, da articulação entre governo, empresários e sociedade civil.

Em Dacar, no ano de 2000, ocorreu a Conferência Mundial de Educação para Todos, no qual os países participantes avaliaram os compromissos de promover educação inclusiva para todos, assumidos na Tailândia. Diante do quadro de pouco avanço verificado, estenderam para 2015 o alcance das metas principais: reduzir, pelo menos, à metade o número de analfabetos existentes no mundo em 2000 e assegurar que todas as crianças estivessem em escolas.

## ATIVIDADE FINAL

Organize um linha de tempo da Educação de Jovens e Adultos, considerando os encontros internacionais aqui apresentados.

Você, certamente, iniciou sua trajetória pela I Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada na Dinamarca (1949), ocasião em que o mundo se reestruturava, após a Segunda Grande Guerra.

A seguir, apontou que em 1963 se realizou, em Montreal, a II Conferência Internacional sobre Educação de Adultos.

Dando seqüência, registrou, em 1972, a III Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada em Tóquio, quando a Educação de Adultos voltou a ser entendida como suplência da educação fundamental.

Ao marcar na linha de tempo o ano de 1985, anotou a IV Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada em Paris, que se destacou pela pluralidade de temas.

Finalmente, em 1997, fez constar a V CONFINTEA, que em Hamburgo estabeleceu o vínculo entre educação de adultos e desenvolvimento sustentado e eqüitativo da humanidade.

## AUTO-AVALIAÇÃO

Identifique os pontos comuns e as diferenças entre as conferências aqui trabalhadas. Sentido dificuldades, retome a leitura e consulte os documentos originais, que podem ser obtidos na internet ou em bibliotecas públicas e de universidades. Caracterize as transformações, ao longo do tempo, enfrentadas pela EJA.

# Conhecimento e aprendizagem de jovens e adultos e a abordagem interacionista

AULA

9

## Meta da aula

Destacar alguns pressupostos teóricos que explicitem a construção do conhecimento e o processo de aprendizagem do jovem e do adulto em formação educacional.

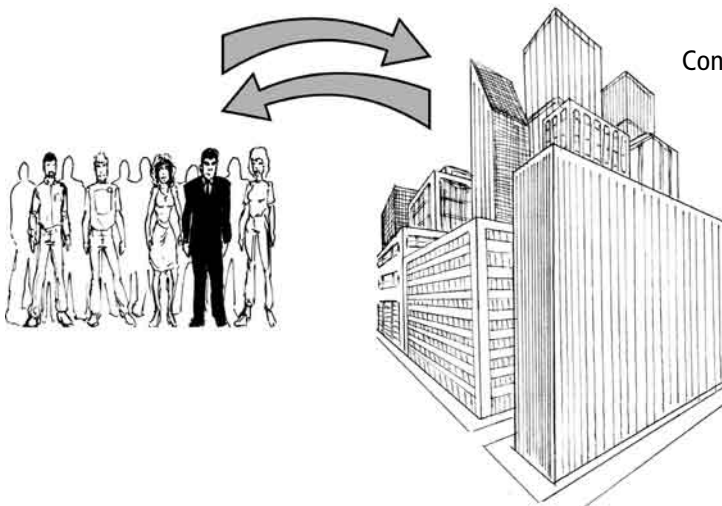
## objetivos

Esperamos que, após o final desta aula, você seja capaz de:

- Analisar as capacidades cognitivas do jovem e do adulto.
- Distinguir o processo de construção do conhecimento nas concepções de Piaget e Vygotsky.
- Avaliar a importância do construtivismo na Educação de Jovens e Adultos.

## Pré-requisito

Observar as recomendações das Conferências Internacionais sobre a EJA e suas implicações no processo de aprendizagem de jovens e adultos.



## INTRODUÇÃO

A aprendizagem contribui para o desenvolvimento na medida em que aprender não é copiar ou reproduzir a realidade. Para a concepção construtivista, aprendemos quando somos capazes de elaborar uma representação pessoal sobre o objeto da realidade ou conteúdo que pretendemos aprender (SOLÉ; COOL, 1997, p. 19).

Essa é a concepção de aprendizagem mais aceita e divulgada nos dias atuais. Contudo, apesar dos exaustivos estudos sobre as formas de apropriação do conhecimento pelo indivíduo cognoscente, ainda persistem dúvidas sobre como ela, de fato, se realiza. Já se pensou no behaviorismo ou comportamentalismo, no gestaltismo, no existencialismo ou no humanismo – correntes expressivas nos Fundamentos da Educação que você, certamente, estudou ao longo de sua vida acadêmica.

Perguntas continuam sendo feitas: Que significa aprender? Como se processa a aprendizagem? O que se deve fazer para favorecer o aprendizado? O que acontece quando se aprende? E quando não se aprende? O aprendizado do adulto é diferente do aprendizado da criança?

Veja, são inúmeras questões para as quais não temos respostas conclusivas. Sabemos que as teorias são apenas referenciais para ação. Especialmente no campo do ensino/aprendizagem, a complexidade de situações intervenientes no processo educacional faz das teorias apenas instrumentos para analisar e explicar um contexto e caminho para atuação em determinadas situações. São importantes e decisivas para um trabalho consciente sustentado.

Para iniciar nossa análise, precisamos que você recorde nossa primeira aula, quando apresentamos a estrutura da disciplina. Falamos de andragogia, lembra? Dissemos, também, que se reserva, na Pedagogia, pequeno espaço para o estudo do aprender humano depois da adolescência. As formas de aprendizagem do adulto em processo de escolarização são pouco estudadas no Brasil, apesar de reconhecida a diferença entre formas letradas e não-letradas de pensamento. Existem estudos que analisam aspectos socioculturais referentes à condição de exclusão das camadas populares, mas pouco se apresenta quanto às interferências dessa condição no processo de desenvolvimento intelectual.

Um estudo de Oliveira (2001) mostra-nos que é possível identificar três grandes linhas de pensamento sobre as possíveis relações entre cultura e as diferentes formas de funcionamento intelectual. Há a linha de contorno determinista, que afirma a existência de diferenças entre membros de grupos culturais diversificados. Assim, o adulto que não pensa ou aprende de forma adequada tem como

causa o modo de vida do grupo de origem. Outra linha, mesmo aceitando a existência de diferenças culturais, nega a relevância delas no funcionamento intelectual – todos são capazes de inferir, abstrair, categorizar etc., porque os mecanismos do psiquismo são universais. E, finalmente, a terceira linha, que reestabelece a relação entre cultura e modalidade de pensamento, em outro plano. Está associada à teoria histórico-social, que analisaremos mais adiante. Nesse caso, a cultura é constitutiva do psiquismo, mas sofre a ação individual e singular dos processos de desenvolvimento de cada indivíduo.

A própria autora que citamos anteriormente, procurando aprofundar a reflexão entre pertinência cultural e cognição, e sobre heterogeneidade, refere-se ao resultado de pesquisa sobre competências cognitivas apresentadas por alunos de cursos noturnos para jovens e adultos, residentes em favela de São Paulo, em situações cotidianas. Afirma que a pesquisa pretendia demonstrar que todos os modos de funcionamento cognitivo são equivalentes. Todavia, os dados obtidos levaram à aceitação da abordagem que explica a complexidade do funcionamento cognitivo observado. Ou seja, pessoas nascidas em determinados contextos culturais respondem de maneira diferente a tarefas cognitivas diferenciadas. Há singularidades individuais na resolução de problemas em grupos culturais relativamente homogêneos.

Assim, pode-se inferir que o desenvolvimento dos processos cognitivos é singular e em permanente transformação. Talvez, por isso, afirma Oliveira:

A escola voltada à Educação de Jovens e Adultos é ao mesmo tempo um local de confronto de culturas e, como qualquer situação de interação social, um local de encontro de singularidades (2001, p. 41).

Vamos a uma parada.

### ATIVIDADE 1



Para que servem as teorias?

---

---

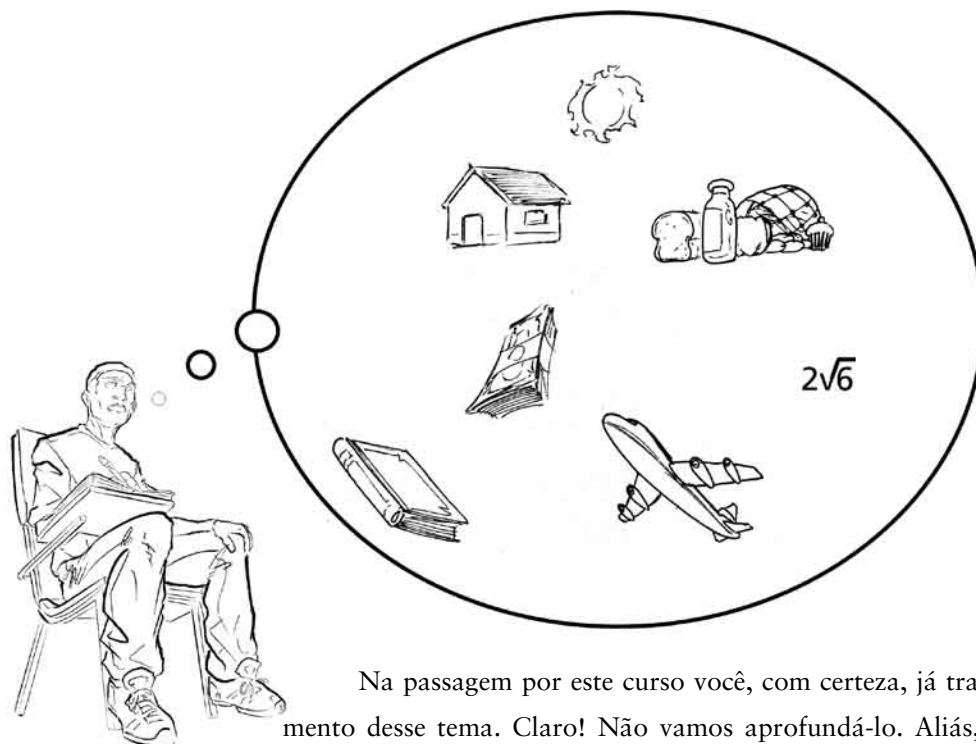
---

---

#### COMENTÁRIO

*Provavelmente, você partiu de nosso encaminhamento. As teorias fornecem instrumentos de reflexão sobre determinada ação. São elas referências para planejar, priorizar e decidir caminhos a seguir e, a partir de então, buscar explicações plausíveis para a nossa prática.*

## COMO CHEGAMOS AO CONHECIMENTO? REVENDO CONCEITOS



Na passagem por este curso você, com certeza, já traz conhecimento desse tema. Claro! Não vamos aprofundá-lo. Aliás, esta aula apenas pretende trazer algumas reflexões sobre os jovens e adultos e suas formas de aprender.

O fundamento da prática educativa é o desenvolvimento humano que se faz pelo ato de conhecer. São muitos pensadores, modelos conceituais e teorias que, ao longo da história científica, procuram explicar as formas de desenvolvimento e de estruturação do conhecimento pelos humanos.

Na verdade, o homem precisa entender as coisas com as quais convive. Assim, questiona, analisa, aceita, refuta e transforma o real, produzindo saberes. Você sabe que para existir o conhecimento é fundamental estabelecer relação entre sujeito e objeto.

Mas qual seria a origem de nosso conhecimento? Quais as fontes geradoras de conhecimento? Uma doutrina pressupõe que é por meio dos sentidos que chegamos ao conhecimento. No caso, as idéias e conceitos surgem da experiência, da relação sensorial com o mundo concreto. Essa corrente é chamada empirismo.

Outra leitura vem do racionalismo. Para os racionalistas, o conhecimento só é atingido por meio dos princípios lógicos da razão. Para o racionalismo, todos os humanos possuem esses princípios, o que leva à obtenção do conhecimento verdadeiro acerca da realidade.

A conciliação dessas duas correntes é o apriorismo ou criticismo. Nessa concepção, o ser humano tem, a *priori* (de maneira inata), estruturas de conhecimento que se apresentam tanto nos sentidos, na experiência, quanto no intelecto, na razão.

Além da origem, é oportuno pensarmos nos tipos de conhecimento. Vamos recordá-los? Arte, senso comum, mito, Ciência e Filosofia.

A arte é a expressão simbólica do mundo. Pelas manifestações artísticas, o homem expressa a sua forma de ver a realidade. Não esqueça que a dança, a música, o artesanato, tão presentes nos jovens e adultos em processo educacional, são tipos de conhecimento que devem ser valorados como patrimônio coletivo das classes populares.

O senso comum é o conhecimento assistemático, espontâneo, saído do dia-a-dia, produzido na sociedade sem base científica e rigor metodológico. Pense nesse tipo de conhecimento existente na sua família, no seu grupo de amigos e nos seus alunos. É o tratamento pelas ervas, poções curativas... É a explicação simples dos fenômenos da Natureza.

Quanto ao mito, vale lembrar todos os conhecimentos simbólicos expressos nas fábulas e lendas, algumas clássicas, outras populares. Existem mitos saídos do esporte, da moda, da música, da televisão etc. Entre jovens e adultos circulam aqueles produzidos pelo imaginário popular. Os jovens, em geral, são atraídos por “heróis transgressores”, como é o caso dos chefes de gangues. Já os mais idosos dispõem de amplo repertório de casos e contos que foram sendo construídos ao longo de gerações.

A Ciência, diferentemente do senso comum, é o tipo de conhecimento saído da investigação sistemática. Buscam-se os porquês dos fenômenos observados, pelo uso de métodos próprios, que garantem objetividade e cientificidade nos resultados. Para os jovens e adultos pouco escolarizados, o conhecimento advindo da Ciência é o marco divisor entre o “não-saber” e o saber. Esse tipo de conhecimento representa poder, e o seu domínio, forma de ascensão na escala social.

A Filosofia é a explicação última do significado das coisas que nos rodeiam. É o conhecimento saído da reflexão crítica da realidade. O conhecimento filosófico é constituído pela dúvida e pelo questionamento sistemáticos, usando a coerência e a racionalidade. Filosofar é ver o real além das aparências. Será que nossos jovens e adultos fazem uso dessa

forma de reflexão? Talvez eles não disponham de determinadas categorias de análise, mas desejamos que pensem criticamente, para a não aceitação submissa dos preconceitos e das verdades impostas no cotidiano.

Vamos a mais uma atividade.

### ATIVIDADE 2



Falamos do conhecimento científico produzido por um método investigativo. Faça uma pesquisa e descubra quais são os procedimentos do método científico.

---

---

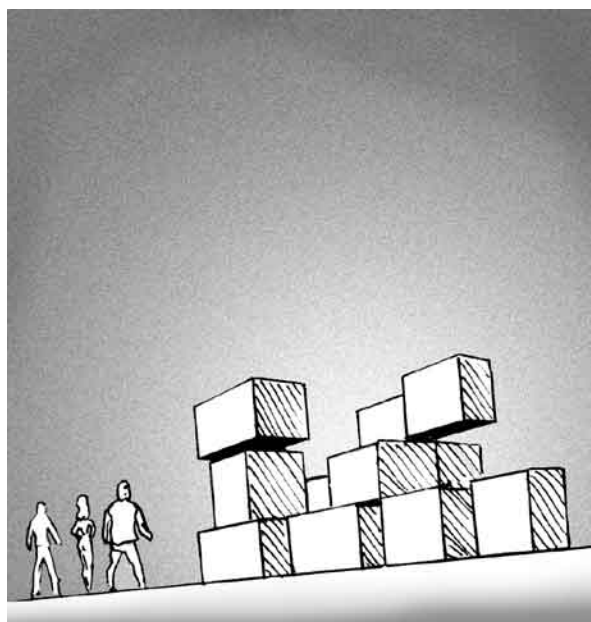
---

---

#### COMENTÁRIO

*Descobriu? Vejamos. Observação, formulação de hipótese e de verificação dos resultados. Retira-se da realidade um fenômeno ou problema que não conhecemos ou que não explicamos. Levantam-se hipóteses para ser analisadas e experimenta-se, verificando a validade da hipótese que, em caso positivo, converte-se em teoria.*

## O JOVEM E O ADULTO E A APRENDIZAGEM CONSTRUTIVISTA



Aprender é construir. Você é um jovem ou adulto aprendiz. Com certeza, já se apercebeu que a aprendizagem é um processo complexo que envolve globalmente o indivíduo. Aprender é construir significados pela revisão ou estimulação dos esquemas de conhecimento já existentes. Assim, você, ao aprender, está construindo ou reconstruindo conhecimentos.

Vamos a seu caso. Temos certeza de que você já estudou, com maior profundidade, as formas e os tipos de conhecimento na disciplina Fundamentos da Educação. Agora, acabou de vê-los, de maneira mais rápida e em outra perspectiva. O que está acontecendo com você?



Ou você está fortalecendo conceitos já internalizados ou, o que é menos provável, está reconstruindo conceitos, neste momento.

No ato de aprender, parte-se, portanto, do nível cognitivo que já se tem para a formulação de novo esquema de conhecimento ao qual se atribui significado. Dizemos que estamos realizando um aprendizado significativo quando damos uma versão pessoal para o objeto conhecido.

A atribuição de significados, no ato de aprender, leva ao desequilíbrio da estrutura cognoscitiva do indivíduo, pelo confronto do novo com o existente. Por exemplo, quando dizemos ao nosso aluno que o Sol é o centro do sistema solar, onde está nosso planeta, é possível que ele veja a Terra como o centro do Universo e o Sol como um corpo celeste que nos rodeia. Criou-se um desconforto conceitual (desequilíbrio).

A construção do conhecimento exige uma intensa atividade intelectual para que se estabeleçam relações – analisar, tomar consciência, avaliar etc., além do desafio de transpor patamares cognitivos, motivacionais e afetivos.

**CONSTRUTIVISMO**, portanto, é a elaboração do conhecimento pelo sujeito na interação dele com o mundo exterior; envolve, além da mobilização cognitiva, o interesse, a necessidade, a auto-estima, o autoconceito e todo o universo relacional em que se desenvolve o processo.

Ao longo de sua caminhada, você já foi apresentado a diversas teorias do conhecimento. Estamos nos prendendo apenas à construtivista.

Você deve estar se perguntando: por que ela? Por sua relevância e atualidade, sobretudo nos enfoques de Piaget e Vygotsky. Esses dois teóricos têm tido grande influência nos estudos do desenvolvimento cognitivo humano e, em consequência, nas práticas educacionais. A seguir, teremos a oportunidade de rever aspectos das concepções aqui apresentadas, visando a entender melhor a Educação de Jovens e Adultos.

#### CONSTRUTIVISMO

Corrente teórica que explica como a inteligência humana se desenvolve, a partir da concepção de que o desenvolvimento intelectual é determinado pela relação entre o indivíduo e o meio.

## REVISITANDO PIAGET

**PIAGET**, ao longo de seus estudos, teve interesse especial pelo processo de formação da inteligência. Suas pesquisas foram feitas na perspectiva do desenvolvimento infantil. Contudo, não podemos desprezar sua valiosa contribuição ou desenvolvimento em sentido mais amplo. Podemos entender que o adulto é a maturação da criança e que está



PIAGET

### PIAGET (JEAN)

Nascido em 1896, na Suíça, faleceu em 1980. Iniciou seus estudos pelas Ciências Naturais. Interessou-se, posteriormente, pela Psicologia. Foi professor em várias universidades na Suíça e na França. Inaugurou o Centro Internacional de Epistemologia Genética, que reuniu os mais renomados pesquisadores das áreas do conhecimento. Criou um método original de pesquisa para estudar o desenvolvimento da inteligência da criança. Produziu inúmeros livros e artigos e se tornou um dos nomes de maior expressão nas áreas da Psicologia e da Educação.

em construção contínua e ajustamento permanente à realidade. Veja a afirmativa do autor:

O desenvolvimento psíquico, que começa quando nascemos e termina na idade adulta, é comparável ao crescimento orgânico: como este, orienta-se, essencialmente, para o equilíbrio. Da mesma maneira que um corpo está em evolução até atingir um nível relativamente estável – caracterizado pela conclusão do crescimento e pela maturidade dos órgãos –, também a vida pode ser concebida como evoluindo na direção de uma forma de equilíbrio final, representada pelo espírito adulto. (1976, p. 11).

Você deve lembrar de haver estudado anteriormente que, para Piaget, o desenvolvimento mental se faz em estágios sucessivos e integrativos, seguindo uma cronologia de idades que se completa por volta dos 15 anos. Vamos lembrá-los: estágios sensório-motor; pré-operatório; operatório concreto e operatório formal. Em que estágio estão os nossos jovens e adultos que retomam o processo escolar? Em princípio, na percepção de Piaget, estão no estágio formal correspondente ao nível de pensamento lógico-matemático ou hipotético-dedutivo. É o ponto máximo do desenvolvimento da inteligência – tirar inferências, calcular probabilidades, estabelecer proporções, pensar de forma complexa e abstrata.

Persistem dúvidas quanto à possibilidade de todas as pessoas atingirem o nível operatório-formal na idade prevista por Piaget, especialmente os jovens e adultos pouco escolarizados.

Piconez (2002) desenvolveu estudo com adulto sobre o desempenho cognitivo e afirma

...que os sujeitos que não tiveram escolarização em tempo regular apresentam construções mentais estruturadas com base nas relações com o meio social e cultural, sem supostamente dispor dos instrumentos formais de registro de seus raciocínios (p. 73).

A teoria piagetiana supõe a existência de mecanismo evolutivo no processo mental, a partir de uma base orgânica que é ativada pela interação do organismo com o meio sobre o qual se constrói a estrutura do conhecimento. Esse mecanismo, chamado auto-regulação, é a busca permanente de equilíbrio entre os esquemas mentais. É graças aos esquemas (de ação e de representação) que podemos interpretar,

dar significado ao meio que nos circunda e, com isso, apreendê-lo. Para Piaget, essa é a base do desenvolvimento cognitivo humano. A interação homem-meio, em trocas sucessivas, resulta em estado permanente de equilíbrio e desequilíbrio. Esse mecanismo se faz pela assimilação e acomodação. Assim, a assimilação de uma nova realidade implica resistências cognitivas (desequilíbrio) e a busca do equilíbrio pela mudança interpretativa da realidade, em nível superior ao esquema anteriormente existente (acomodação). Logo, o ato inteligente é um processo adaptativo, resultado do equilíbrio alcançado pela assimilação e acomodação.

Com relação ao pensamento e à linguagem, a análise interacionista de Piaget afirma a superioridade das estruturas cognitivas em relação à linguagem. Concebe que a linguagem precisa do pensamento e da inteligência para se realizar, não sendo, portanto, um fenômeno social.

Podemos concluir dizendo que Piaget, marcado pela Psicologia, campo inicial de seus estudos, defendeu uma epistemologia (**EPISTEMOLOGIA GENÉTICA**) afastada das correntes filosóficas, para chegar, cientificamente, a uma psicologia da inteligência. Vamos destacar para você alguns aspectos da concepção de Piaget que tenham implicações com a Educação de Jovens e Adultos. Vejamos:

- O jovem e o adulto, mesmo tendo alcançado a etapa final do desenvolvimento cognitivo, aproximadamente aos 15 anos, têm capacidade de continuar aprendendo e desenvolvendo aprendizagens significativas pela solução de problemas, reanálise de conceitos e criatividade.
- O paralelismo constante entre a vida afetiva e a intelectual do desenvolvimento da criança ganha expressão quando se trata dos adultos. A auto-estima e o autoconceito provocam a capacidade de construir conhecimentos em qualquer idade.
- Pessoas adultas, em função de situações específicas, usam diferentes tipos de raciocínio lógico-formal.
- Experiências e vivências ocupacionais influenciam nos estilos de pensamento das pessoas, exigindo atenção especial às diferenças individuais no processo de aprendizagem.
- A capacidade de decisão autônoma, a motivação interna, a iniciativa e a cooperação, bases da estruturação cognitiva, são evidentes no processo do aprender adulto.

#### **EPISTEMOLOGIA GENÉTICA**

Procura descobrir os processos da formação do conhecimento, a partir do processo evolutivo da mente humana.

- O jovem e o adulto têm potencial para desenvolver mecanismos de organização da realidade que os cerca e de construção do conhecimento.

Que tal uma parada?



### ATIVIDADE 3

Para muitos analistas, Piaget prendeu-se ao desenvolvimento intelectual e cognitivo e deu pouca atenção à afetividade. Entretanto, leia a seguir e tire conclusões.

As transformações da ação proveniente do início da socialização não têm importância apenas para a inteligência e para o pensamento, mas repercutem também profundamente na vida afetiva (1976, p. 37).

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Provavelmente, você pensou que o enfoque piagetiano é o de que a afetividade é constituída pelas transformações internas do indivíduo e o desenvolvimento da afetividade está intrinsecamente ligado às funções intelectuais. Para Piaget, toda conduta, todas as motivações e todo o dinamismo energético provêm da afetividade.*

### VYGOTSKY

Lev Vygotsky nasceu em 1886 na Bielo-Rússia e morreu em 1934, em Moscou. Apesar de ter vivido apenas 37 anos, deixou importante contribuição para a Psicologia do século XX. Estudou Literatura, Direito, História, Filosofia e Psicologia. Viveu os conflitos da Revolução Russa, e suas idéias foram rejeitadas em seu país. Também não penetraram nos círculos acadêmicos da Europa e dos Estados Unidos dominados pelo Behaviorismo (condutivismo). Somente 20 anos após sua morte, sua obra renasceu na Rússia, sendo divulgada mundialmente a partir dos anos 60.

## REVISITANDO VYGOTSKY

**VYGOTSKY**, como Piaget, desenvolveu seus grandes trabalhos nas décadas de 1920 e 1930. Também foi movido pelo interesse na gênese dos processos psicológicos e da formação da inteligência. Estudou a problemática relação entre o pensamento e a palavra falada, reunindo alguns resultados dos seus experimentos em *Pensamento e linguagem*. Você já deve ter lido ou ouvido referências a este livro.

A premissa de que parte o autor, aliás, a base de sua teoria, é o caráter histórico do pensamento verbal. Considera pensamento e linguagem como unidades dinâmicas que diferem em suas origens (gênese), mas, pela evolução social, integram-se dialeticamente.

Leia a seguir:

O pensamento verbal não é uma forma de comportamento natural e inata, mas é determinado por um processo histórico-cultural e tem propriedades e leis específicas que não podem ser encontradas nas formas naturais de pensamento e fala (VYGOTSKY, 1989, p. 44).

Vale registrar que o papel acentuado dos fatores socioculturais no desenvolvimento psíquico, defendido por Vygotsky, foi o motivo da aceitação de sua teoria nos meios acadêmicos. Essa concepção surgiu como alternativa inovadora, em oposição a correntes comportamentalistas e à teoria biológica piagetiana.

Talvez você já saiba, mas vale a pena reforçar que a teoria de Vygotsky, por enfatizar o papel da interação social ao longo do desenvolvimento humano, é chamada sociocultural ou histórico-social.

Para Vygotsky, há dois níveis de funções psicológicas: funções elementares (biológicas) e funções superiores (memória, atenção, linguagem, pensamento etc.). As funções psicológicas superiores são exclusivamente humanas. Contam com fatores biológicos, mas não vêm de herança genética – são constituídas pelas interações sociais e culturais. Para o autor, o homem desenvolve consciência crítica na assimilação cultural, dando-lhe dimensão individual. Não fosse assim, as estruturas do pensamento seriam estáticas, sem modificações, ao longo da história da humanidade.

Vygotsky procura entender de que maneira o mundo externo interfere no interno e como a natureza sociocultural das pessoas torna-se sua natureza psicológica. Assim, ele fala dos fenômenos interpsíquicos (meio social e suas interações) e intrapsíquicos (fatos e idéias trabalhados na mente). Vê as interações sociais como espaço privilegiado de construção de sentidos e da linguagem.

Talvez essas informações já sejam de seu domínio, mas achamos importante analisar mais alguns aspectos da teoria de Vygotsky. Só para recordar.

Quanto ao desenvolvimento e à aprendizagem, Vygotsky, diferentemente de Piaget, considera que a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas que uma correta organização da aprendizagem leva ao desenvolvimento mental. Aprendizagem e desenvolvimento se inter-relacionam, e a aprendizagem influi no desenvolvimento.

O autor considera três planos de desenvolvimento: nível de desenvolvimento real (em que o indivíduo se encontra); nível de desenvolvimento potencial (acionado com o auxílio de alguém – professor, colegas) e zona de desenvolvimento proximal (funções em processo de maturação e que vão chegar ao nível real).



**VYGOTSKY**

Quanto à interação entre conceitos espontâneos e conceitos científicos, Vygotsky mostra, partindo da experiência com crianças, que um conceito espontâneo (cotidiano) abre caminho para o científico. Diz ele:

Embora os conceitos científicos e espontâneos se desenvolvam em direções opostas, os dois processos estão intimamente relacionados. É preciso que o desenvolvimento espontâneo tenha alcançado um certo nível para que a criança possa absorver um conceito científico correlato (1989, p. 93).

Vejamos, agora, em que Vygotsky nos ajuda na reflexão sobre Educação de Jovens e Adultos. Para pensar:

- Todos os indivíduos são construtores de cultura; logo, no desenvolvimento da inteligência dos jovens e adultos, pode-se partir do imenso cabedal de saberes por eles acumulados (desenvolvimento real) e tentar provocar o nível potencial, fazendo “proximações” possíveis para outros saberes culturais e científicos.
- As inter-relações do mundo externo com a estrutura interna do indivíduo ampliam a capacidade de ação sobre o meio e a modificação das formas de pensamento. O ambiente externo, por ser múltiplo e provocativo, ajuda o desenvolvimento intelectual.
- As funções psicológicas superiores, inerentes aos seres adultos, podem ser ampliadas e fortalecidas pelos estímulos externos de ambiente educacional bem estruturado.
- A concepção histórico-cultural do conhecimento, portanto mutável, em permanente construção, revela a incompletude dos saberes estruturados e a necessidade de situar jovens e adultos na perspectiva da educação permanente e continuada.
- O fenômeno intersíquico de interação com o meio social e cultural – família, amigos, trabalho, lazer – gera significados, valores e conhecimentos, tanto na vida escolar como na extra-escolar. Esta é uma situação privilegiada do desenvolvimento potencial de jovens e adultos.

**RESUMO**

Iniciamos esta aula tratando do desenvolvimento cognitivo e mostrando as linhas que abordam a relação entre cultura e funcionamento intelectual. Procuramos rever alguns conceitos, modos de conhecer a realidade e formas de produzir conhecimentos. Abordamos as correntes empirista, racionalista e criticista, além de analisarmos os diferentes tipos de conhecimentos.

A concepção construtivista foi apresentada como introdução aos estudos de Piaget e Vygotsky, que explicam o aprendizado como processo interativo entre o homem e o meio.

Tratamos de Piaget, abordando os estágios de desenvolvimento humano que sustentam a epistemologia genética por ele defendida, trazendo algumas reflexões para o aprendizado dos jovens e adultos.

Da teoria sociocultural de Vygotsky, procuramos destacar a importância das interações sociais e culturais na construção do conhecimento e de seu significado na EJA.

A intenção maior, na retomada desse estudo, foi ajudar você a inferir alguns princípios psicológicos que possam sustentar a Educação de Jovens e Adultos. A EJA, situada na concepção dos dois autores, foi vista como forma de provocar a potencialidade dos indivíduos que interagem com o meio físico e sociocultural, evoluem, crescem e desenvolvem saberes pela imensa capacidade de aprender.

**ATIVIDADE FINAL**

Registre falsa (F) ou verdadeira (V) nas afirmativas a seguir, tomando como referência a concepção construtivista.

1. As estruturas cognitivas surgem pela ação e interação com o objeto de conhecimento. (   )
2. O aprendizado é mudança do comportamento construído pela relação entre séries de estímulos. (   )
3. O desenvolvimento humano é resultado de condicionamentos, sobretudo do condicionamento social. (   )

4. Aprendemos quando somos capazes de elaborar uma representação pessoal sobre o objeto da realidade. (    )
5. Desenvolvimento do pensamento é a adaptação do indivíduo ao meio físico e social. (    )
6. A natureza socio-cultural das pessoas torna-se sua natureza psicológica. (    )

Vamos às respostas:

1. Verdadeira
2. Falsa
3. Falsa
4. Verdadeira
5. Verdadeira
6. Verdadeira

#### COMENTÁRIO

*A segunda e a terceira afirmativas são falsas porque se baseiam nas teorias do condicionamento: estímulo-resposta e do reforço. As demais são verdadeiras – construtivistas. O homem constrói o conhecimento interagindo com o meio, a partir de mecanismos internos geneticamente formados (Piaget) ou assimila os valores culturais externos, desenvolve consciência crítica e os internaliza (Vygotsky).*

### AUTO-AVALIAÇÃO

Se você compreendeu as concepções de Vygotsky e Piaget, com relação ao processo e à construção do conhecimento, ótimo! Caso contrário, reveja os conceitos e as abordagens apresentados nesta aula. Analise, também, se é capaz de definir o construtivismo e sua importância na EJA. Não deixe de procurar o tutor, no pólo, e conversar com seus colegas, em caso de persistirem dúvidas.



# A pedagogia dialógica de Paulo Freire

## AULA 10

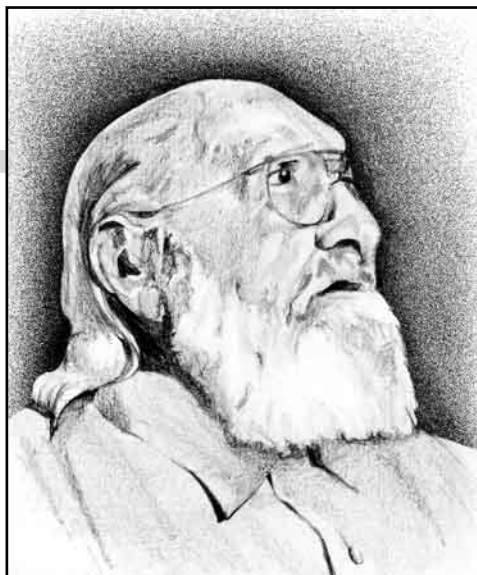
### Meta da aula

Identificar a Educação do Jovem e do Adulto a partir de uma concepção transformadora de leitura de mundo.

## objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

- Identificar a contribuição de Paulo Freire no campo da Educação de Jovens e Adultos.
- Reconhecer os aspectos construtivistas presentes na concepção educativa de Paulo Freire.

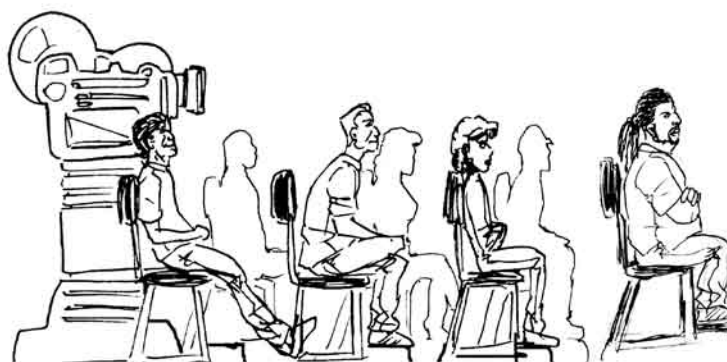


### Pré-requisito

Conhecimento das propostas construtivas de educação apresentadas na aula anterior.

## INTRODUÇÃO

Queremos agora conversar com você sobre Paulo Freire, educador brasileiro, mundialmente conhecido, para quem Educação é, antes de tudo, um ato político – capaz de libertar ou oprimir homens e mulheres, jovens e adultos. Um nordestino de quem certamente você já ouviu falar e que citamos em diferentes momentos ao longo de nosso curso, lembra? Freire foi um pensador da Educação. Não foi o único; muitos outros também o fizeram antes, depois e a partir dele. Entretanto, a reflexão por ele proposta avançou fronteiras: América Latina, África, Europa e Estados Unidos. E isso, não por haver se convertido em uma “receita pedagógica universal”. Jamais isso! Mas por repensar a educação a partir da existência de homens e mulheres oprimidos. E opressão, como você bem sabe, independe de nacionalidade, idioma, religião e cor de pele; é experiência universal e própria da história humana. Portanto, não se tratava de pensar a Educação “para” alguém – algo recorrente no campo educativo; mas de fazê-lo “a partir de” alguém e, principalmente, “com” esse alguém, sempre por meio de sua fala.



## A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA QUE FEZ HISTÓRIA... A TRAJETÓRIA DE PAULO FREIRE

Para melhor compreensão dessa proposta – comumente chamada de freireana –, torna-se interessante observar como ela foi, aos poucos, sendo forjada na própria trajetória de vida de Paulo Freire. Assim, convidamos você para uma rápida olhada na história deste advogado que, por formação, jamais exerceu a profissão.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu no Recife, em 1921. Aos nove anos, mudou-se para Jaboatão, também em Pernambuco.

Em seu livro *Conscientização*, de 1980, é possível identificar a importância dos pais em sua vida e, por consequência, em sua obra: “Com eles aprendi o diálogo que procuro manter com o mundo... O respeito de meu pai pelas crenças religiosas de minha mãe ensinou-me desde a infância a respeitar as opções dos demais.”

Aos 26 anos, ingressou no Serviço Social da Indústria (Sesi), lá permanecendo até 1957. Freire considerava esta experiência fundamental para a escrita, anos depois, no exílio, de sua mais importante obra: *Pedagogia do oprimido*.

Através da tese de concurso para a Universidade do Recife, do magistério, como professor de História da Educação e Filosofia e em experiências de alfabetização, consolidou suas idéias a respeito da Educação.

Sobre a chegada de Freire e sua equipe do serviço de extensão universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Angicos, cidade do interior do Rio Grande do Norte, Brandão (1998), relata:

Havia uma equipe de professores nordestinos (...) alguns deles eram também gente do Movimento de Cultura Popular (MCP) do Recife, o primeiro que se fez no Brasil, na aurora dos anos 60 (...) tempo em que, coletivamente, pela única vez alguma educação no Brasil foi criativa e sonhou que poderia servir para libertar o homem, mais do que, apenas, para ensiná-lo, torná-lo “doméstico” (p. 17).

Assim, após ter sido implantado em áreas rurais e urbanas no Nordeste, o chamado método Paulo Freire, sua teoria de ensino, tornou-se conhecido no Rio de Janeiro, em São Paulo e Brasília. Aliás, em relação à divulgação, é importante que você saiba que o próprio presidente da República, à época, João Goulart, prestigiou o trabalho de alfabetização de adultos, participando de uma das aulas em Angicos.

Para viabilizar a implantação do método por todo o país, com financiamento do Governo Federal, no período de junho de 1963 a março de 1964, realizaram-se cursos de formação de coordenadores em diferentes capitais. No antigo estado da Guanabara, por exemplo, mais de 6.000 pessoas inscreveram-se no curso, que reuniu milhares de pessoas também no Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Sobre os resultados alcançados a partir da implantação do método, vale observar o comentário de Torres (1992):

Entre 1960 e 1964, quando se desenvolveu a “pedagogia do oprimido” de Paulo Freire, havia alta correlação entre o regime populista de João Goulart, que precisava de legitimação política, e o anseio por programas de alfabetização. Os dados são impressionantes, no início da década de 60, o Nordeste do Brasil possuía 15 milhões de analfabetos numa população total de 25 milhões; em 1964, ano do golpe de Estado, só em Sergipe, a alfabetização acrescentou 80 mil novos eleitores aos 90 mil existentes ( p. 76).

Especificamente em relação ao aspecto político, é interessante que você observe o que pontua Paiva (1987):

Entretanto, a alfabetização e educação das massas adultas pelos programas promovidos a partir do início dos anos 60 aparecia como um perigo para a estabilidade do regime, para a preservação da ordem capitalista. Difundindo novas idéias sociais, tais programas poderiam tornar o processo político incontrollável por parte dos tradicionais detentores do poder. O temor aos efeitos dos programas de educação das massas, criados entre 1961 e 1964, observou-se através da repressão desencadeada contra esses programas e seus promotores ( p. 259).

Entretanto, logo no início de suas atividades, em abril de 1964, a Campanha Nacional de Alfabetização implantada pelo governo que seria deposto pelo golpe militar, foi considerada perigosa e subversiva, tendo suas atividades interrompidas.

Freire, acusado de subverter a ordem vigente e de ser “comunista”, passou cerca de 70 dias detido, submetido a interrogatórios. É interessante que você saiba que, ao mesmo tempo acusado de comunista pelos militares, era alvo de críticas, tanto por parte dos socialistas – que o criticavam por buscar conciliar a visão marxista com os preceitos cristãos – quanto por parte da Igreja Católica, que o criticava por demonstrar uma visão contrária aos dogmas religiosos.

Freire, que com a família passou 16 anos fora do país, tornou-se consultor da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), dando assim projeção internacional a seu método de alfabetização. Entretanto, como você já deve estar imaginando, aqui no Brasil continuou proibido.

Em 1969, lecionou em Harvard, nos Estados Unidos; nos dez anos seguintes foi consultor especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra (Suíça). Prestou ainda consultoria a vários governos do Terceiro Mundo, sobretudo da África, onde tornou-se organizador dos programas nacionais de alfabetização de Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

Retornando ao Brasil em 1980, tornou-se professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e, oito anos depois, secretário municipal de Educação de São Paulo. A respeito de sua atuação no órgão, Gadotti e Torres (1995) no prefácio do livro *A educação na cidade* destacam que:

Diversos instrumentos e políticas foram implementados. Entre os instrumentos mais audazes, contam-se: a implementação, a fundo, dos conselhos de escola, criados mas não implementados na administração de Guimar Namó de Mello no tempo de Mário Covas (1983-1985), onde a gestão democrática da escola se negocia (sempre entre tensões de índole variada); a implementação de um ambicioso plano de reforma curricular baseada na noção de um tema gerador compreendido como uma perspectiva interdisciplinar e sustentado num mecanismo de formação permanente dos professores e pessoal de avaliação; e a criação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos de São Paulo (Mova), iniciativa dos movimentos sociais de São Paulo, como uma maneira de estabelecer uma parceria entre movimentos sociais e o setor público (p. 14).

Em 1986, a Unesco lhe concedeu o Prêmio de Educação e, homenageando-o em decorrência de seu falecimento, em 1997 deu seu nome ao Decênio da Alfabetização, instituído, como vimos em aula anterior, por ocasião da V Confinteia, realizada na Alemanha.

Agora, antes de prosseguirmos, você já sabe, aquela tradicional paradinha.



### ATIVIDADE 1

Considerando o que leu anteriormente, reflita...

Por que o Programa de Alfabetização, coordenado por Freire, sofreu intervenção do governo militar?

---

---

---

---

---

### COMENTÁRIO

*Tomando como referência a leitura que realizou e sobre a qual refletiu, você provavelmente indicou que foi a preocupação de que o “método” estivesse doutrinando, a partir da ótica comunista, os alunos.*

*Deve ter observado ainda, em sua resposta, que o processo de discussão da realidade, ponto central do método e fase inicial da alfabetização, preocupava não apenas os militares, mas também, as forças conservadoras.*

*Em decorrência disso, você deve ter acrescentado que Freire precisou sair do país, permanecendo por 16 anos exilado.*

Nessa rápida passagem histórica, você reparou que nos referimos à *Pedagogia do oprimido* como a mais importante obra de Paulo Freire. Por meio dela, apresenta a essência de suas idéias em relação ao papel da Educação. Note que ao considerar a importância da existência de uma Educação voltada aos homens e mulheres – jovens e adultos – oprimidos, ao mesmo tempo denuncia a existência de uma outra pedagogia, a do opressor.

Antes de passarmos à análise da essência do que seria essa pedagogia do opressor, antagônica à outra, a do oprimido, cabe chamar a atenção para o fato de que, embora popularmente conhecido por método Paulo Freire, suas críticas à educação estática, “engessada”, traduzem muito mais a idéia de uma filosofia, de um pensamento do que propriamente de um método.

Outra importante questão para a qual chamamos sua atenção refere-se ao fato de que, embora Freire seja, na grande maioria das vezes, identificado unicamente com a Alfabetização de Jovens e Adultos, suas propostas não estão, e jamais estiveram, restritas a esse segmento. Afinal, sua filosofia advoga a idéia de uma educação libertadora, na qual o aluno se descubra capaz de tornar-se sujeito de sua própria história. Logo, uma educação que busca romper com a prática pedagógica de pura

transmissão de conteúdos e tenha como meta formar indivíduos críticos não pode, jamais, ser restrita a determinado segmento. Você concorda? Ela é, por sua essência, universal.

Para facilitar a compreensão do que vimos com você, vamos agora colocá-lo na berlinda, solicitando que considere sua própria trajetória escolar.

Bem, então diga, considerando os níveis de ensino pelos quais passou, em qual gostaria de ter tido um professor que o estimulasse a pensar, a refletir?

E ainda: em qual desejaria aulas em que não ficasse restrito a registrar a matéria e copiar exercícios do quadro? Pense com calma! Vá lá no “fundo do baú”! Nós esperamos... Em todos os níveis, deve ter sido sua resposta. E saiba que também é a nossa, quando realizamos a mesma atividade.

Decerto, essa reflexão facilitou sua compreensão quanto ao que afirmamos pouco antes sobre a amplitude da proposta dialógica de Freire. Acertamos?

E ainda quanto a esse aspecto, observe o que destaca Fiori no prefácio do livro *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire:

Eis por que, em uma cultura letrada, aprende a ler e escrever, mas a intenção última com o que faz vai além da alfabetização. Atravessa e anima toda a empresa educativa, que não é senão aprendizagem permanente desse esforço de totalização – jamais acabada – através do qual o homem tenta abraçar-se inteiramente na plenitude de sua forma. E seus princípios fundam toda pedagogia, desde a alfabetização até os mais altos níveis do labor universitário (p. 2).

## O CARÁTER HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

A contribuição de Freire à Educação, portanto, não se restringe ao fato de haver desenvolvido o que, popularmente, se chama de método. Realmente métodos de alfabetização não são novidade. Vários existiam antes de Freire, e inúmeros foram desenvolvidos posteriormente a Angicos. Sobre isso, vejamos novamente Fiori:



As técnicas do método de Paulo Freire, embora em si valiosas, tomadas isoladamente não dizem nada do método. Também não se ajuntaram ecleticamente segundo um critério de simples e eficiência técnico-pedagógica. Inventadas ou reinventadas numa só direção de pensamento, resultam da unidade que transparece na linha axial do método e assinala o sentido e o alcance de seu humanismo: alfabetizar é conscientizar (p. 7).

Na verdade, sua grande contribuição foi sistematizar uma proposta pedagógica que tem como intenção oportunizar ao Homem ouvir sua própria fala, redescobrir-se como sujeito criador do próprio mundo em que habita, superando a consciência ingênua – determinista – com a qual o interpreta.

Em posição oposta à educação que almeja apenas a passar conteúdos aos educandos – percebidos como receptáculos –, Freire, lançando mão do conceito antropológico de cultura, afirma que homens e mulheres não apenas vivem a História. Eles fazem a História, enquanto resultado de seu trabalho, de seu esforço criador e das relações que estabelecem com os demais.

Entretanto, historicamente, denuncia Freire, ao longo da trajetória humana a Educação tem-se configurado como espaço e instrumento de domesticação e adaptação à sociedade, buscando assim “calar” aqueles e aquelas que constituem os grupos sociais menos privilegiados.

É preciso romper com esse ciclo. Isso implica em resgatar na educação seu caráter libertador. Implica compreender, ainda segundo Fiori, que:

#### DIALÉTICA

Arte de discutir. Argumentação dialogada. Método de análise que procura evidenciar as contradições da realidade social e resolvê-las no curso do desenvolvimento histórico.

A educação reproduz, assim, em seu plano próprio, a estrutura dinâmica e o movimento **DIALÉTICO** o do processo histórico de produção do homem. Para o homem, produzir-se é conquistar-se, conquistar sua forma humana. A pedagogia é antropologia (p. 8).

A respeito desse caráter histórico-antropológico da Educação, torna-se interessante apresentar a você o pensamento de Vieira Pinto, educador a quem Freire dedicava especial atenção.

A compreensão de Vieira Pinto a respeito do caráter histórico-antropológico da Educação, apresentada no livro *Sete lições sobre educação de adultos* (1991) e que resumimos a seguir, contribui para melhor reflexão da concepção freireana. Para ele, a Educação:



a) É um processo que traduz a formação do homem no tempo, caracterizando-se, portanto, como fato histórico. Assim sendo, representa ao mesmo tempo a história individual de cada homem e mulher e a da comunidade onde estes estão inseridos. Logo, sendo um processo, não pode ser interpretada racionalmente, com os instrumentos da lógica formal, mas somente com as categorias da lógica dialética.

b) É um fato existencial; por meio dela o homem adquire sua essência real e social. É, portanto, processo constitutivo do ser humano.

c) Por ser fato social, tem como determinação principal o desejo da sociedade de integrar todos os membros à forma social vigente. Entretanto, cabe à educação um duplo papel. Ao mesmo tempo que, por meio dela, a sociedade busca reproduzir-se ao longo do tempo, perpetuar-se, a própria dinâmica da educação implica progresso, transformações e mudanças que acabarão, mais cedo ou mais tarde, contaminando a sociedade.

d) É um fenômeno cultural. Não somente relaciona-se aos conhecimentos, experiências, usos, crenças e valores que busca transmitir aos indivíduos, mas também os métodos utilizados pela totalidade social para exercer a ação educativa encontram-se diretamente relacionados à cultura e relacionam-se ao grau de desenvolvimento dessa sociedade. A educação é a transmissão integrada da cultura em todos os seus aspectos, segundo os moldes e pelos meios que a cultura possibilita. O método pedagógico é a função da cultura existente. O saber é o conjunto dos dados da cultura que se tem tornado socialmente consciente e que a sociedade expressa através da linguagem. Mesmo em sociedades não-letradas, a transmissão do saber por meio da oralidade é, portanto, educação.

e) Nas sociedades capitalistas desenvolvidas, pela própria existência de divisão de classes, a Educação não objetiva a formação uniforme. Não há interesse da sociedade em tornar todos iguais. Assim, o saber letrado configura-se como privilégio de alguns em detrimento de outros.

f) A Educação encontra-se diretamente ligada ao aspecto econômico da sociedade, a partir do qual determinam-se as possibilidades educacionais dos indivíduos; se de maneira distinta ou igualitária (sociedades democráticas).

g) É uma atividade teleológica, isto é, a formação do indivíduo visa a um fim e se encontra “dirigida para”. No sentido geral, a sociedade busca um indivíduo útil e integrado. Em relação à educação escolar, trata-se da preparação de diferentes tipos de indivíduos para tarefas específicas na vida social, o que se traduz na divisão da instrução em graus, carreira etc. Os fins da Educação são determinados, portanto, pelos interesses dos grupos que detêm o controle social.

h) É uma modalidade de trabalho social, e, para compreendê-la, é preciso utilizar as categorias histórico-antropológicas dialéticas que definem o conceito de “trabalho”. A Educação é parte do trabalho social porque forma os indivíduos para o desempenho de uma função de trabalho; o educador é também trabalhador e, especificamente quanto à Educação de Adultos, dirige-se a outro trabalhador, a quem objetiva permitir melhorar conhecimentos para, assim, elevar-se em sua condição de trabalhador.

i) É um fato de ordem consciente, determinada pelo grau alcançado pela consciência social, e objetiva levar o indivíduo a conscientizar-se de si e do mundo. É a formação da autoconsciência social ao longo do tempo em todos os indivíduos da comunidade. Parte da inconsciência cultural (educação primitiva, iletrada) e atravessa várias etapas de consciência crescente de si e da realidade objetiva (mediante o saber adquirido, a cultura, a ciência etc.) até chegar à plena autoconsciência.

j) É um processo exponencial, ou seja, multiplica-se através de sua própria realização. Quanto mais educação tem o indivíduo, mais educação ele exige. Processo permanente: uma vez adquirido o conhecimento existente (educação transmissiva), ingressa o indivíduo na fase criadora do saber (educação inventiva).

l) É, por essência, concreta. Pode ser concebida *a priori*, mas o que a define é sua realização objetiva, concreta, dependente de situações históricas, objetivas, das forças sociais presentes, dos interesses etc. Assim, toda discussão abstrata sobre Educação é inútil e prejudicial, trazendo em seu interior um estratagema da consciência dominante a justificá-la deixando de cumprir seus deveres culturais para com os homens e mulheres.

m) É, por natureza, contraditória, por implicar conservação (saber adquirido) e criação, ou seja, crítica, negação e substituição do saber existente. Se assim não fosse, seria apenas repetição daquele saber considerado definitivo, anulando toda possibilidade de criação do novo e do progresso da cultura.

Assim, como resultado dessas reflexões, Freire nos remete, enquanto educadores e educadoras comprometidos com a prática educativa, a perceber que a Educação precisa, de fato, ser um instrumento capaz de formar – e não “enformar” –, colocando em formas, homens e mulheres. Alerta que a Educação não pode ainda ter como característica principal apenas informar, ensinar. Ao fazer a opção por uma educação dialógica libertadora, educadores precisam considerar que se tornar homem ou mulher não é adaptar-se ao mundo, não é só processo biológico – porque nascemos humanos –, mas, antes de tudo, é histórico – ter direito a ser homem ou mulher em igualdade com outros homens e mulheres – e de consciência.

Como você pôde ver, a educação dialógica não tem por alicerce a questão da técnica – o “como fazer”. Ela apenas se vale disso. Antes de tudo, centra-se no por que fazer; a favor de quem, contra quem e contra o que fazer; e o diálogo, a fala do aluno que fala sobre o mundo é seu ponto de partida e de chegada.

Uma rápida paradinha para reflexão...

## ATIVIDADE 2



Com base na leitura e reflexão que você realizou até aqui, identifique o conceito de Educação presente na seguinte afirmativa baseada em Álvaro Vieira Pinto:

Por ser fato social, tem como interesse principal o desejo da sociedade de integrar todos os membros. À educação cabe um duplo papel. Ao mesmo tempo que, através dela, a sociedade busca reproduzir-se ao longo do tempo, a própria dinâmica da educação implica transformações e mudanças que acabarão, mais cedo ou mais tarde, contaminando a sociedade.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## COMENTÁRIO

*Você deve ter considerado que a Educação tem a intenção de preparar seus membros para que a sociedade possa, assim, ter continuidade. A idéia seria, portanto, a de garantir a manutenção dos valores e ideais.*

*Entretanto, deve ter refletido também que, ao promover a Educação, a sociedade acaba por deparar-se com novas exigências, outras situações, como o progresso, o que acaba por determinar mudanças, adaptações e transformações da própria sociedade.*

*Assim, você deve ter concluído que a Educação, de fato, possui esse caráter que, embora a priori pareça contraditório, é verdadeiramente apenas complementar.*

## A FALA QUE ESCRVE O MUNDO...

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar (FREIRE, 1979, p. 92).



odhhsejemerl,gog,spgrhifuregevdhndwilopbajs



Na proposta de educação dialógica de Freire, a fala tem um lugar especial que ultrapassa o que se relaciona à capacidade de falar, comum a todos nós, humanos.

Nessa perspectiva, a palavra do indivíduo “significa” sua visão de mundo, ou seja, fala o que pensa e pensa o que vive, vê e sente. Não por acaso, o silêncio é aliado fundamental da escola tradicional, que tem como objetivo repassar – e por isso é o professor quem fala – conhecimentos ao aluno – que é quem cala para ouvir. Afinal, se é o aluno e ainda “está aprendendo”, o que teria mesmo para falar na escola?

E em relação a você? De que maneira, no decorrer de sua formação escolar, as salas de aula pelas quais passou consideraram sua fala, enquanto aluno? Em quantas delas você foi estimulado a ouvir, pensar, refletir e apresentar sua contribuição? De fato, muito se tem falado nisso, assunto recorrente em encontros, seminários e colóquios sobre educação. Mas e na prática? E se você já leciona, como isso se dá em sua sala de aula?

Chamando atenção para esse aspecto, Freire denuncia que a concepção “bancária” da educação, na verdade, objetiva o ajustamento dos indivíduos ao meio e, por isso, o que importa não é levá-los à reflexão em relação aos conteúdos que lhes são apresentados, mas sim que reproduzam o que ouviram.

A transformação que assim ocorre (sim, ela ocorre!) se dá nas consciências e não nas reais condições de opressão que envolvem o indivíduo. Ele é levado, assim, a adaptar-se! Freire chama isso de “domesticar-se”.

De fato, por tudo o que dissemos da educação dialógica, se é na fala, por meio da palavra, que homens e mulheres assim se constituem, é preciso que dela se apropriem como elemento inicial de transformação. Ao ser convidado a ouvir sua fala – e esse convite é a **PRÁXIS** do educador libertador –, o aluno pode repensar, enquanto sujeito histórico, sobre o que diz.

Ao ouvir sua fala sobre o mundo, o aluno tem a oportunidade de repensar o mundo, de repensar sua própria existência, os conteúdos trabalhados no processo escolar e, por consequência, as implicações existentes entre a instituição escolar e a sociedade.

Entretanto, o processo, por mais sedutor que pareça aos que se propõem educadores comprometidos com a transformação, não é “mágico”.

#### PRÁXIS

Atividade prática, ação, exercício. Na visão marxista, é o conjunto das atividades humanas tendentes a criar as condições indispensáveis à existência da sociedade e, particularmente, à atividade material e à produção.

Envolver-se em um processo dialógico é, na verdade, acreditar que educadores e alunos aprendem mutuamente, o que exige dos educadores compromissos e disponibilidades. Ouvir o outro exige humildade, coerência e atuação democrática. Afinal, não se trata aqui de “trocar” o pensamento do aluno por outro – o que, afinal, de nada adiantaria, não é mesmo? Por isso, nem todos os educadores que utilizam o debate em sala de aula o fazem a partir de uma perspectiva libertadora. Como vimos, a palavra na educação dialógica é ponto de partida, de mediação para o trabalho com o conteúdo, e de chegada.

Não há receita mágica! Não há também possibilidade de que se tente explicitar essa educação libertadora e dialógica sem seu componente de diretividade. Isso porque, em toda intenção educativa, há um ponto a se chegar. O que entretanto se torna necessário considerar é que essa intervenção do educador pode ocorrer de maneira autoritária ou por vias democráticas.

Por outro lado, é importante você considerar que, moldados em uma conjuntura histórica da sala de aula passiva, nem sempre o convite ao diálogo é confortavelmente recebido pelos alunos –, como também nem sempre o é pelos educadores. Alguns alunos sentem-se, de fato, muito incomodados, em um primeiro momento. Até porque isso os envolve no processo desenvolvido em sala de aula, atribuindo-lhes responsabilidades e co-autoria. Entretanto, se percebem continuidade, se identificam o respeito ao que falam e ao modo como pensam, se vivenciam a oportunidade plural de análise de um determinado aspecto, podem decidir-se por assumir com o educador o desafio de uma educação diferente. Assim, resta ao educador exercer o permanente convite de sua intenção, de seu projeto de atuação pedagógica. Mas que fique claro: Um educador que não acredite de fato na educação dialógica jamais convencerá seus alunos da validade desta proposta.

## CONCLUSÃO

Observamos que a educação dialógica não é mágica e, menos ainda, ingênua, a ponto de considerar que a Educação seja redentora da sociedade. Isso inclusive deve ter ficado claro quando nos referimos às implicações sociais e econômicas da educação.

Aliás, a crítica advinda desta Educação não se encerra na sala de aula, na instituição escolar ou mesmo na prática pedagógica do professor. Trata-se de uma denúncia quanto ao papel do oprimido, homem ou mulher, jovem ou adulto, nas sociedades. E por isso a pertinência, como anteriormente vimos, de sua discussão em diferentes países.

Freire, ao propor a necessidade de uma educação para o oprimido, ao mesmo tempo, denuncia a existência de uma educação do opressor e reafirma não poder ser a educação campo neutro, destituída de intenções. Assim, a educação que liberta tem uma intenção, e a que domestica, a bancária, também o tem.

Na prática, inicialmente em Angicos, essa filosofia dialógica concretizou-se nas etapas do método utilizado na alfabetização de adultos. A partir do levantamento do universo vocabular da comunidade, Freire e equipe chegam aos temas, palavras e falas, obtendo um primeiro conjunto de material para a alfabetização. Brandão acrescenta que dessas:

inúmeras frases assim saem as palavras geradoras de que o método faz miolo. Ora, no Método Paulo Freire entra um critério que, se não é novo, apareceu repensado. Este critério novo ajuda na escolha do repertório das palavras do trabalho criativo de aprender a ler. As palavras são a menor unidade da pesquisa, assim como os fonemas das palavras serão a menor unidade do método. Mas aqui onde as palavras não são só um instrumento de leitura da língua: são também instrumentos de releitura coletiva da realidade social onde a língua existe, e existem os homens que as falam e as relações entre os homens (1981, p. 30).

De fato, optar por uma prática pedagógica dialógica não é tarefa fácil, esteja o educador em uma sala de alfabetização de adultos, em uma sala do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, no Ensino Superior ou na Pós-Graduação!

Entretanto, felizmente, também não é impossível! Implica romper com visões tradicionais de educação, quebrar paradigmas, descartar o papel do professor repassador de conteúdos, superar a inteligência mecânica – não reflexiva – e redimensionar a prática de avaliação. E isso exige pesquisa, aprofundamento acadêmico, constante estudo e reflexão.

A educação dialógica é, antes de tudo, um compromisso histórico a ser assumido por todos os educadores brasileiros.

Homens e mulheres – jovens, adultos e crianças – oprimidos não estavam restritos a Angicos, na década de 1960. Existiam antes e persistem ao longo do tempo. E, o que é pior: são muitos!

Na realidade, à exclusão cultural, social e econômica, juntou-se aquela promovida pela tecnologia, pela especialização do trabalho e pela mídia.

A educação libertadora, como vimos, não é mágica. Entretanto, é a única capaz de possibilitar, aos oprimidos e excluídos, instrumentalizarem-se para a superação de suas condições. Afinal, homens e mulheres não apenas estão no mundo, são o mundo!

Finalmente, por tudo o que falamos sobre educação dialógica, ouçamos o que nos quer dizer Freire (1979 p. 52), ao afirmar que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

## RESUMO

Paulo Freire, educador nordestino, tornou-se mundialmente conhecido por advogar a necessidade de uma educação para os oprimidos, realizando, ao mesmo tempo, a denúncia de que há uma educação promovida pelos opressores.

Essa proposta educativa, conhecida popularmente por método Paulo Freire, teve início com um trabalho de alfabetização de adultos realizado na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, na década de 1960.

Por propor uma educação que visava ao diálogo, que buscava a conscientização, Freire, acusado de comunista, precisou deixar o país durante o governo militar.

A partir de seu exílio, pôde defender e desenvolver suas idéias na América Latina, nos Estados Unidos e na África.



Valendo-se do conceito antropológico de cultura, Freire centra sua filosofia de educação no diálogo: uma educação dialógica. Para ele, por meio da fala, o homem e a mulher oprimidos expressam sua visão de mundo e podem entender-se como seres históricos, capazes de assumir a escrita de suas histórias de vida. A palavra que escreve e muda o mundo. As etapas do método, portanto, destituídas dessa intenção libertadora, nada significam.

A educação libertadora, que não é mágica, é a única capaz de possibilitar aos oprimidos e excluídos instrumentalizarem-se para a superação de suas condições.

### ATIVIDADE FINAL

Seria possível estabelecer pontos comuns entre a filosofia de Freire e as idéias construtivistas trabalhadas na aula anterior? Acreditamos que sua resposta tenha sido afirmativa, pois, afinal, como você verificou, Freire destaca a importância de que o aluno seja sujeito de sua aprendizagem, entendida por ele enquanto processo individual, e jamais como transferência do professor, ao que chama de educação “bancária”. Destacou ainda, como outro ponto de convergência, a crença de que só há, de fato, validade no ensino à medida que o aluno se torna capaz de recriar o aprendido, rompendo com a concepção de um ensino livresco e enciclopédico. E finalmente, ao elaborar sua resposta, considerou que a escolarização não se restringe à simples aquisição de uma técnica de ler e decodificar letras; contrariamente a isso, implica a instrumentalização do excluído para a leitura do mundo – inclusive do que está escrito nele – através da consciência crítica.

### AUTO-AVALIAÇÃO

Analise se após a leitura você foi capaz de compreender o caráter dialógico da proposta de Freire. Veja, também, se conseguiu estabelecer ligação entre a realidade do país na década de 1960 e a proibição, pelo governo militar, da utilização de suas idéias. Havendo dificuldade, retome a leitura da aula.



## Educação de Jovens e Adultos

---

# Referências

## AULA 1

---

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais:*

Ensino Médio. Brasília: SEMTEC, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIMA, Oliveira. *História da civilização*. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

## AULA 2

---

BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BINZER, Ina Von. Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. ( está correto?)

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, n° 14, maio-agosto, 2000.

RIBEIRO, Maria Luiza. *História da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2000.

ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1998.

## AULA 3

---

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo*. São Paulo: Cortez, 1994.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *In: Revista Brasileira de Educação*, n° 14, pp. 108-129, maio/ago. 2000.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1997.

RIBEIRO, Maria Luiza. *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

## AULA 4

---

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. História da educação. São Paulo: Moderna, 1996.

MEC / AÇÃO EDUCATIVA. Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental - Brasília: 1997.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil. Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1998.

## AULA 5

---

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo. *Programa Brasil Alfabetizado*. Brasília, DF: MEC, 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Manual de Operações*. Ver. E atual. Brasília, DF: INCRA, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Diversidade e igualdade de oportunidades: qualificação profissional na perspectiva de gênero*. Brasília, DF: SPPE/DEQP, 2000. (Série cadernos temáticos).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. *Plano Nacional de Qualificação*. Brasília, DF: SPPE/DEQP, 2003.

CURY, Jamil. *Legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro, RJ : DP&A, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez, 1990.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, nº 14, maio/agosto, 2000.

PAIVA, Jane. Desafios à LDB: educação de jovens e adultos para um novo século? In: ALVES, Nilda; VILLARDI, Raquel (orgs.). *Múltiplas leituras da nova LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

Programa Alfabetização Solidária. Brasília. Disponível em:

<http://www.alfabetizacaosolidaria.org.br> – Acesso em 3/abril/2004.

## AULA 6

---

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Nº 9.394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996*. Brasília, DF, 1997.

HADDAD, Sérgio. *A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB*. (Xerografado).

CURY, Jamil C.R. *Legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PAIVA, Jane. Desafios à LDB: educação de jovens e adultos para um novo século? In: ALVES, Nilda; VILLARDI, Raquel (Org.). *Múltiplas leituras da nova LDB (9.394/96)*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

PINHEIRO, Maria Francisca. O público e o privado na educação: um conflito fora de moda? In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.



Você poderá encontrar os documentos aqui trabalhados...

- MEC (LDB) - <http://www.mec.gov.br/>

- Constituição do Brasil - <http://www.senado.gov.br/bdtextual/const88/const88.htm>

## AULA 7

---

AZEVEDO, Janete L. Plano Nacional de Educação. *Cadernos do Observatório*, IBASE, n. 3, dez. 2001.

BOBBIO, Norberto. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Plano Nacional de Educação*. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. *Censo Escolar 2001*. Brasília, DF: MEC/INEP, 2001.

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB, n.11/2000, aprovado em 10 de maio 2000. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, DF: MEC, 2000.

DI PIERRO, Maria Clara *et al.* A educação básica no Plano Nacional de Educação. *Cadernos do Observatório*, IBASE, n. 3, p. 49-77, dez. 2001.

KUENZER, Acácia Z. Conhecimento e competência no trabalho e na escola. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 3-11, maio/agosto. 2002.

## AULA 8

---

DECLARAÇÃO de Hamburgo: agenda para o futuro. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 5.; 1997, Hamburgo. Brasília: SESI/UNESCO, 1997.

GADOTTI, MOACIR. *Para chegar lá juntos e em tempo*: caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. 3 nov. 2001. [On-line]. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/para\\_chegar\\_la\\_juntos.asp?f\\_id\\_artigo=182](http://www.educacaoonline.pro.br/para_chegar_la_juntos.asp?f_id_artigo=182)>. Acesso em: 27 jul. 2004.

MARCO de ação de Dacar: educação para todos: atingindo nossos compromissos coletivos. Texto adotado pela Cúpula Mundial de Educação, Dacar, Senegal - 26 a 28 de abril de 2000.

UNESCO. Pronunciamento Latino-Americano por uma Educação para todos. *In*: FÓRUM MUNDIAL DA EDUCAÇÃO, Dacar, 2000. [On-line]. Disponível em: <<http://www.fronesis.org/pronunciaport2.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2004.

UNESCO. Declaração mundial de educação para todos. *In*: Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Nova Iorque: WCEFA, 1990.

UNESCO. *Education for all global monitoring report*. [S.l. ], 2002.



Você poderá encontrar os documentos aqui trabalhados...

- Unesco - <http://www.unesco.org.br>

- MEC - <http://www.mec.gov.br/>

## AULA 9

---

OLIVEIRA, Marta. “Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.” *In*: *Educação de jovens e adultos*: novos leitores e novas leituras. RIBEIRO, Vera (Org.). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

PICONEZ, Estela. *Educação escolar de jovens e adultos*. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

PIAGET, Jean. *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

SOLÉ, Isabel; COOL, Cesar. Os professores e a concepção construtivista. *In*: COOL, César, et al. *O construtivismo na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1997.

VYGOTSKY, Lev. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é o método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. Prefácio de Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres; notas de Vicente Chel. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. *Conscientização*. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. 7. ed. São Paulo: Cortez 1991. (Coleção educação contemporânea).

TORRES, Carlos Alberto. *A política da educação não-formal na América Latina*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.





ISBN 85-7648-084-0



9 788576 480846



**UENF**  
Universidade Estadual  
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério  
da Educação

